

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LÍNGUA, LITERATURA E**  
**INTERCULTURALIDADE – POSLLI**

**CEJANA MACHADO FERREIRA**

**“AQUELA CRIANÇA ERA O SINAL, A FILHA NÃO IA VOLTAR”, REPRESENTAÇÕES  
FEMININAS NA DITADURA MILITAR FICCIONADAS EM *O CORPO INTERMINÁVEL*,  
DE CLÁUDIA LAGE**

**GOIÁS – GO**

**2025**

**CEJANA MACHADO FERREIRA**

**“AQUELA CRIANÇA ERA O SINAL, A FILHA NÃO IA VOLTAR”, REPRESENTAÇÕES  
FEMININAS NA DITADURA MILITAR FICIONADAS EM *O CORPO INTERMINÁVEL*,  
DE CLÁUDIA LAGE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI) da Universidade Estadual de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestra em Língua, Literatura e Interculturalidade.

**Área de concentração:** Estudos de Literatura e Interculturalidade.

**Linha de Pesquisa:** LP2 – Estudos Literários e Interculturalidade

**Orientador:** Prof. Dr. José Humberto Rodrigues dos Anjos

**GOIÁS-GO**

**2025**



## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data<sup>1</sup>. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

### Dados do autor (a)

Nome completo: Cejana Machado Ferreira

E-mail: cejanaf@gmail.com

### Dados do trabalho

Título: “AQUELA CRIANÇA ERA O SINAL, A FILHA NÃO IA VOLTAR”, REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA DITADURA MILITAR FICCIONADAS EM O *CORPO INTERMINÁVEL*, DE CLÁUDIA LAGE.

### Tipo:

Tese                       Dissertação

**Curso/Programa: POSLLI UEG**

### Concorda com a liberação documento

SIM                       NÃO

<sup>1</sup> Período de embargo é de até **um ano** a partir da data de defesa.

Goiás, 08 de setembro de 2025



Documento assinado digitalmente  
**CEJANA MACHADO FERREIRA**  
Data: 08/09/2025 09:53:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente  
**JOSE HUMBERTO RODRIGUES DOS ANJOS**  
Data: 08/09/2025 09:53:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura autor(a)

Assinatura do orientador(a)

### CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

F383a	<p>Ferreira, Cejana Machado.</p> <p>“Aquela criança era o sinal, a filha não ia voltar”, representações femininas na ditadura militar ficcionadas em “O corpo interminável”, de Cláudia Lage [manuscrito] / Cejana Machado Ferreira. – Goiás, GO, 2025.</p> <p>93 f. ; il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. José Humberto Rodrigues dos Anjos. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2025.</p> <p>1. Literatura brasileira - romance. 1.1. Literatura comparada. 1.1.1. Ditadura militar. 1.1.2. História. 1.1.3. Memória. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 82.091(81)</p>
-------	---

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

(Criada pela lei nº 13.456 de abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu

**UEG CÂMPUS CORA CORALINA**

Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000

Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

### ATA DE EXAME DE DEFESA 21/2025

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco às catorze horas, realizou-se o Exame de Defesa da dissertação do(a) mestrando(a) Cejana Machado Ferreira, intitulado **“AQUELA CRIANÇA ERA O SINAL, A FILHA NÃO IA VOLTAR”, REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA DITADURA MILITAR FICCIONADAS EM O CORPO INTERMINÁVEL, DE CLÁUDIA LAGE**”. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Dr. José Humberto Rodrigues dos Anjos – Presidente – (POSLLI/UEG), Dr. André Rezende Benatti (UEMS), Dr. José Elias Pinheiro Neto (POSLLI/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo(a) mestrando(a) e seu/sua orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o(a) presidente da banca examinadora, proclamou o resultado, segundo o qual a dissertação foi (x) aprovada, ( ) aprovada com ressalvas, ( ) reprovada com as seguintes exigências. Cumpridas as formalidades de pauta, às quinze horas e vinte e sete minutos, a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goiás-GO, 18 de agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **JOSE HUMBERTO RODRIGUES DOS ANJOS**  
Data: 19/08/2025 13:50:41-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. José Humberto Rodrigues dos Anjos (POSLLI/UEG)

Documento assinado digitalmente  
 **ANDRE REZENDE BENATTI**  
Data: 19/08/2025 14:16:35-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. André Rezende Benatti (PPGLETRAS/UEMS)

Documento assinado digitalmente  
 **JOSE ELIAS PINHEIRO NETO**  
Data: 19/08/2025 16:00:34-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (POSLLI/UEG)



## AGRADECIMENTOS

Para a construção de um trabalho como esse é preciso contar com muitas pessoas. Para evolução acadêmica e para apoio e incentivo. Por isso, agradeço muitas pessoas que diretamente contribuíram para que fosse possível realizá-lo.

Quero começar direcionando todo meu sentimento de gratidão ao programa em que estou inserida, mais especificamente ao Prof. Dr. Samuel, coordenador do programa, por ter sido apoio e acolhimento em um momento de imensa fragilidade em que me encontrava, sendo desrespeitada e me sentindo incapaz. Não sei expressar claramente o quanto suas palavras e apoio durante a troca de orientação me fizeram renovar o ânimo e voltar a acreditar em mim mesma. Por causa do acolhimento e do apoio do Professor Dr. Samuel pude continuar minha pesquisa e concluir essa etapa da minha vida. O olhar para a mulher e a forma como é tratada salva. Salvou-me!

Agradecer a família por todo apoio e incentivo é lugar comum. Mas como deixar de fazê-lo quando só foi possível o deslocamento até a Cidade de Goiás, passar dois dias ou três fora de casa, graças ao apoio de meus pais, o cuidado que tiveram com meus filhos para que eu tivesse tranquilidade nessa caminhada. Pai, mãe, dindinha e meus filhos, vocês sempre serão meu principal incentivo e a rede de apoio mútuo que formamos nos levará longe. Obrigada!

Ao companheiro que a vida me trouxe na maturidade, Joaquim, que fez tudo ficar mais leve. Até quando ouvia sem entender minhas leituras querendo dividir algo que me chamou a atenção. Literatura não é sua praia, mas o brilho nos seus olhos ao me ouvir falar da minha pesquisa, das aulas que assisti, me acompanhar até a Cidade de Goiás e esperar um dia todo dentro do carro, tem um valor inestimável. Por esses e todos os outros incentivos e palavras de conforto, obrigada do fundo do meu coração.

Meus colegas da turma de 2023 foram fundamentais para que outra rede de apoio fosse criada e ninguém soltasse a mão de ninguém. Cada conquista celebrada em grupo teve um sabor especial. Todos vocês ficarão em meu coração para todo sempre. Em especial, Moisés Siqueira e Mayara Lima. Minha amizade para sempre e eterna gratidão.

Amigos especiais fora do programa também contribuíram para que essa pesquisa não desmoronasse de vez, quando eu escrevia sozinha, perdida, com um texto confuso, sem entender meu

caminho. Prof. Me. Luiz Cassiano, marido da minha querida amiga Helenice, que o trabalho trouxe e levo para a vida. Um verdadeiro cavalheiro, gentil, carinhoso e que costuma dizer que amigos dão trabalho. Teve o seu trabalho com a amiga aqui. Se propôs a ler e endireitar algumas ideias quando eu não tinha com quem discutir minha dissertação. Foi você Cassiano, que com tanto carinho me acolheu primeiro e me disse que eu era capaz, me impedindo de desistir. Amizades assim fazem com que a vida não seja um deserto solitário e triste. Especialmente a você a minha gratidão será eterna.

Que turma de excelência do corpo docente da UEG Cora Coralina! Não há o que reclamar dos professores, sempre solícitos e prestativos. Mas minha homenagem especial de agradecimento e reconhecimento é ao meu orientador, que foi o Oásis no deserto solitário em que me encontrou. Resgatou-me e mostrou-me que é possível curar as feridas deixadas pelos maus tratos que recebemos ao longo da caminhada. José Humberto, você foi literalmente a luz na escuridão em que eu fui deixada. Tanto se fala de violência contra as mulheres e como elas vem mascaradas em diversas situações. Eu sofri abandono, maus tratos e violência psicológica por parte de um orientador que nunca me orientou. Mas você, José Humberto, me acolheu, me fez ver que era possível e me fez acreditar em mim quando eu queria desistir, tornando mais fácil e muito menos solitário o caminho que deixou de ser escuro com sua mão estendida a mim. Muito obrigada, por compartilhar sua luz e sua sabedoria e me fazer chegar até aqui. Tenha em mim uma amizade sincera e minha eterna gratidão.

*Atenção ao dobrar uma esquina  
Uma alegria, atenção menina  
Você vem? Quantos anos você tem?  
Atenção, precisa ter olhos firmes  
Pra este Sol, para esta escuridão  
Atenção  
Tudo é perigoso  
Tudo é divino maravilhoso  
Atenção para o refrão  
É preciso estar atento e forte  
Não temos tempo de temer a morte  
Atenção para a estrofe e pro refrão  
Pro palavrão, para a palavra de ordem  
Atenção para o samba exaltação  
Atenção  
Tudo é perigoso  
Tudo é divino maravilhoso  
Atenção para o refrão  
É preciso estar atento e forte  
Não temos tempo de temer a morte  
Atenção para as janelas no alto  
Atenção ao pisar o asfalto, o mangue  
Atenção para o sangue sobre o chão  
É preciso estar atento e forte  
Não temos tempo de temer a morte*

Caetano Veloso e Gilberto Gil

FERREIRA, Cejana Machado. “*Aquela criança era o sinal, a filha não ia voltar*”, *representações femininas na ditadura militar ficcionadas em O corpo interminável, de Cláudia Lage. 2025. 94 f.* Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura, e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2024.

**RESUMO:** Esta pesquisa, integra a linha de pesquisa 2 - Estudos Literários e Interculturalidade, e tem como pressuposto as bases da pesquisa em literatura. Analisa o romance *O corpo interminável*, de Cláudia Lage a partir das interrelações com a ditadura militar brasileira e levando em consideração a historiografia, conjuntamente com as categorias memória e testemunho. Também analisa a participação feminina e como a literatura contribui para o não apagamento de acontecimentos traumáticos que deixaram suas marcas que ecoam até os dias atuais. No romance aparecem além da personagem principal e da história central, narradoras femininas que colocam em perspectiva o sofrimento e as dores que as torturas provocavam. Para essas discussões, apresentam-se as referências teóricas de Motta (2021), Napolitano (2014), Lima (2020), Gaspari (2002) dentre outros. Para referendar a pesquisa sobre memórias e testemunho e as relações da literatura na escrita de acontecimentos históricos busca-se suporte nos estudos de Figueiredo (2017), Seligmann-Silva (2003), Dalcastagnè (1996), bem como outras e outros autores que discutem sobre essa questão. Dividida em três capítulos, esta pesquisa trata na primeira parte sobre a ditadura militar na literatura brasileira; na segunda sobre as categorias história e memória e na terceira parte analisa outras relações do romance, as vozes femininas e participação das mulheres na ditadura. Os resultados demonstram que as vozes femininas várias vezes mencionadas no romance são de dor, sofrimento, desespero e busca por alívio. O romance de Lage (2019) ressalta a valorização do corpo feminino, discute o papel da mulher ao longo do tempo e do espaço e provoca o ressurgimento do assunto da ditadura militar e da anistia. Sendo assim, o romance apresenta a discussão e reflexão sobre o passado violento do Brasil. O corpo interminável é uma importante representação de averiguação do que foram as torturas, os seqüestros, as prisões e os porões da ditadura.

**Palavras-chave:** Romance. Ditadura militar. História. Memória. Literatura.

**ABSTRACT:** This research is part of line of research 2 - Literary Studies and Interculturality, and is based on the basis of research in literature. Analyzes the novel *O corpo interminável*, by Cláudia Lage based on its interrelations with the Brazilian military dictatorship and considering historiography, together with the categories of memory and testimony. It also analyzes female participation and how literature contributes to the non-erasing of traumatic events that left their marks that echo to this day. In the novel, in addition to the main character and the central story, female narrators appear who put into perspective the suffering and pain that torture caused. For these discussions, theoretical references from Motta (2021), Napolitano (2014), Lima (2020), Gaspari (2002) among others are presented. To endorse the research on memories and testimony and the relationships between literature in the writing of historical events, we sought support in the studies of Figueiredo (2017), Seligmann-Silva (2003), Dalcastagnè (1996), as well as other authors who discuss this issue. Divided into three chapters, this research deals in the first part with the military dictatorship in Brazilian literature; in the second about the categories history and memory and in the third part it analyzes other relationships in the novel, female voices and women's participation in the dictatorship. The results demonstrate that the female voices mentioned several times in the romance are of pain, suffering, despair and the search for relief. Lage's novel (2019) highlights the appreciation of the female body, discusses the role of women over time and space and provokes the resurgence of the subject of military dictatorship and amnesty. Therefore, the romance presents discussion and reflection on Brazil's violent past. The endless body is an important representation of torture, kidnappings, prisons and cellars of the dictatorship.

**Keywords:** Romance. Military dictatorship. History. Memory. Literature.

## SUMÁRIO

<b>ESTAMOS AQUI PARA UMA NECESSÁRIA DISCUSSÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 A DITADURA MILITAR NA LITERATURA BRASILEIRA.....</b>	<b>16</b>
1.1 A ditadura militar no Brasil: anos de chumbo, anos de silenciamento .....	16
1.2 A literatura brasileira nos anos de Ditadura Militar .....	29
1.3 Imagens da ditadura militar brasileira no romance O corpo interminável, de Cláudia Lage .....	37
<b>2 HISTÓRIA E MEMÓRIA COMO CATEGORIAS PARA LER LITERATURA.....</b>	<b>44</b>
2.1 História como ponto de partida: O corpo interminável .....	44
2.2 Memória e literatura: a ditadura como lembrança.....	51.
2.3 O testemunho como recurso narrativo.....	56
<b>3 UM CORPO INTERMINÁVEL: OUTRAS RELAÇÕES .....</b>	<b>61</b>
3.1 Vozes femininas na História.....	61
3.2 Vozes femininas na memória .....	70
3.3 Vozes femininas no testemunho .....	76
<b>AINDA ESTAMOS AQUI PARA AS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>

## ESTAMOS AQUI PARA UMA NECESSÁRIA DISCUSSÃO

“É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”. Com esses versos introdutórios, da música de Caetano Veloso e Gilberto Gil lindamente cantada por Gal Costa, refletimos sobre a relevância de se pesquisar sobre a ditadura militar e seus efeitos na sociedade.

Em uma sociedade que viveu sobre forte repressão de um regime autoritário, era *preciso estar sempre atento e forte* e infelizmente os combatentes da ditadura militar não puderam pensar em temer a morte. Esse foi um período marcado por luta, combates, sores, torturas e sofrimentos. Homens e mulheres sofreram a crueldade da tirania e do autoritarismo de um governo imposto.

Como na música de Caetano Veloso e Gilberto Gil, jovens militantes, estudantes em sua maioria, trabalhadores de vários setores do comércio e da indústria, camponeses, donas de casa, advogados, médicos, todos que ousaram defender a liberdade contra a injustiça da opressão da ditadura tinham sempre que ter atenção ao dobrar uma esquina, ao sair nas ruas, pois tudo era motivo de censura e acusações de subversão, levando a sequestros, prisões, tortura e até a morte.

Este trabalho tem como propósito, discutir as nuances da participação das mulheres durante a ditadura militar brasileira. *O corpo interminável* (2019) é um romance brasileiro contemporâneo escrito por Cláudia Lage, publicado pela Editora Record e que trata de um viés com pouca visibilidade a respeito da ditadura militar: a participação das mulheres nos movimentos de combate a esse regime.

Cláudia Lage Flores Menezes é uma escritora brasileira. Venceu os concursos de contos Rio Arte Stanislaw Ponte Preta (em 1996, com *A hora do galo*) e Guimarães Rosa/Rádio França Internacional (em 2001, com *Uma alegria*): Seu romance *Mundos de Eufrásia* foi finalista do Prêmio São Paulo de Literatura de 2010 na categoria Autor Estreante. Na televisão, foi uma das autoras de *Lado a Lado* (em parceria com João Ximenes Braga), que em 2013 conquistou o Prêmio Emmy Internacional de melhor telenovela. Em 2019 Ganhou o Prêmio São Paulo de Literatura com o livro *O Corpo Interminável* como melhor romance de ficção. De acordo com a pesquisadora Vera Lúcia Follain de Figueiredo (2021), da PUC-Rio, este livro atualiza uma espécie de narrativa sobre a ditadura militar das gerações que se seguiram.

**Imagem 1** – Foto de Cláudia Lage



**Fonte:** *Google Imagens*

É preciso vincular a literatura de autoria feminina sobre as dores e torturas vividas por mulheres em um romance que apresenta vozes femininas narrando seus sofrimentos as narrativas importantes sobre a ditadura militar na atualidade. Cláudia Lage representa o seguimento do romance contemporâneo e da representatividade feminina.

O papel social imposto às mulheres, ao longo dos anos em que o país viveu sob forte regime ditatorial entre 1964 e 1985 (e em todos os tempos), era o de ser relegada a segundo plano, além de apresentar o comportamento submisso de dona de casa e de mãe que a sociedade lhes impunha. Os estudos de Del Priore (2004) sobre a história das mulheres discutem a trajetória social da mulher, como eram colocadas pelos homens em segundo plano, em posições subalternas e submissas, (esposas, filhas, dedicadas a tarefas domésticas, bordados, criação dos filhos, cuidados com o lar), bem como a história das mulheres no Brasil em relação ao seu posicionamento social.

Del Priore (2004) também aponta que em todos os tempos as mulheres de todas as classes sociais se rebelaram contra o papel que lhes era imposto, travando batalhas e causando escândalos na sociedade que as via como subversivas. Uma das posições em que as mulheres lutaram – literalmente – para ocupar e que será objeto de estudo deste trabalho foi o de guerrilheira, da mulher que luta por causas e ideais a despeito de homens, maridos ou companheiros.

Nas décadas de 1960 e 1970, na visão dos ditadores, a mulher possuía pouco ou nenhum reconhecimento no campo intelectual, o que se evidencia ao ler relatos de como os torturadores usavam de xingamentos e vulgarizavam as guerrilheiras. Por isso, a figura feminina e seu papel social apresentados no romance se tornam bastante relevantes, uma vez que Cláudia Lage se vale de personagens femininas que foram à luta para combater o regime ditatorial brasileiro. As personagens

acreditavam ser possível viver em um país democrático, que respeitasse as posições sociais das cidadãs e que aceitasse a igualdade de direitos civis entre homens e mulheres.

A despeito de seus maridos, namorados, ou de qualquer influência masculina, elas escolheram por vontade própria entrar na luta e foram defender seus direitos. E é nessa temática que o romance focaliza, ao se valer de vozes autodiegéticas que narram seus traumas através de práticas de torturas, violência e humilhações sofridas nas prisões durante o regime militar.

Analisaremos o romance de Cláudia Lage tendo como referência também outros romances que tematizam a ditadura militar e figuram no cenário contemporâneo. Citaremos exemplos de autoras femininas que discutem e relatam sua participação na ditadura militar, nos livros memorialistas e autobiográficos que foram lançados recentemente. É o caso de Ana Maria Ramos Estevão, com *Torre das dozelas-guerreiras*, lançado em 2022.

Neste livro, Estevão (2022) apresenta prefácio de Dilma Rousseff e pós-fácio de Rosalina Santa Cruz, ambas militantes de partidos e grupos que enfrentaram o regime militar e foram presas com Ana Estevão no presídio de Tiradentes em São Paulo. Duas mulheres que acompanham as memórias de Ana Estevão e participaram diretamente do combate a ditadura militar.

Tivemos grande contribuição neste trabalho do recém lançado livro de Eurídice Figueiredo, *Mulheres ocntra a ditadura, escrever é (também) uma forma de resistência*, de 2024. Durante essa pesquisa que apresentaremos aqui, Figueiredo (2024) contribui na junção de livros e autoras femininas e seus relatos de tortura e repressão sofrido durante a ditadura, analisa também a ficção, nos romances de autoria femina que tratam da mesma temática. Já no meio da escrita deste trabalho, incorporamos à pesquisa o relevante e esclarecedor livro de Figueiredo (2024).

Entre outras contribuições, todo referencial teórico que utilizamos tem como subsídio principal autoras mulheres que tratam das lutas e participações de mulheres em lutas e causas que historicamente marcaram o Brasil, como a ditadura militar.

A dissertação está dividida em 3 capítulos. No primeiro, *A ditadura militar na literatura brasileira*, subdividido em 3 partes: 1.1 *A ditadura militar no Brasil: anos de chumbo, anos de silenciamento*, 1.2 *A literatura brasileira nos ans de ditadura militar* e 1.3 *Imagens da ditadura militar brasileira no romance O corpo interminável, de Cláudia Lage*, discutimos os efeitos da ditadura militar na sociedade e como as torturas, o exílio, as prisões, os sequestros e os desaparecimentos de civis, que tentaram se unir em grupos de combate ao regime, impactaram os sujeitos e a sociedade.

Buscamos no primeiro capítulo o desenho político da ditadura, os agentes que o

elaboraram e conceberam e como a sociedade foi envolvida nessa trama. Abordamos especialmente os anos de maior rigor, violência e brutalidade da ditadura, o período chamado de “anos de chumbo” que é o período histórico que o romance *O corpo interminável* (2019) abarca.

No segundo capítulo: *História e memória como categorias para ler literatura*, subdividido em três partes: 2.1 *História como ponto de partida: O corpo interminável*, 2.2 *Memória e literatura: a ditadura como lembrança* e 2.3 *O testemunho como recurso narrativo*, discutiremos os traumas que os testemunhos da história fictícia trazem à reflexão, evocando o que foi a ditadura no país.

Dessa forma demonstramos que a literatura de testemunho traz à tona sentimento de revolta sobre fatos históricos que se pretendem apagar, ou atenuar a barbárie ocorrida. A narrativa de Cláudia Lage evoca a discussão sobre os sofrimentos e traumas da sociedade e dos indivíduos que viveram o período, e por isso, não se pode apagar o que aconteceu, fato que a autora demarca, sobretudo com a participação e envolvimento das mulheres neste processo.

No terceiro capítulo: *Um corpo interminável: outras relações*, analisamos o romance *O corpo interminável*, de Cláudia Lage (2019), seu enredo, os elementos narrativos e a temática abordada. Discutimos a ditadura dentro do texto, das memórias e os testemunhos que compreendem a narrativa e suas relações com o papel social da mulher, a guelhireira combatente do regime ditatorial, a autoria feminina sobre a temática e a visão feminina. Ressaltaremos as vozes das narradoras do romance que contam suas histórias de combate ao regime.

Nesse terceiro capítulo abordamos as vozes femininas no romance de Lage. As vozes femininas na História, na memória e no testemunho, dividindo esses três temas em três partes. É nesse capítulo que a participação das mulheres diretamente no combate à ditadura será apresentada, levando em conta relatos memorialistas e autobiográficos e o romance *O corpo interminável*.

O foco de Cláudia Lage na participação feminina em *O corpo interminável* foi também motivo, segundo a própria autora em entrevistas a sites e canais da internet, de muita pesquisa e muita busca pelas histórias de mulheres reais que enfrentaram a repressão do regime militar. Umas ainda estão vivas e relataram o que passaram durante a ditadura, outras infelizmente não resistiram às torturas e foram mortas, algumas ainda na lista de desaparecidas.

Este é o objetivo do terceiro capítulo, apresentar as histórias que possivelmente inspiraram Lage em sua escrita e analisar o seu romance, sempre do viés das vozes femininas criadas por Lage. Há no terceiro capítulo uma evocação ao apagamento que a sociedade patriarcal tende a fazer com as mulheres em todas as suas participações nos cenários políticos, culturais e sociais. É preciso seguir analisando e pesquisando sobre a resiliência feminina e a coragem das mulheres nos enfrentamentos

e lutas ao longo da história.

No romance há várias representações da violência da ditadura que serão discutidas. Excertos que apresentam de forma escancarada fatos e acontecimentos, ficionalizados, sobre o regime e que denunciam a dor causada aos guerrilheiros contrários ao sistema impositivo da época por meio de tortura, sequestros e mortes.

A ditadura militar brasileira é discutida até hoje nos meios acadêmicos e de forma velada na política do nosso país. Há quem ainda defenda o golpe de 1964 como sendo apenas uma forma que os militares encontraram de salvar o país do comunismo, o que historiadores refutam com argumentações legítimas de como estavam errados. Foi golpe. E perdurou por 21 anos.

O Brasil viveu momentos de maior e de menor repressão, mas sempre subordinados a dureza e as ordens do regime militar. Todas as pessoas de todas as classes sociais se dividiram entre os que achavam certo o militarismo tomar conta do país, pessoas que foram a favor das atrocidades e que contribuíram com o sistema e houve os que se rebelaram e foram a luta para combater o autoritarismo imposto pelo regime militar.

Durante todo o período, vivemos uma antidemocracia que cerceou direitos, cassou políticos, prendeu, torturou, sequestrou, matou e desapareceu com corpos de vítimas que ousaram ser contrários ao regime. Nesse contexto, Cláudia Lage produziu o romance que discute a participação feminina no combate direto à ditadura e traduz em palavras dores e sofrimentos que muitas mulheres passaram. São histórias fictícias baseadas em relatos de documentos da época que ressaltam a importância de ainda falar-se da ditadura militar brasileira.

As referências utilizadas para este trabalho, além do romance, referem-se a documentos, fatos, acontecimentos que foram discutidos e amplamente divulgados pós ditadura. Especialmente, relatos de mulheres que sobreviveram ao regime e deram seu testemunho. Há também análises de historiadores que discutem sobre o caos de se viver fora de uma democracia e de como políticos e militares buscaram por poder a autoridade para governar o país.

Há relatos, especialmente no capítulo 3, que serviram de referência teórica para análises de personagens e de aspectos complexos das representações femininas contidas no romance, retirados dos documentos produzidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esta comissão foi instituída durante o governo da presidenta Dilma Rousseff a partir de 2011. Era de interesse da CNV esclarecer prisões e mortes das vítimas dos militares no poder da época, bem como tentar elucidar desaparecimentos de vítimas que nunca foram encontradas, nem seus corpos entregues a seus familiares, na esperança de trazer paz aos que sofreram durante a ditadura.

Com a CNV instaurada, foram apurados alguns fatos tais como: prisões, sequestros, torturas e mortes de alguns guerrilheiros combatentes do regime. Mas o que não aconteceu e que ainda causa desconforto (e certa revolta) às vítimas que sobreviveram ou aos familiares dos mortos, foi a falta de punição dos torturadores. Não se levou nenhum deles à justiça por conta de um sistema que protege o agressor falseando proteger os presos políticos guerrilheiros, a lei da anistia.

Com a anistia os presos políticos da ditadura militar tiveram suas prisões revogadas e os exilados puderam voltar ao país. Mas os torturadores, os mandantes de crimes violentos contra a humanidade também foram perdoados. Certamente este perdão causa revolta e sentimento de injustiça até hoje, levando a discussões sobre a revogação da lei da anistia.

O romance *O corpo interminável* faz parte de uma série de romances contemporâneos que trazem a discussão sobre a ditadura militar para a atualidade. É preciso estar sempre atento, como nos versos que abrem este trabalho, pois o mal sempre está a espreita, procurando uma brecha para se infiltrar no seio da sociedade. Mesmo que esse mal venha disfarçado de partido político e representantes que prezam pela família, pela religiosidade e pelo bem do país, é possível reconhecer seus sinais.

Metaforicamente, o mal de que tratamos está hoje representado pelos partidos de extrema direita que voltaram a vigorar no cenário político nacional. Em especial, o mandato do presidente Jair Bolsonaro de 2019 a 2022, trouxe à tona o que havia adormecido no fim da ditadura militar brasileira, autoritarismo, cerceamentos de direitos e flerte com novo golpe sobre o país.

É preciso estar sempre atento e ser forte para enfrentar possíveis golpes investidos contra o país. É por esse motivo, que trabalhos como este e discussões trazidas pelas artes de modos geral e em especial pela literatura, tem sua relevância. Para que combatamos ainda mais um sistema opressor que se infiltra na política nacional.

Para nunca esquecer das vítimas de um regime de ditadura imposto ao país e que carrega traumas coletivos e individuais até os dias de hoje. Portanto, incentivar discussões, leituras e a clareza dos fatos vividos no Brasil nas décadas de 1960, 1970 e 1980, é a forma de não deixar que aconteça novamente e de valorizar aqueles que puderam combater e pagaram com suas vidas.

## 1 A DITADURA MILITAR NA LITERATURA BRASILEIRA

A ditadura militar brasileira teve seu início com o golpe de 1964 e a partir daí a sociedade brasileira vivenciou longos 21 anos de silenciamento, sofrimento, censura e horrores. Os chamados anos de chumbo são os anos que compreendem maior repressão por parte dos militares para com as pessoas que combatiam o autoritarismo do regime imposto. Neste capítulo, analisamos os acontecimentos que desencadearam o golpe, bem como os anos de repressão pelos quais o país passou trazendo a reflexão desses fatos do ponto de vista da literatura. Conjuntamente, discutimos a importância da literatura no processo de entendimento desse período, e por isso, a análise perpassa pelo romance e pelo fato de como a discussão historiográfica está implícita na ficção.

### 1.1 A ditadura militar no Brasil: anos de silenciamento, anos de chumbo

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”. Izabel Fávero, depoimento à CNV

A ditadura militar pode ser considerada um trauma na história do Brasil. Os efeitos e os traumas que as torturas, prisões e sequestros de cidadãos contrários ao regime e as constantes perseguições deixaram na população trazem reflexões sobre o quanto a literatura tem a contribuir para que esse passado conturbado e violento não caia no esquecimento.

Esse período evoca traumas naqueles que foram diretamente atingidos pelos torturadores, por toda a violência imposta e pelas lembranças, pois tanto as torturas, quanto as ideias que cercavam esse regime feriam o princípio da democracia atingindo aos que viveram o período e os que dele receberam uma sociedade polarizada. De um lado os chamados “cidadãos de bem”, favoráveis a sistemas impositivos que beneficiavam uma classe dominante, e de outro os que lutavam pela democracia e para que todos tivessem direitos civis assegurados pela legislação e pela constituição federal.

A ditadura militar é compreendida por períodos mais repressores e menos repressores, uma vez que mascararam as perseguições, prisões e desaparecimentos no início do golpe. Esse processo passava para parte da sociedade favorável a esse regime a imagem de um grupo que queria defender o país do

comunismo (Motta, 2021).

Da liberdade vigiada à falta de liberdade total, o Brasil passou pelo golpe de 1964 até o fim do regime em 1985, com um período intermediário de 1968 com a implantação de atos institucionais substituindo a legislação, o que endureceu ainda mais o sistema até meados de 1979. Durante o governo do general Garrastazu Médici, em que houve o endurecimento total dos militares, cerceando direitos, produções artísticas e liberdade de expressão, que foram chamados pelos estudiosos como os anos de chumbo, temos o momento mais sombrio e devastador da ditadura.

Os governos de Costa e Silva e de Garrastazu Médici (1968-1974 a 1974-1979) são considerados os mais repressores do regime ditatorial brasileiro. Esses períodos históricos contribuíram para a criação de eventos traumáticos que serviram de pano de fundo para a ficção de Lage (2019). Segundo Napolitano (2014, p. 06)

Obviamente, não faltaram momentos de conflito entre o regime e os setores de oposição antes do AI-5, que muitas vezes redundaram em prisões, inquéritos policial-militares e atos censórios a obras artísticas. Mas nada próximo da violência sistemática e do fechamento da esfera pública que ocorreria a partir da edição do AI-5, em dezembro de 1968, inaugurando os “anos de chumbo” que duraram, na melhor das hipóteses, até o começo de 1976. Neste período, a tortura, os desaparecimentos de presos políticos, a censura prévia e o cerceamento do debate político-cultural atingiram seu ponto máximo nos vinte anos que durou a ditadura brasileira.

É preciso fazer um breve histórico da ditadura militar brasileira nesse ponto, para mostrar dois pontos: o que é chamado de radicalismo e o que é chamado de repressor. O primeiro é que o golpe de 1964 foi arquitetado por políticos de extrema direita juntamente com militares para tirar João Goulart do poder. Portanto, civis estavam envolvidos no golpe acreditando ser preciso uma intervenção radical para que os comunistas não tomassem o poder. Os mais crédulos chegaram a pensar que o regime autoritário reestruturaria realmente o país. Segundo Napolitano (2014, p. 16)

A grande imprensa, os grandes empresários e suas associações, os políticos udenistas, velhos inimigos do trabalhismo e do getulismo, profissionais liberais, foram peças importantes na conspiração contra Goulart. Na euforia da vitória, até as raposas do PSD esqueceram sua dobradinha histórica com o PTB e abriram caminho para o golpe, e, pior, para a legitimação do regime, elegendo seu primeiro presidente no Congresso.

Após os quatro primeiros anos do regime ditatorial, as intenções de tirania e centralização de poder foram se tornando mais notáveis até para apoiadores do regime, trazendo uma sensação de desordem e de opressão a todas as classes. Napolitano (2014, p.16-17) afirma que

Os políticos de extrema direita, os jornalistas apoiadores do golpe e a classe média que esperava mudanças econômicas favoráveis a ela com o novo regime, perceberam que a intenção de Castelo Branco na reestruturação era opressora e com Costa e Silva assumindo o governo, além de opressora passou a ser também repressora, com Atos institucionais cada vez mais duros.

No ímpeto de levar a verdade dos fatos ao conhecimento do público, Motta (2021) descreve em seu livro sobre o golpe de 1964 os anos em que o país viveu a ditadura militar, de forma a elucidar fatos políticos que levaram ao golpe e o desenrolar da política partidária brasileira. O autor reafirma que João Goulart assumiu o governo após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, um homem de visão populista, que pretendia unir a nação e dar espaço a trabalhadores do campo e industriais. Jango, como era conhecido, foi acusado de “flertar” com o comunismo e o discurso utilizado para justificar o golpe era de que os comunistas não poderiam dominar o Brasil, portanto os militares estariam “salvando” a nação de si mesma. Esse fato é apontado por Motta (2021, p. 23) ao afirmar que:

Em 1964 ocorreu nova mobilização contra o “perigo vermelho”, que se apropriou da tradição preexistente e, de modo semelhante aos anos 1930, levou à implantação de uma ditadura. Assim, tanto a ditadura do Estado Novo (1937) quanto a ditadura liderada pelos militares em 1964 utilizaram a ameaça comunista como justificativa e fonte de legitimação. Os brasileiros precisavam ser protegidos do perigo de uma ditadura comunistas, argumentava-se, mesmo ao custo de viver sob uma ditadura de direita.

Parte da elite, as pessoas comuns de classe média e apoiadores do regime de todas as classes sociais, foram levadas a acreditar que a ameaça era real e se fazia urgente combatê-la. Acreditando que o comunismo era iminente, esses apoiadores difundiram a ideia de proteção que os militares passaram no início do golpe. Acreditavam que estavam sendo salvos de algo terrível como o comunismo, quando na verdade estavam sendo enganados para que tivessem respaldo e se legitimasse o golpe. A manipulação do anticomunismo se deu especialmente no Governo Jango, já que ele comungava de boas relações com líderes sindicalistas e trabalhadores, inclusive com movimentos comunistas.

Assim, a imagem de Jango era negativa junto ao grupo de direita, desagradando militares e a elite direitista brasileira, o que o tornou desafeto da política do país naquele momento. Desde a posse de João Goulart, em 1961, como presidente militares manifestaram contrariedade em tê-lo como governante, o que já foi o indício de uma reviravolta política que se daria anos depois.

No início do regime militar, o período foi chamado de “ditabranda”, segundo Napolitano (2014), havia uma certa liberdade de imprensa e movimentos estudantis, festivais de músicas e protestos foram tolerados pelo governo, a fim de estabelecer uma ditadura militar que fosse velada e

que aos poucos se mostrasse parcial e impenetrável. Segundo Napolitano (2014, p. 05):

O regime evitava desencadear uma repressão generalizada, à base de violência policial direta e paralegal, como aquela exigida pela extrema-direita militar, sobretudo contra artistas, intelectuais e jornalistas. Os ideólogos e dignatários mais consequentes do governo militar sabiam que não seria possível governar um país complexo e multifacetado sem se apoiar em um sistema político com amplo respaldo civil, e com alguma aceitação na sociedade, principalmente junto à classe média que tinha sido a massa de manobra que legitimara o golpe “em nome da democracia”.

O governo de Jango flertava inicialmente com a direita e com a esquerda, o que gerava desconfiança na elite brasileira e provocava ainda mais a ira dos militares de direita que ocupavam lugar de destaque no governo. Contudo, Jango foi um presidente populista e tentou corresponder aos anseios das minorias enquanto a elite repudiava essa comunhão. Segundo Motta (2021, p. 27)

Em suma, esse conjunto de demandas e de movimentos sociais assustava os grupos dominantes acostumados a uma sociedade desigual e elitista, cujo discurso de cordialidade em grande medida servia para tentar suavizar conflitos e negar relevância às diferenças sociais e raciais, a exemplo do argumento de que no Brasil existiria uma democracia racial. Chamar de comunistas os movimentos sociais reivindicativos era simultaneamente uma maneira de expressar o medo em relação a mudanças sociais e uma estratégia de manipulação do perigo vermelho.

Com os ânimos exaltados, o começo do governo Jango foi carregado de tensão, o que se revelou mais tarde como o início de laços que se estreitavam entre militares e a elite direitista contra o governo acusado de comunista. Fatos históricos corroboram essa afirmativa, e de acordo com Motta (2021, p. 29)

O medo e a ansiedade nos campos centrista e conservador resultaram em aproximação com as posições de direita radical. Apelos por uma frente que reunisse todas as forças e grupos contrários à “comunização” do país desdobraram-se na constituição da “Rede da Democracia”, que apesar do nome viria a abrir caminho para o golpe de 1964.

No início de 1964, João Goulart se posicionou favoravelmente às reformas sociais apoiadas pela esquerda. Isso foi o estopim para que a direita, militares e elite política e social preparassem o golpe de 31 de março de 1964, que depôs Jango. Alguns de seus atos nos três meses que antecederam o golpe fizeram com que as lideranças direitistas se convencessem que ele seria favorável a esquerda, portanto, escolheria o lado populista e esquerdista. No fim de 1963, Goulart fazia discursos enfatizando seu compromisso com as reformas e criticava as estruturas antiquadas da sociedade brasileira. No início de 1964, demonstrava com ações mais contundentes seu apoio aos trabalhadores rurais, industriais e sindicalistas, com aceno para um possível decreto presidencial pela reforma

agrária, entre outros atos que favoreceriam reformas importantes em relação as desigualdades sociais vigentes há anos no país.

Favorável à reformas importantes rumo a diminuição das desigualdades políticas e sociais, João Goulart se tornou uma enorme ameaça à elite brasileira e aos militares que ansiavam pela continuidade do poder minoritário que o país carregava desde a Proclamação da República. Assim, o golpe de 1964 pôs fim ao desejo de reformas importantes que valorizassem trabalhadores e as classes mais baixas da sociedade. Esse foi o início do regime ditatorial brasileiro que conduziu o país a anos sombrios de cerceamento de direitos civis, imposições, sanções políticas, censura e fim da liberdade de expressão.

No ímpeto de abarcar as necessidades dos menos favorecidos social, política e economicamente, Goulart foi o primeiro presidente a demonstrar e ter coragem de assumir publicamente que desenvolveria políticas de igualdade social e faria com que as classes participassem ativamente da economia e do desenvolvimento do país. Isso incomodou a elite dominante do Brasil, os políticos de carreira e, na época, os militares que dispunham de cargos no governo e de muito poder.

Em seus primeiros anos, a ditadura avançava devagar, repreendia veladamente os opositores ao regime e ainda defendia posições de poder dos civis que faziam parte da elite aristocrática e da política brasileira. Aos poucos, os Atos Institucionais e as intenções dos militares foram ficando explícitas com o planejamento e a articulação política de fechamento do congresso. Segundo Napolitano (2014, p. 15),

O governo Castelo testemunhou, paulatinamente, o fim da coalizão golpista triunfante em 1964. À medida que essa coalizão se esgarçava e os movimentos de contestação aumentavam, o governo aprofundava suas estruturas autoritárias, dando ossatura ao novo regime. E a cada nova medida institucional autoritária a coalizão se esgarçava mais. Este círculo de ferro marcou o regime entre 1964 e 1968, quando as ilusões foram definitivamente dissipadas com o AI-5. Entretanto, mesmo antes de a ditadura se tornar “escancarada”, o governo Castelo Branco (e o regime que se construía com ele e por ele) não poderia ser caracterizado como propriamente “liberal”, como sugere certa memória do período.

De acordo com Motta (2021) nos primeiros meses após a instalação da ditadura, seus líderes testaram maneiras de combinar o poder militar, a centralização e a repressão política com uma precária institucionalidade liberal. Para isso a escolha do presidente era fundamental para manutenção da retórica liberal dos golpistas. Para que isso se concretizasse foi importante a aprovação da extensão do mandato de Castelo Branco, que ficaria inicialmente até completar o mandato do presidente deposto, para mais um ano. Assim, o general ficou no poder até março de 1967, institucionalizando

por mais tempo a ditadura.

Castelo Branco com o projeto de institucionalizar a ditadura criou o AI-2, que limitava os poderes do congresso, dando amplos poderes ao presidente de centralizar o governo, podendo cancelar mandatos parlamentares, direitos políticos dos cidadãos, suspender o Congresso e afastar servidores públicos. Assim, Motta (2021) afirma que o AI-2 foi um momento-chave na construção da ditadura, pois a instituição das eleições indiretas impedia que as oposições tivessem chance de ganhar o poder.

Na sequência, em 1966, foi baixado o AI-3 que limitou de vez o direito do povo de escolher os governantes, dessa vez, os governadores seriam escolhidos por uma assembleia estadual e os prefeitos pelos governadores. Isso significava que em todos os setores políticos haveria escolha de forma arbitrária à constituição vigente de 1946. Isso evidenciava que o voto e a vontade popular seriam extintos. Motta (2021, p. 109) afirma ainda que,

Com tais medidas, a ditadura encontrou uma fórmula para garantir a manutenção do poder, criando mecanismos que ao mesmo tempo evitavam o voto popular (no qual não confiava) e tentavam manter as aparências de legitimidade liberal, inclusive normalizando a sucessão de líderes para evitar a figura do ditador permanente. Assim, os presidentes seriam escolhidos pelos militares e referendados em seguida por uma “eleição” feita pelos parlamentares.

No final de 1967, junto com uma série de medidas de institucionalização da ditadura, Castelo Branco completou sua missão com algumas medidas legais. A primeira delas criou a Constituição de 1967, que substituiu a de 1946. Quando Costa e Silva assumiu o governo já estava instalada, institucionalizada e enraizada na cúpula do governo federal o sistema ditatorial brasileiro, o que deu início aos chamados “anos de chumbo”, ou seja, o endurecimento do regime, sanções cada vez mais rígidas e censura instalada nos meios de comunicação de massa com rigor. A elite que antes era parte do regime, passou a defender que a arbitrariedade do sistema político era um mal a ser combatido.

Entre 1967 e 1968, o General Costa e Silva passou por um período de aumento da resistência ao seu governo ditatorial, enfrentando inclusive mobilização da própria direita a seu desfavor. Os atos institucionais extintos davam mais garantias de direitos políticos, inclusive contribuindo para que a elite também se fortalecesse contra o governo. Assim, segundo Motta (2021), alguns exilados voltaram ao país ao acreditarem que a ditadura, enfim, pudesse ser derrotada.

A imprensa, que até então não tinha sofrido grande repressão, estava também desenvolvendo um papel forte contra Costa e Silva. Os trabalhadores das fábricas e os estudantes universitários, instigados por professores e intelectuais, levantavam grandes movimentos de protestos e combate contra a ditadura militar e ao governo. Nesse cenário, Costa e Silva e seus aliados decidiram baixar o

AI-5, ato institucional que garantia ao governo plenos poderes, como a cassação de mandatos de políticos de oposição, o fim da carreira de servidores públicos contrários ao sistema e todos os poderes de combate, repressão, prisões, torturas e violência contra qualquer pessoa ou grupo que se opusesse ao governo.

O radicalismo das forças armadas foi aos poucos sendo instaurado até chegar ao mais duro de todos os períodos, os anos de chumbo, que durou de dezembro de 1968 a meados de 1979, na transição de liderança de Costa e Silva, afastado por doença, e substituído por Médici tido como mais repressor.

Com o AI-5, o Brasil vivenciou um marco na ditadura por meio da radicalização autoritária que conferia ao Executivo poderes quase ilimitados de ação e de extrema repressão à oposição. Motta (2021) afirma que após sofrer grave doença, Costa e Silva foi afastado e o alto comando militar e, alguns poucos parlamentares, elegeram em 1969, o General Emílio Médici.

No início dos anos 1970, sob o governo de Médici, veio a fase mais violenta da ditadura, que gerou insegurança e medo entre amplos setores. Nessa época não havia mais liberdade de expressão e os estudantes, os festivais de música, arte e cultura, que combatiam amplamente a repressão, foram proibidos e punidos com violência, tortura e morte. Esse período foi marcado pelo aumento da violência de motivação política, principalmente torturas, sequestros e assassinatos, bem como pelo surgimento da prática de desaparecer com os corpos das vítimas.

O AI-5 foi o ato de maior radicalismo e cerceamento de direitos civis dos brasileiros. Médici era radical e já não mais governava com diplomacia de esconder, ou negar suas duras ações. Combatia fortemente que os radicais e antigovernistas eram comunistas inconformados e os proibia de retornar ao país. Napolitano (2014, p. 26) informa que

O ano de 1968 no Brasil já foi chamado “o ano que não acabou”, expressão que traduz a sensação de interrupção de uma experiência histórica plena de promessas libertárias e que se encerrou, literalmente, por decreto, com a edição do famigerado Ato Institucional nº 5, em dezembro daquele ano. Na memória histórica brasileira, ele ocupa um lugar paradoxal: por um lado, foi o tempo das grandes utopias libertárias, assim como outros “68” pelo mundo afora; por outro, tempo de repressão, início dos “anos de chumbo” com a transformação do Estado autoritário, imposto pelo golpe militar de 1964, num violento Estado policial.

As torturas, os desaparecimentos dos presos políticos chamados de comunistas, anarquistas e subversivos, as proibições e todo o endurecimento do regime causaram sentimentos de repúdio e de indignação pela dureza e pelo absurdo. Portanto, a narrativa da ditadura brasileira se torna necessária e urgente, pois como nos lembra Motta (2021, p.19)

Quase seis décadas após os eventos de 1964, defensores nostálgicos do golpe militar que derrubou o governo de João Goulart seguem insistindo – a despeito das evidências históricas – que havia uma grave ameaça comunista pairando sobre o Brasil, o que tornaria justificável a intervenção militar. Em alguns discursos, como os propagados em vídeo divulgado pelo Palácio do Planalto para comemorar o 31 de março em 2019, opera-se o falseamento da história, atribuindo-se à esquerda, em 1964, atos violentos que na verdade seriam praticados pela ditadura contra seus oponentes (“Era, sim, um tempo de medo...daquilo que os comunistas faziam... Prendiam e matavam seus compatriotas,, O Exército nos salvou”).

Motta (2021) afirma que uma das preocupações de Costa e Silva era mostrar-se mais moderado e aberto ao diálogo. Não obstante sua retórica comedida, paradoxalmente ele tinha apoio da ala mais radical da direita, que o pressionou a responder com dureza aos questionamentos da oposição. Nesse contexto ele parecia ter perdido a mão na tentativa de equilibrar a balança entre parlamentares e políticos apoiadores do governo que queriam poder de barganha e de governabilidade. Assim sendo, Motta (2021, p. 112) afirma que

No período de 1967-8, eclodiu um ciclo de protestos de movimentos sociais, com destaque para o protagonismo de operários fabris e estudantes universitários. Os setores de oposição sentiram ter melhores condições de ação nesse contexto por duas razões básicas: o aumento do desgaste e a impopularidade da ditadura; e a sensação de que ela reduzira seu poder discricionário, pois com o fim da vigência do A-1 e do AI-2 algumas garantias civis foram restabelecidas e o Poder Executivo não poderia mais suspender direitos políticos a seu gosto.

O governo do General Castelo Branco foi que institucionalizou a ditadura militar e para isso utilizava iniciativas legais para elaborar uma nova constituição, permitindo que se pensasse ser possível ir contra o regime e ter liberdade de expressão até meados de 1967, quando veio a nova constituição. Essa nova constituição confirmava que o sistema político seria autoritário, propondo eleições indiretas para presidente da república e indicando parlamentares favoráveis às forças armadas e aos militares no poder. A partir dessa ação vieram os atos institucionais que a cada novo ato prevalecia o autoritarismo ainda mais acentuado. Isso se deu até chegarem a eleger, em 1967, o general Costa e Silva e iniciarem a partir dele o terror e inaugurarem os “anos de chumbo” da ditadura militar.

Em 1968, com o AI-5, o endurecimento foi total, para que o governo não perdesse as rédeas, como Motta (2021, p.114), afirma “por isso, o AI-5 foi um ato de força, para recuperar a iniciativa de um governo que vinha sendo contestado até por seus aliados”. Exatamente nesse período conturbado da historiografia recente é que a mãe do personagem principal de *O corpo interminável* (2019) desaparece.

Cláudia Lage contextualiza seu romance nesse período da ditadura e é possível entender, por meio da narração das personagens, que o tempo está situado na década de 1970, pois as torturas e violências sofridas pelas narradoras são descrições de uma época catalogada, posteriormente, como os anos de maior violência e crueldade do regime.

Acontecimentos narrados de forma fictícia, em *O corpo interminável*, revelam, ainda, a escolha pelas representações de um tempo histórico, pois a narrativa apresenta personagens e fatos que aconteceram, e que são possíveis de comprovação a partir de relatos e documentos encontrados sobre a ditadura militar. Tratam-se de personagens que deixaram seus filhos ainda bebês e foram levadas para a tortura afim de que delatassem o grupo de combatentes do regime ao qual pertenciam. Há, ainda, as personagens estupradas nas prisões, que engravidaram e tiveram seus filhos tirados de seus braços ao nascer e entregues ao juizado da infância da época.

O choque em cenas fortes envolvendo mulheres e a maternidade, representa ficcionalmente, as histórias de muitas mulheres silenciadas que morreram de forma semelhante às criações estéticas de *O corpo interminável*. Tratar a mulher como animal, como coisa, objetificada até a completa humilhação, fazia com que a tortura física e psicológica se igualasse na completa e extrema violência sofrida. Como se percebe no trecho a seguir:

Mandaram ela tirar a roupa, mandaram que a dobrasse e colocasse num canto, mandaram que ficasse de quatro, que gemesse como uma puta. Ela era uma puta e devia gemer como uma puta geme, se mover como uma puta se mexe, levantar a bunda como uma puta levanta. [...] de quatro puxaram seus cabelos para trás, bateram na sua bunda, chutaram depois a viraram, abriram as suas pernas, xoxota feia, fedorenta, ela já tinha dito os nomes que pôde dizer, os endereços que pôde, os ultrapassados, os que tinham caído, ela acha que não denunciou ninguém, ela tem certeza, já estava ali a tempo de não saber nada novo, não servia para mais nada [...] acabou, ela gemeu, acabou, começou a gritar, colocaram os eletrodos na sua vagina, nos ouvidos, na língua, ela não servia para mais nada (Lage, 2019, p. 171).

Logo, a ditadura militar vitimou várias mães, várias filhas, várias esposas, várias mulheres que fizeram parte de grupos de guerrilha e lutaram contra o sistema. Isso é um indício de que foram os anos em que o governo endureceu ainda mais, quando arbitrariamente censuravam os jornais, as notícias, as músicas, os livros, tudo que pudesse instigar a população contra o regime e ressaltasse que era preciso combater fortemente o governo opressor e repressor.

O governo Médici chegou ao fim com a posse, em 15 de março de 1974, de seu correligionário e também participante das conspirações, ex-ministro de outros mandatos, o general Ernesto Geisel. Sobre esse contexto, Lima (2020, p. 342) afirma que:

O AI-5 foi aplicado em raras ocasiões e acabou progressivamente substituído por “salvaguardas constitucionais”. A censura prévia em redações foi suspensa em 3 de janeiro de 1975. Ainda assim, naquele ano, nada menos que 109 livros publicados seriam retidos e 20% das revistas sofreriam cortes. A aparência de uma “legalidade autoritária” cristalizaria a ideia de que a era Geisel havia sido mais branda que a de seus antecessores. Mas, décadas depois, seriam encontradas evidências de que o quadro da repressão persistia sem grandes alterações.

Geisel foi igualmente autoritário e repressor. Tinha participado do governo ditatorial desde o golpe de 1964, compartilhava dos ideais da extrema direita e era um militar como os demais, prezando pelo autoritarismo, pela imposição e pela tirania. Seu governo opressor foi mascarado por algumas ações que visavam falsear a verdade para gerar um clima de tranquilidade e segurança, diminuindo ainda as denúncias de desaparecimentos, torturas, sequestros e morte de presos políticos. Segundo Lima (2020, p. 343),

Documentos revelados pelo Departamento de Estado norte-americano em 2018 demonstram que não apenas os altos escalões do governo tinham conhecimento do que se passava, como decidiam a política que norteava essas eliminações. Um memorando de 11 de abril de 1974 enviado pelo diretor da CIA para o então secretário de Estado Henry Kissinger indicava, já no título, a gravidade do que vinha sendo discutido no Planalto a respeito: “Assunto: Decisão do presidente brasileiro, Ernesto Geisel, de continuar com as execuções sumárias de subversivos perigosos, sob certas condições”.

O governo Geisel foi tão cruel quanto o seu antecessor, revelando que o peso da ditadura sobre a sociedade brasileira estava longe de acabar. Geisel era repressor e seguia a conduta adotada pela cúpula militar no poder desde o golpe de 1964. Ordenando ao general Figueiredo, seu sucessor, até então ministro do exército que efetuassem prisões e punições severas aos acusados de comunismo e acabasse com o suposto terrorismo que os opositores do governo faziam tentando combater a ditadura. Segundo Lima (2020, p. 344),

Segundo o relatório, disponível no site do Departamento de Estado, “Geisel informou ao general Figueiredo que a política deveria continuar, mas que extremo cuidado deveria ser tomado para assegurar que apenas subversivos perigosos fossem executados” e que “o chefe do CIE deveria consultar o general Figueiredo, cuja aprovação deveria ser dada antes que a pessoa fosse executada”. Dos 210 desaparecidos políticos no Brasil, 35 ocorrências foram no ano de 1974, a maior parte após a posse de Geisel. Entre o dia da reunião registrada para a CIA e o mês de março de 1979, ao menos 89 pessoas seriam mortas pela repressão – a maioria em São Paulo e no Rio –, segundo levantamentos da Comissão Nacional da Verdade e de outras instituições. E nem todas elas estavam na clandestinidade.

Assim, o governo Geisel foi parte dos anos de chumbo da ditadura no Brasil, e foi sucedido pelo general João Figueiredo, em outubro de 1978, quando o governo brasileiro tomaria novos rumos. Figueiredo apesar de ser conhecido pela truculência nas palavras, conduziu o Brasil pelas aberturas

políticas que se faziam urgentes e sua gestão teve avanços. Segundo Lima (2020), o primeiro ano de seu mandato seria o primeiro sem desaparecidos políticos em mais de uma década. Uma novidade que deu início a esperança de mudanças políticas significativas para o país.

Lima (2020), afirma que nesse período artistas e personalidades no país começaram uma campanha, em 1979, pela anistia. O desejo era que se libertasse os presos políticos e que se responsabilizasse o Estado pelos crimes. Porém, o Estado, representado por João Figueiredo, queria que a anistia fosse irrestrita, os presos políticos seriam libertados por crimes políticos, mas o Estado em contrapartida também teria essa chancela, não seriam apurados os crimes e seus mandantes. Assim, nenhum militar atuante e torturador foi condenado, nem mesmo investigado ao decretarem a anistia em 1979. Figueiredo aprovou a anistia recíproca, eximindo militares e o Estado de seus crimes.

Uma campanha pelas eleições diretas foi iniciada, a partir das mesmas manifestações que pediram pela anistia. Figueiredo, ainda presidente, aprovou o retorno do pluripartidarismo no Brasil. Dessa forma, a oposição seria diluída, pois estava se fortalecendo no período. Lima (2020, p. 372-373) afirma portanto que

A campanha pela anistia ganhou impulso e, em junho de 1979, o governo Figueiredo encaminhou ao Congresso um projeto que atendia apenas parte das demandas, porque excluía os condenados por atentados terroristas e assassinatos. Favorecia também os responsáveis pelas práticas de tortura, que ficariam livres de qualquer processo ou punição. Essas ressalvas foram consideradas condições inegociáveis pela linha dura para que a proposta pudesse ir adiante.

Após o fim da ditadura, com a anistia aos presos políticos, as campanhas para eleições diretas para presidente da república e a reabertura do congresso nacional e do Supremo Tribunal Federal, o país parecia estar retomando de fato sua soberania nacional de país democrático. Assim, o governo, o Estado maior e a grande mídia juntos promoveram o apagamento histórico dos crimes graves e violentos sofrido durante a ditadura, uma vez que a concessão da anistia também envolvia os torturadores.

Se não seriam mais julgados como presos políticos os guerrilheiros anistiados, também não seriam julgados os torturadores, mandantes e toda a classe militar que havia cometido crimes contra a humanidade. Houve momentos pós-ditadura em que se queimaram arquivos e documentos comprobatórios dos interrogatórios, das torturas e toda violência praticada, como apontam os escritos de Dom Paulo Evaristo Arns (1986). No entanto, grupos de intelectuais, religiosos, políticos e artistas se uniram para tentar preservar essa memória de horrores experimentados por todo o país.

Arns (1986) reuniu milhares de documentos e registros que estão descritos de forma a

preservar a memória do que foi feito, as torturas, a descrição dos métodos de como os militares usaram estudantes presos de cobaias para demonstrar a outros militares como realizar as torturas, humilhando e degradando ainda mais as vítimas do regime. Sobre o sofrimento pelo qual passaram as vítimas dos torturadores, Arns (1986, p. 20) afirma que

Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu. O “desaparecido” transforma-se numa sombra que ao escurecer-se vai encobrendo a última luminosidade da existência terrena. Para a esposa e a mãe, a Terra se enche de trevas, como por ocasião da morte de Jesus.

Assim, o papel de divulgar e manter viva a memória do que foi a ditadura militar brasileira tem sido desenvolvido pelas artes, trazendo testemunhos de quem experimentou a dor e o sofrimento e sobreviveu a eles. A anistia que veio no final dos 21 anos de ditadura, também anistiou os perpetradores da violência, já que nunca condenou-se os culpados e nunca os levaram à justiça. Isso tornou necessário formas de levar à público as memórias e os testemunhos da ditadura por meio das artes e da literatura. Eurídice Figueiredo, em seu livro *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017, p. 26) se detém a essa falta de memória do/no Brasil:

No Brasil não se cultiva a memória política porque a anistia significou amnésia, o país se recusa a enfrentar seu passado, a rever os crimes cometidos, a expor as atrocidades perpetradas por um regime de exceção. [...] enquanto vigorar essa lei iníqua que perdoou os torturadores e os assassinos, o Brasil não ousará olhar para seu passado, continuará sendo um país desmemoriado, ou, como diz B. Kucinski, um país que sofre de Alzheimer.

Homens e mulheres vítimas da violenta ditadura militar brasileira demoraram para contar suas memórias, para expor sentimentos e absorver o medo. Aos poucos vieram a tona alguns relatos de sobreviventes da ditadura, mas muito tempo depois as mulheres tiveram coragem de expor o que passaram. Cláudia Lage é uma das escritoras contemporâneas que trouxeram esse tema tão necessário de ser falado por meio das vozes femininas que foram silenciadas por tantos anos. Algumas disseram que não queriam lembrar, que queriam esquecer o horror que viveram, mas viram que uma forma de esquecer é também lembrar, colocar pra fora e denunciar. *O corpo interminável* é uma forma ficcional de colocar para fora os sentimentos desse período.

Sobre o silenciamento histórico da ditadura, Motta (2021) afirma que também os historiadores foram deixados para lá na história política recente de nosso país, assim como toda a ditadura, uma vez que a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, suas falas de aclamação ao golpe militar e a

escolha por militares para ocupar chefias de governo gerou uma sensação de retomada dos militares ao poder. O silenciamento pós anistia arrastou partidários de suas crenças com faláceas sobre a ditadura não ter sido um golpe, nem violenta como foi. Nessa perspectiva Motta (2021, p. 14) afirma que

Nessa presença marcante do golpe e da ditadura militar nas falas da elite política, em discursos de youtubers e em manifestações de rua, percebem-se uma politização e uma manipulação ideologicamente orientada da história com o objetivo de construir versões moldadas para justificar a ditadura e, eventualmente, dar fundamento a novos projetos autoritários, inclusive do governo Bolsonaro.

Sendo assim, a retomada da temática da ditadura militar, do golpe que a gerou em 1964 e das várias vertentes dos 21 anos que o Brasil viveu sobre esse regime, faz-se necessário uma discussão pautada em dados e fatos históricos. As grandes publicações historiográficas sobre a ditadura militar nos mostram os fatos, baseadas em relatos e documentos, e a literatura, por sua vez, nos faz pensar e tentar alcançar a dimensão dos sentimentos de dor que os torturados e as vítimas atravessaram.

Em artigo para a Revista Brasileira de Ciências Sociais, Oliveira (2011) escreve sobre a historiografia da ditadura e os desenhos do país desde a escravidão dos negros, passando pelas torturas e pelos torturadores. Oliveira (2011, p.22) reflete que o

O horror das câmaras de tortura dos Doi-Codis não autoriza que ignoremos parte dessa história ou que, quando a apresentamos, façamo-lo de maneira enviesada, como muitas vezes ocorre. Recuemos ao princípio, o golpe de 1964. Foi, sem dúvida, um golpe, e chamá-lo de “revolução”, como pretenderam os vencedores de então, chega a ser patético. Mas, apesar de tudo, a intervenção militar de 31 de março de 1964 não pode ser reduzida a uma versão caricatural segundo a qual “gorilas” (como se dizia na época) saíram das casernas para esmagar todo um povo que despertava. Vale lembrar que algumas das instituições mais representativas da chamada sociedade civil, como boa parte da grande imprensa, a ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e também a igreja Católica – sim! –, aplaudiram num primeiro momento a destituição do presidente Goulart, na ocasião vista como uma ação de emergência que visava salvaguardar o regime democrático (skidmore, 1988, pp. 63-64). em 1º de abril de 1964, nosso poeta maior anotava no seu diário: “sensação geral de alívio” (Drummond de Andrade, 1985, p. 149). Em seguida, a dinâmica infernal do processo levou à realidade dos porões, quando os apoios iniciais, um a um – sobretudo no caso da OAB e da igreja Católica –, foram se retraíndo até se tornarem clara e decidida oposição.

Os arranjos políticos para impedir uma falsa configuração socialista que parecia se desenhar, levou a 21 anos do mais terrível engano político cometido. Coube a essa parcela da sociedade fazer firme oposição ao regime autoritário e aos grupos que se reuniram para não deixar que documentos se perdessem, sob supervisão do Cardeal Arns, conseguiram com o livro *Brasil nunca mais* trazer à luz as atrocidades da ditadura militar brasileira. Vemos assim, que a literatura tem fundamental importância na perspectiva estética de denunciar mais de duas décadas de crimes, violências, torturas, sequestros, desaparecimentos e mortes.

## 1.2 A literatura brasileira nos anos de Ditadura Militar

Durante os anos de chumbo que vieram pós golpe de 1964, diante do aumento da participação das oposições em manifestos e lutas contra a ditadura, grupos de direita como militares, parlamentares, elite e trabalhadores, classe média e apoiadores do extremismo se organizaram para defender a ditadura. Os conflitos estavam aumentando e causando desconforto ao governo, até então sem contraditórios, que aumentava ainda mais a fala dos direitistas radicais de retorno do “perigo vermelho”, referindo-se ao motivo principal elencado para o golpe de 1964, o comunismo.

Nesse cenário os conflitos armados e a violência aumentaram em todo o país, gerando críticas ao governo acusado de incompetente para lidar com os desafios do momento. Nesse desvario e disputa violenta, o governo decretou o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Motta (2021) afirma que o AI-5 foi um ato de força, para recuperar a iniciativa de um governo que vinha sendo contestado até por seus aliados. O autor ainda defende que o AI-5 conferiu ao Executivo poderes praticamente ilimitados e sem prazo de expiração, ao contrário dos atos anteriores. De acordo com Motta (2021, p. 117-118),

Evidentemente, outro aspecto-chave na caracterização do AI-5 como um marco foi a violência repressiva, que aumentou exponencialmente após dezembro de 1968. O aparato repressivo foi expandido e ganhou autonomia para agir com violência contra os inimigos políticos, inclusive com adoções de práticas ilegais segundo a própria legislação ditatorial.

Muito se fala sobre os traumas e horrores deixados na memória dos sobreviventes e na sociedade em geral. Élio Gaspari, jornalista italiano radicado no Brasil escreveu de 2002 a 2004 uma série de livros analisando a ditadura e expondo documentos que evidenciam como ela desenvolveu-se no Brasil. Ele, assim como outros, trata das torturas tal como são: um mecanismo de excesso que ele chama de “praga”. Gaspari (2002, p.15-16) reflete que

A ação policial da ditadura foi rotineiramente defendida como resposta adequada e necessária à ameaça terrorista. O general Ernesto Geisel, num depoimento aos historiadores Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, desenvolveu esse raciocínio justificativo: “Era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão, se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou”.<sup>3</sup> Esse raciocínio ampara-se na exacerbação da ameaça. Tratando-a como algo excepcional, justifica a excepcionalidade da reação.

Os torturadores, segundo Gaspari (2002), justificaram as torturas e toda a truculência de suas ações durante o período pós AI-5, como repressão ao terrorismo. Esses militares radicais e que difundiram as torturas como métodos eficazes, ainda de acordo com Gaspari (2002), tinham como

justificativa a restituição que os desordeiros, os guerrilheiros impuseram à sociedade. Todo combatente era tido como subversivo e desordeiro. Mas a questão central que Gaspari discute é a moralidade. Do ponto de vista da ética e da moral, os militares não se valiam de nenhuma moral para causar dor e sofrimento. Gaspari (2002, p. 16) argumenta que

É comum condenar a tortura com juízos éticos e morais. De todas as linhas de resistência a essa praga, a corrente moral é provavelmente a que exerce maior atração, mas também a de influência menos mensurável.<sup>6</sup> Ela enobrece a militância da denúncia, mas se tem a capacidade de mobilizar sentimentos, é ineficaz quando se trata de conter o presidente, ministro ou general que já atravessou a linha divisória da moralidade. Dado esse passo, a questão ética torna-se irrelevante. Para a maioria das pessoas a tortura é condenável por imoral, mas é a minoria que despreza esse aspecto quem a põe em funcionamento.

Os torturadores desprezavam a moralidade, ou a falta dela, para cometerem torturas, violências, e exercerem o autoritarismo. Os anos de chumbo foram de maior violência bem como de maior falta de moralidade nos atos cometidos pelos torturadores. Vemos aqui um aspecto usado para justificar as ações truculentas do período por aqueles que tinham o poder nas mãos. Não acreditavam estar cometendo excessos, uma vez que prendiam e torturavam guerrilheiros que utilizavam métodos de combate como explosão de bombas e combates armados.

Tidos como terroristas, todos os que se uniram em grupos de guerrilhas para combater o regime foram punidos com rigor. Gaspari (2002) fala que a tortura é filha do poder e não da malvadeza. Afirma ainda Gaspari (2002, p.17) que

A natureza imoral dos suplícios desaparece aos olhos daqueles que os fazem funcionar, confundindo-se primeiro com razões de Estado e depois com a qualidade do desempenho que dá às investigações. Para toda ação de tortura, morte, sequestro e desaparecimento havia uma justificativa no poder de “restituir a ordem pública” por parte das forças armadas. O que por si só carrega a ideia de poder e autoritarismo que os militares exerciam sobre a população na época.

Regina Dalcastagnè em seu livro *O espaço da dor, o regime de 64 no romance brasileiro* (1996) fala dos excessos e essas violências que foram denunciadas pela literatura. Nesse livro ela compara textos escritos com a temática da ditadura e com abordagens que se aproximam, como os livros de Antônio Callado, Ivan Ângelo, Lygia Fagundes Telles, José J. Veiga, entre outros. A ditadura e as torturas são os assuntos tratados em *Reflexos do baile*, de Antônio Callado (1976) e *O que é isso companheiro?* de Fernando Gabeira (1980), as denúncias das lutas armadas às prisões, sequestros, torturas, desaparecimentos e mortes.

*A festa* (1976), de Ivan Ângelo, narra também histórias de estudantes, trabalhadores e nordestinos que migraram para os grandes centros em busca de trabalho e a luta contra a polícia nas revoltas que encabeçavam. Esses livros falam das torturas e do sofrimento que a violência do regime causava. Todos eles mostram como a literatura denuncia as atrocidades cometidas pelos torturadores. Dalcastagnè (1996) analisa como a literatura revela segredos e cria a atmosfera necessária para que a denúncia cumpra seu propósito.

A respeito dos romances que analisa, Dalcastagnè (1996, p.114) afirma que “reconstruir o vivido é refazer a história, recolocando nela personagens marginalizadas”. Nesse sentido reflete também sobre a tortura ter obtido justiça com, no mínimo, a punição dos malfeitores torturadores. As vítimas continuaram sendo punidas a cada lembrança, cada memória do que sofreu e tiveram que conviver com o fato dos torturadores terem saído impunes dessas páginas da história. Dalcastagnè (1996, p.15) reflete ainda afirmando que

Eles permanecem aí – em reuniões regadas a bom uísque, sorrindo – diante das câmeras de televisão, sorrindo – de terno e gravata, sorrindo. Parecem felizes, diriam uns, estão de bem com a vida, pensariam outros, têm belas lembranças, concluiriam então. Sem dúvida! Cada vez que um deles se olha no espelho, preparando-se para aparecer em público, uma súbita alegria o invade. É um homem impune, e sempre que lembra disso ele sorri. Sorri diante do nosso esquecimento, sorri diante da perplexidade daqueles poucos que ainda se recordam, que ainda sofrem.

Entre outros, Dalcastagnè (1996) analisa e suscita o papel da literatura e da escrita para que não permitamos que os que sorriem diante da impunidade permaneçam sem serem reconhecidos como os monstros que de fato são. Se toda narrativa, todo romance de temática da ditadura militar puder recriar a dor a fim de não se esquecer de quem a provocou, a impunidade não passará despercebida e uma chance existirá de não mais haver torturas e crueldades.

Quem também reflete sobre a importância da literatura nesse cenário é Figueiredo (2017) que cita, dentre vários outros romancistas, Bernardo Kucinski que, por sua vez, escreveu sobre o desaparecimento de sua irmã Ana Kucinski durante a ditadura em *K. relato de uma busca*, publicado pela primeira vez em 2011. Na abertura do romance Kucinski (2012, p. 13) afirma que tudo narrado na obra “é invenção, mas quase tudo aconteceu”. De forma análoga, a narrativa de Cláudia Lage também traz narradoras que relatam eventos traumáticos que aconteceram em algum lugar e em algum momento durante a ditadura.

O que é narrado por Cláudia Lage e por outros autores que escreveram sobre a ditadura, retrata a partir de histórias fictícias, fatos históricos, contribui para manter a memória e validar os

testemunhos. A sociedade precisa desses relatos que a literatura tenta tornar suportável para não esquecer o que se passou durante os anos em que o país viveu sob ditadura e intervenção militar.

Figueiredo (2017, p.41) diz que “tratar da literatura sobre a ditadura convoca categorias de pensamento como o testemunho, o trauma, o exílio, a memória, o arquivo, enfim, a responsabilidade dos autores frente à história e aos leitores”. Para a autora, não há dúvidas de que essa literatura de grandes catástrofes e impactos sociais tem um forte caráter de testemunho.

No romance, Lage (2019) coloca a narrativa de quem viveu a experiência traumática da tortura e do sofrimento, de quem teve a tortura e a violência causada por desejar vencer a tirania em favor da democracia. Em Lage (2019, p.121) lemos que “a imagem é de uma mulher, o corpo nu morto de uma mulher. Melina me mostra, os seus dedos não conseguem segurar a foto. Há um grande peso, a foto desaba em minhas mãos”.

Neste aspecto, a literatura em Cláudia Lage recria cenas por meio de imagens que ressaltam e evidenciam os traumas causados pela ditadura. As torturas deixam marcas físicas e psicológicas e as personagens que contam suas histórias remontam toda a trama dos ditadores para impor sua força e garantir seu poder. Em outros romances lemos também fortes relatos e imagens narradas sobre essas torturas. É o caso de *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva de 2015, que narra a história de sua família com o desaparecimento de seu pai, o ex-deputado, Rubens Paiva.

As narrativas que recriam cenas de torturas e maus tratos sofrido durante a ditadura têm um sentido de expor e causar reflexão nos leitores, de esclarecer e revelar até o que foi o período ditatorial brasileiro. Por isso mesmo essas narrativas têm ganhado o mercado com livros sobre o tema e com trabalhos acadêmicos diversos que se debruçam em pesquisas de teorias e ficções para explorar o assunto.

Cláudia Lage com o premiado *O corpo interminável*, expõe as dores das mulheres que poderiam ter vivido de fato essa época. A identificação com outros romances e outros personagens, como a Lia de *As meninas*, de Lygia Fagundes Teles, causa aproximação e maior reflexão sobre o papel das mulheres no combate à violência e atrocidades da ditadura.

Sobre essa questão, Figueiredo (2017) ressalta que a ficção colabora para a narração do que foi doloroso e é parte da história, pois a literatura recria ambientes de terror, acontecimentos dolorosos e expõe ações de tortura e dor. Dessa forma, há na literatura o suporte para que a história não seja esquecida e, desta feita, não seja desejada. A retomada do período doloroso da história por desconhecimento do que realmente foi esse período, eleva tolos à categoria de eleitos. É o que Motta (2021, p. 22) afirma sobre o golpe de 1964:

Os militares foram festejados como salvadores da pátria pelos defensores da derrubada de Goulart, sendo que houve quem interpretasse o golpe como notável vitória do “mundo livre” sobre o comunismo. Para os mais exagerados e ufanistas, a deposição de Goulart representou a maior derrota soviética em muitos anos [...] com a vantagem adicional, diziam os entusiastas, de tê-lo conseguido se que ocorresse uma guerra civil.

A narrativa de Cláudia Lage retoma a violência do período por meio de relatos das personagens perseguidas e torturadas pelos militares. As mulheres, em especial, eram ainda mais submetidas à força da violência extrema com que eram capturadas, presas, maltratadas, humilhadas, torturadas, mortas e desaparecidas. Esse cenário é apresentado e elaborado por meio da memória e do testemunho da história brasileira de detalhes pouco conhecidos e divulgados, especialmente com a anistia e perdão aos presos políticos e aos torturadores.

Quando se fala das catástrofes e dos horrores do século XX, não podemos associar o que aconteceu com os brasileiros durante a ditadura militar com um evento como o holocausto, mas podemos dizer que em termos de trauma e de testemunhos tivemos nosso evento consideravelmente doloroso na ditadura militar, nas perseguições, prisões, exílio, cidadãos contrários ao regime tendo que se esconder, mudar de nome para continuar vivo.

Seligmann-Silva (2003) afirma que não se pode negar que os traumas causados pelo holocausto fazem eco no século XXI como marca da história mundial, que abalou não só o povo perseguido, os judeus, como envolveu todo o mundo em uma guerra sangrenta e de enormes proporções. Assim como não se pode negar o eco que os traumas da ditadura fazem ao povo brasileiro até os dias atuais.

Enquanto o sobrevivente vive o “drama do testemunho”, que está irremediavelmente ligado a um processo dialético e complexo no qual recordar e esquecer são dois fatores dinâmicos e inseparáveis (ele em certa medida recorda para se esquecer e porque não consegue esquecer-se precisa narrar), por outro lado, o papel da historiografia é o da investigação “científica”, baseada em documentos e visando o esclarecimento e explicação do ocorrido (Seligmann-Silva, 2003, p.15)

Frei Betto no texto *Arquivos da ditadura e memória subversiva*, publicado no jornal *O Globo* em 15 maio de 2018, afirma que houve uma tentativa de apagamento da memória e da história do Brasil sobre os atos monstruosos cometidos durante a ditadura. Para ele, “as Forças Armadas brasileiras preferem tergiversar a respeito dos arquivos da ditadura. Insistem na versão de que foram queimados. [...] Ora, impossível apagar a memória daqueles 21 anos de atrocidades”.

O artigo de Frei Betto e de outros falam sobre a história de forma que demonstre como foi o período. Especialmente quando a História do Brasil abarca um tema tão marcante como a ditadura, a

literatura se torna essencial para o não esquecimento, para o não apagamento, especialmente aos que não viveram o período.

É comum vermos jovens que não conheceram a ditadura militar aclamar a volta desse regime. Esse engano não pode ser reforçado, ao contrário precisa ser combatido, uma vez que não houve benefícios para a nação passar por um período de recessão, cerceamento dos direitos civis e políticos. Motta (2021) afirma que as eleições presidenciais de 2018 e a escolha do candidato Jair Messias Bolsonaro não podem ser ignoradas, pois é dos estímulos que os mais jovens vem tendo de que a ditadura foi uma forma de salvar o Brasil dos comunistas, afirmando ainda que não houve golpe. O fato serve de alerta para o discurso que Bolsonaro fez como candidato e utilizou durante seu mandato, de que os historiadores não deveriam ser levados a sério, nem considerados, e que a ditadura não foi tudo isso de que falam.

Motta (2021) ressalta não somente a figura de extrema relevância dos historiadores, como também dos documentos e registros do período que apresentam a história, os relatos das torturas e da violência com que o governo ditatorial tratou os presos políticos. Especificamente sobre essas relações, Seligmann-Silva (2003) reflete sobre o esquecimento e a memória de um acontecimento de grande impacto negativo na sociedade, como as catástrofes e ditaduras do século XX. De acordo com o autor não é raro que as memórias coletivas sejam descartadas ou varridas para debaixo do tapete, enquanto as memórias individuais ainda fazem do sujeito que experienciou a tortura e a violência, alguém cuja memória pareça inacreditável.

Desacreditar o sujeito que sofreu horrores faz parte de uma estratégia que visa ocultar fatos e seus culpados, a fim de não haver punição ou julgamento. Por assim dizer,

Se cada vez mais a realidade é vista como traumática e a psicanálise determina o nosso modo de ver o “armazenamento” do passado – como uma *inscrição* que sempre é lida *après-coup* -, nem por isso devemos acreditar na possibilidade de se entrecruzar sem precauções o trauma estrutural ontogenético com o trauma histórico, filogenético. Mas talvez seja ousado demais afirmar que a denegação, e com mais razão a recusa enquanto mecanismo patológico, tem a sua contraparte no negacionismo dos assassinatos da Shoah. Eles querem seja minimizar o papel das atrocidades – substituindo e deslocando o seu local -, seja negar a sua existência (Seligmann-Silva, 2003, p. 77-78).

Seligmann-Silva (2003) diz que não existe explicação para a animalização do homem. Isso para se referir a dor sentida por quem viveu o horror, deste modo, a ditadura militar brasileira suscita esses sentimentos. Na mesma dinâmica, Figueiredo (2017, p.41) afirma que “escrever hoje sobre os romances e relatos (auto)biográficos que tratam da ditadura é forçosamente rever e repensar o passado”. É uma forma de fazer com que a sociedade encare os fantasmas do passado por meio de

sua historiografia relatada comoventemente.

O romance de caráter testemunhal, aquele que suscita a memória coletiva, mas expõe memórias individuais, a exemplo de *O corpo interminável* (2019), abraça a missão de não se deixar esquecer do que houve no passado do país. Falas de que os militares salvaram a população de um suposto golpe comunista, incitam de forma errônea a pedidos para que hoje seja feita a mesma coisa, que haja uma nova tomada de poder que impeça a democracia de ser exercida. Esse argumento anticomunista que vem desde o golpe de 1964, alimenta o sentimento de que os movimentos de esquerda são negativos e que devem ser combatidos e retirados do cenário político brasileiro. Motta (2021, p. 20) relembra que

A brasa dormida do anticomunismo foi atizada para gerar mais uma campanha antiesquerdista. Seus alvos são amplos e diversificados (às vezes vagos), como defensores do meio ambiente, a “ideologia de gênero” ou o “politicamente correto”, assim como incluem diferentes partidos políticos.

Quando lemos a historiografia da ditadura brasileira percebemos que a história é tão dolorosa que somente ficcioná-la é tornar suportável de ouvir, como diz Figueiredo (2017). Deste modo, Cláudia Lage apresenta os horrores vividos pelas personagens no âmbito da ficção, da personagem sem nome que é isso: uma personagem. Assim, o leitor tem a chance de refletir sobre o que aconteceu a ela e pensar nas situações hipotéticas colocadas no romance. Para além disso, o leitor poderá refletir que de acordo com o que contam os sobreviventes da ditadura brasileira tudo o que lerem é algo possível de ser um fato.

Narrar um trauma a partir da própria experiência é algo difícil, uma vez que a experiência do indivíduo traumatizado pode não ser apreendida pela narrativa. Narrar um acontecimento traumático requer crítica à violência, crítica social e cultural, mas para as vítimas, requer sobretudo esquecimento, como Seligmann-Silva (2003) nos expõe. Por esse motivo, a literatura tem a sua importância para a memória e pós-memória da ditadura militar brasileira.

Figueiredo (2017, p.43) afirma que mesmo que historiadores e jornalistas tenham feito um excelente trabalho de pesquisa e revelado fatos terríveis sobre o regime, “só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação”. A exemplo dos relatos e narrativas ficcionais referentes aos regimes ditatoriais no mundo todo, narrar o que aconteceu com as pessoas que enfrentaram o regime militar brasileiro em busca de liberdade e democracia aproxima a história e os fatos das gerações que vieram depois e não tiveram que passar pelo sofrimento daqueles dias.

Quem testemunhou a ditadura, teve depois que buscar uma forma de esvaziar-se da dor, por isso ao relatarem, por meio da escrita, não para evidenciar a verdade em si, mas para apresentar à posteridade o que a humanidade enfrentou e como foi sobreviver à barbárie, esvaziaram o sentimento de silenciamento forçado. Seligmann-Silva (2003, p. 46), a esse respeito escreveu que

[...] essa passagem descreve o campo de forças sobre o qual a literatura de testemunho se articula: de um lado a necessidade premente de narrar a experiência vivida, do outro, a percepção tanto da insuficiência da linguagem diante de fatos (inenarráveis) como também – e com um sentido muito mais trágico – a percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua conseqüente inverossimilhança.

Romances que tematizam a ditadura militar abordam a violência, a degradação e, mais que tudo, a crueldade do regime contra os que discordavam dele, sobretudo às mulheres. Para Bezerra (2014) a participação feminina na luta armada, no sofrimento da tortura e o papel que desenvolveram contra a ditadura demonstra a presença significativa de mulheres nos movimentos de resistência fato que não pode ser esquecido.

Em um dado momento da história, é preciso lembrar que os homens exercem papel de dominância advindo do patriarcado, mas também a história nos mostra que as mulheres sempre participaram ativamente em lutas, guerras e combates a fim de obter uma sociedade mais justa, mesmo que não se reconhecesse a importância dessa luta. Sobre isso, Bezerra (2014) segue analisando como as sobreviventes falam do que experimentaram de forma a pensar não no porquê, mas no como sobreviveram. Bezerra (2014, p.39) afirma

Essa mudança em perspectiva nos ajuda a entender por que, embora a questão da tortura seja uma constante na fala das ex-prisioneiras políticas, a ênfase é dada mais à forma como elas vivenciaram ou tentam superar as sequelas da tortura do que propriamente às técnicas de tortura. Da mesma forma, há uma preocupação em marcar a diversidade de vivência dessas mulheres.

Elas narram histórias incomuns de pessoas comuns. Bezerra (2014, p. 40) diz que “em muitos momentos, elas se referem à dificuldade em encontrar um equilíbrio entre a impossibilidade de esquecer o passado e a necessidade de continuar vivendo”. É mais comum para as mulheres o sentimento de culpa, a dor da maternidade não vivida pela perda do filho, ou por terem sido arrancados de seus braços. A literatura procura resgatar esses sentimentos e apresentar à sociedade como essa parte da história continua ardendo no coração de quem sobreviveu, ou ficou para trás.

### 1.3 Imagens da ditadura militar brasileira no romance *O corpo interminável*, de Cláudia Lage

Analisar a ditadura militar abordada em um romance contemporâneo e a participação das mulheres nesse período é uma forma de mostrar a força feminina que sempre esteve atravessada pelo machismo e pelo patriarcalismo. As mulheres participam da sociedade ativamente desde sempre, mas calar as vozes femininas é uma forma de impor medo e poder e *O corpo interminável* trouxe essas vozes à tona, dando a oportunidade, na ficção, das mulheres guerrilheiras, que sofreram com a ditadura contar suas histórias.

Grupos que discutem a ditadura militar em plataformas digitais, *podcasts*, narram as histórias contidas nos documentos produzidos durante a ditadura, especialmente nos documentos elaborados pela Comissão Nacional da Verdade - CNV. Essa comissão foi criada pela Lei no 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 e tinha por objetivo apurar violações dos direitos humanos ocorridos no período do regime militar, após o golpe de 1964. Essas narrações discutem a forma como foram tratados os presos do regime militar, os motivos que os levaram a prisão e como acabaram mortos ou desaparecidos.

Os relatos da CNV mostram a crueldade das torturas impostas aos presos políticos e os traumas gerados com sequelas irremediáveis. Em um *podcast* intitulado *Os crimes da ditadura*<sup>1</sup>, apresentado na plataforma digital *Spotify*, os autores e narradores observam os imensos traumas sofridos pelos presos que foram duramente castigados com choques elétricos e agressões físicas diversas. Algumas dessas entrevistas, ou dos casos que vieram a público posteriormente versam sobre a dificuldade de dormir, de ficar em quartos escuros e até mesmo de se relacionar com outras pessoas que as vítimas carregam pela vida. São traumas que paralisam, impossibilitam de que a vida seja retomada e flua conforme o esperado.

Não percebemos uma memória coletiva a ser discutida para se obter justiça ao que houve. As políticas de apagamento de memória por parte do Estado e da grande imprensa, fizeram com que o violento período ditatorial brasileiro permanecesse em silêncio, uma vez que não houve investigação, ou punição dos culpados agressores do regime. Bentivoglio (2020, p. 165), ao se deter a essa questão, afirma que

---

<sup>1</sup> <https://open.spotify.com/show/0nNMHxhaoDsMdrpqDS2Jf?si=86c8fcf3c56e46c2>

o abafamento dos crimes não causou comoção coletiva, não despertou sentimentos de revolta coletivos ou acusação mais contundentes e sistemáticos, fazendo com que o trauma da ditadura não tivesse alcançado a dimensão que deveria ter junto à sociedade brasileira. Pelo menos esse é o diagnóstico que se tem, afinal, desencadearam-se inúmeros dispositivos para *abafar* e minimizar os protestos e as manifestações populares contra a ditadura, durante e depois do regime. Defendo, portanto, a ideia de que isso ocorreu exatamente por conta de políticas e práticas deliberadas de esquecimento, muito comuns em relação à história política brasileira, que procuraram escamotear o teor autoritário e violento daquele regime ou ainda a magnitude negativa de suas implicações econômicas, sociais e políticas.

Ainda segundo Bentivoglio (2020), o apagamento das memórias da ditadura militar é tido como um “movimento de memórias impedidas (traumáticas), memórias manipuladas (adulteradas) e esquecimento obrigatório (anistia)”. Desse pensamento vem, como consequência, a necessidade de a ficção expor acontecimentos traumáticos vivenciados pelas personagens. Cláudia Lage, por seu turno, narra a história de um filho, o personagem principal Daniel, que nunca conheceu sua mãe e foi criado por um avô rancoroso e amargo que não falava nem aceitava que se falasse sobre essa mãe.

O trauma, então, alcança outro estágio, o de quem não viveu diretamente o período de ditadura militar, mas teve a vida afetada diretamente por ela, pois a mãe do personagem foi uma prisioneira do regime que desapareceu sem deixar a ele nenhuma lembrança. A outra personagem, Melina, namorada de Daniel, viveu o trauma da separação dos pais, cujas vidas foram afetadas também pela ditadura, uma vez que o pai dela, um fotógrafo e ex-militar, fez parte de forma indireta, fotografando as mulheres torturadas, ou mortas para os registros militares.

Em entrevistas, Cláudia Lage, afirma que algumas histórias de mulheres reais que enfrentaram o regime militar e foram presas, torturadas, mortas ou sobreviventes, a inspiraram para criar as narradoras do romance. Histórias que posteriormente vieram à tona e ficaram conhecidas do público ganham força para que se narre o terror da ditadura utilizando a ficção como instrumento de se contar.

O trauma contido na dor reside na memória individual do sujeito que foi torturado e na memória coletiva, do período em si. Esse é o mote de *O corpo interminável*, que apresenta ao leitor as memórias das guerrilheiras que narram o que sofreram. Lage (2019) apresenta as questões de maternidade, gravidez e sexualidade dentro da militância, no exílio e nas prisões. É como se partisse do todo (a memória coletiva da ditadura militar na história do Brasil) para as partes (memórias individuais das mulheres que sofreram torturas).

Essa memória individual segundo Halbwachs (1990), trata da propriedade que o indivíduo carrega de guardar consigo acontecimentos marcantes, por isso, possivelmente traumáticos. Mesmo memórias felizes permanecem com o indivíduo para sempre, e as memórias traumáticas, por sua vez, permanecem de forma nociva até que se possa processar e entender o evento traumático.

No romance há capítulos intermediários que narram em primeira pessoa as torturas vividas por mulheres, o que confere característica testemunhal à narrativa, por isso, as narradoras são presas políticas que contam dos porões da ditadura como foram torturadas com violência, além de terem sofrido humilhações e morte.

Essas mulheres, algumas grávidas, recebiam choques e tinham suas unhas arrancadas, eram humilhadas, animalizadas, e sem roupas com os cabelos desgrehados, ficavam imundas e dormiam no chão frio. Eram mulheres que tiveram seus direitos cerceados e pagaram o preço de combater o regime. O romance, à medida que nos representa esses cenários, resgata as memórias do trauma que foi o período ditatorial brasileiro.

Narrar um trauma, segundo Márcio Seligman-Silva (2003), tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer. A partir das perspectivas de quem viveu intensamente o evento traumático, exige-se distanciamento para não carregar de mágoas e revoltas a história que se quer preservar. Ser testemunha de fatos traumáticos modifica para sempre o sujeito, mas aqueles que narram histórias vividas por outros também se contaminam com o sentimento de absurdo de que somos todos tomados diante desse tipo de relato.

Seligman-Silva (2003) destaca que narradores de trauma e de testemunhos voltam do evento, seja da guerra, seja do campo de concentração, ou ainda dos porões das prisões do regime militar, carregados do “outro”, de histórias para contar ao outro, de forma que os outros sejam o motivo do religamento de quem vivenciou o trauma com o mundo novamente. Vemos em *O corpo interminável* a necessidade de retomada da vida, e a impossibilidade disso, quando as narradoras apresentam o trauma físico lembrando evidenciando as dores sofridas:

As unhas, a parte mais difícil, dolorosa, foi pintar as unhas. O esmalte, ela escolheu a cor, não queria vermelho, a voz saiu arranhada num fio quando disse, vermelho não. O motivo era óbvio, não precisava explicar. [...] seriam necessárias mais de duas camadas para cobrir as manchas. Ainda assim aparecia o roxo. Estava muito recente, não tem como o bege esconder tudo. Nenhum espanto. Vermelho não, ela disse (Lage, 2019, p. 163).

Esse é o olhar da história contado por Primo Levi (2020), em seu bem conhecido *É isto um homem?*, em cujo prefácio lemos que a “necessidade de contar "aos outros", de tornar "os outros" participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares” (Levi, 2020. p. 7).

Na ditadura brasileira houve a necessidade primeira de esquecer, que foi imposta pela anistia e pelo medo. Posteriormente, mais recentemente, temos visto a necessidade de falar, de expor o que cada sujeito sofreu durante o período. Narrar o trauma se tornou urgente e necessário, a medida que

o mundo foi mudando e a sociedade insistindo em retomar pensamentos retrógrados politicamente.

No romance de Cláudia Lage há características de narrativa de testemunho e, por essa razão, comovente quanto ao tema da ditadura militar brasileira. As personagens femininas que narram o que sofreram durante o período vem de encontro a essa contribuição que a literatura de ficção dá a historiografia. A reflexão sobre todo o trauma que o regime antidemocrático causou é a tarefa que a literatura toma para si, a fim de que não caia no esquecimento o momento terror para aquela geração de brasileiros.

Assim como vemos nas artes de forma geral, nos filmes, nas fotografias, nas músicas, no romance de Cláudia Lage é possível rever, analisar, refletir a respeito do que um ser humano é capaz de suportar, ou não, e o que houve nos porões e nas prisões da ditadura

O futuro, ela ficava imaginando, olhando as paredes sujas à sua frente. A de trás, que apoiava as suas costas, era ainda mais imunda. O suor da pele grudava no cimento e a esticava quando se afastava. A pele ia até o limite de sua elasticidade. Ao desgrudar da parede, fazia um som estalado e gosmento, o cheiro horrível. Às vezes, ela passava o dia inteiro com as costas na parede, se afastando instintivamente, pura necessidade do corpo de tomar ar. O dia inteiro, suor, sujeira, cimento, fedor, suor, sujeira, cimento, mas ela não se importava (Lage, 2019, p. 91).

O que lemos é a narração do que aconteceu com alguém em algum lugar nos tempos da ditadura, narrado de forma fictícia. Esse papel da literatura, segundo Figueiredo (2017), tem uma grande importância para o tema, pois,

Nos últimos cinquenta anos, dos primeiros dias após o golpe de 1º de abril de 1964 até o presente, escritores têm produzido todo tipo de texto, mas, sobretudo, narrativas, de cunho ficcional ou não ficcional, sobre os desmandos da ditadura. Esse material pode ser, também, considerado como arquivo, pois ele faz o inventário das feridas e das cicatrizes que as torturas e as mortes provocaram em milhares de brasileiros (Figueiredo, 2017, p. 45).

*O corpo interminável*, publicado em 2019, ganhador do Prêmio São Paulo de Literatura em 2020, é composto por quatro partes/capítulos, intituladas: “distâncias”, “presenças”, “distâncias”, “corpos”. Em cada parte há a narração de personagens que se encaixam nesses títulos, trazendo sentido para cada um deles. O enredo conta a história dos personagens Daniel e Melina, que se conhecem na biblioteca, já que têm o mesmo propósito e a mesma pesquisa sobre a ditadura militar e os desaparecidos da época.

Daniel é um escritor que busca suas raízes, sua história, pois a mãe dele é uma das desaparecidas no período do regime militar. Foi criado pelo avô que nunca falava sobre a mãe, pois

tinha rancor de ter uma filha que escolheu lutar por justiça e liberdade da forma que faziam na época. O menino cresceu sem uma foto, uma imagem da mãe, sem informações sobre o possível pai e essa falta de conhecimento sobre si mesmo gerou nele a falta de uma identidade.

Melina, a princípio, estimula Daniel a escrever sobre o assunto e auxilia nas pesquisas. Posteriormente, revela que também está em busca de informações que elucidem o motivo do divórcio dos pais, e a grande mágoa que a mãe guardou do pai até falecer. O pai, ainda vivo, está com a doença *Alzheimer* e vive numa clínica de repouso, cuidado por enfermeiras. Numa busca nas caixas da mãe, no porão da casa em que moravam, Melina descobre uma fotografia e tudo parece fazer sentido para ela.

A ditadura militar é o pano de fundo, o tema central do romance. Todas as narradoras que aparecem no meio dos capítulos são guerrilheiras, presas, torturadas, mortas, violentadas durante a ditadura. Todas as atrocidades cometidas durante os anos de chumbo da ditadura são expostas nesses capítulos por essas narradoras. Especialmente nos anos que foram de maior repressão, pois as práticas de torturas e os desaparecimentos se intensificaram nesse período.

A trama de *O corpo interminável* vem ao encontro desse período obscuro da ditadura brasileira, ao apresentar as combatentes do ponto de vista feminino na luta pela democracia e para que direitos civis fossem restituídos à população. Sofreram, por isso, todo tipo de violência que contam em detalhes no romance.

Com graves sequelas e traumas profundos, as mulheres carregam marcas visíveis e invisíveis das torturas. Como a personagem/narradora que se encontra escondida em um apartamento esperando os companheiros virem resgatá-la em segurança quando recebe mais uma companheira que carrega junto uma criança. A criança não é filha de nenhuma delas. A primeira mulher, que estava sozinha, não sabe mensurar o tamanho do seu trauma, mas não dorme bem, imagina dores sofridas e relembra a todo instante o que viveu na prisão. Quando a mulher chega para fazer companhia a ela com uma criança, a que já estava no local sente repulsa pela criança que a incomoda o tempo todo. No fim do capítulo que narra sua história, a mulher que chegou depois percebe que já estava no apartamento uma cicatriz indicativa de parto cesariana, ou seja, tudo indica que teve um filho, porém ela não se lembra de nada, só o vazio que sente inexplicavelmente.

Após dar à luz a Daniel, ao que tudo indica na prisão, podemos inferir que a mãe do personagem foi uma estudante universitária que aderiu aos grupos e movimentos de combate ao regime. Ela se tornou uma guerrilheira, depois refugiada e lutou na linha de frente contra o regime até ser presa e, então, desaparecer.

As narradoras que aparecem nos capítulos intermediários à história de Daniel também relatam torturas e violência extrema que sofreram nas prisões, compondo o cenário de horror vivenciado. O trecho a seguir ilustra bem essa questão

Os três homens ocuparam toda a sala, os corpos se expandiram pelo espaço, altos e largos. Eram só três, mas ela pensou que eram mais, três homens enormes de repente em sua sala. [...] Um deles, o mais largo, o mais experiente, diz aos outros que o plano continua o mesmo. Ela então o reconhece dos jornais, é o líder, é o responsável. Ela o olha sem medo, quer que ele veja nos seus olhos que há um limite, há um bebê em seus braços, há vinte dias estava em sua barriga, ela não vai. [...] O senhor pode falar o que quiser, eu não vou. [...] O homem respirou fundo, bastava uma ordem sua, ele se virou para os outros, não vamos matar, quero ouvir o que ela sabe. Se virou para ela, não vou partir para a violência, pense bem, pense bem, não vou te matar, vou te ouvir, você vai falar, querendo ou não, o seu filho é o de menos (Lage, 2019, p. 83-84).

A força imposta às mulheres começava pelo machismo e pela misoginia percebidos nas falas da narrativa por parte dos torturadores. Puta, vadia, imunda eram alguns adjetivos utilizados por torturadores que também eram estratégias de tortura psicológica. A mãe que foi obrigada a deixar seu filho ainda bebê na porta da casa dos avós para seguir com os militares para o interrogatório não sabia se voltaria viva, se sairia da situação de interrogatório.

Sobre o papel social da mulher, o machismo que molda a sociedade patriarcal deixou evidente que as mulheres presas e torturadas eram ainda mais abusadas, humilhadas e torturadas com crueldade somente pelo fato de serem mulheres. Os relatos das narradoras do romance deixam perceber o quanto o machismo influenciou na violência e agressividade das torturas cometidas contra as mulheres. Na visão machista de submissas e inferiores, as mulheres foram duramente maltratadas e violentadas nas prisões da ditadura:

O futuro, pousava a mão na barriga quando pensava nessa possibilidade, dias pela frente, meses, anos. Parecia impossível. Mas a pulsação em seu ventre persistia. O crescimento da barriga marcava o tempo. Eles não a poupavam por isso, perde-se como se ganha filhos. Os tapas, os choques, os ratos, as baratas. Há muitos tipos de tortura, vagabunda. Eles não a poupavam, ganha-se como se perde, mas ela não perdeu. A pulsação continuava. A barriga crescia. As manchas roxas pintavam a pele até que começaram a evanescer. [...] se estiver mentindo, sua puta. Se a gente não pegar ninguém, ordinária. Ela mentia, ela jurava. Não dizia a verdade. A verdade significava muitas mortes. Ela mentia e jurava (Lage, 2019, p. 92).

Arns (1986) apresenta os relatos do quanto as mulheres sofreram agressões como animais, como presas fáceis de se maltratar e manipular, endossando a questão da violência contra as mulheres, como mostrado no romance de Cláudia Lage. Alguns torturadores usavam o corpo feminino para

demonstrar a outros militares como realizar torturas eficazes, expondo as mulheres nuas para uma sala cheia de homens, fator indicativo de que as mulheres eram alvos naturais para essa demonstração dessas violências.

## 2 HISTÓRIA E MEMÓRIA COMO CATEGORIAS PARA LER LITERATURA

Estudar fatos históricos é ao mesmo tempo conhecer acontecimentos e datas, caminhar pela memória de um indivíduo ou de um grupo. A memória coletiva está baseada naquilo que a sociedade experimentou sobre a ditadura em nosso país. A história, por meio de documentos, registros e relatos, conta os fatos e narra acontecimentos que essa sociedade vivenciou. Neste capítulo entrelaçamos memória e história para analisar o romance escolhido. Essa relação possibilitará a análise dos significados, dos fatos, das torturas, da repressão, dos desaparecimentos e da violência extrema exercida pelo regime ditatorial brasileiro.

### 2.1 História como ponto de partida: *O corpo interminável*

Nós fomos torturadas com violência sexual, usaram a maternidade contra nós. Minha irmã acabou tendo parto, tendo filho na prisão. [...] Nós sabemos o quanto a maternidade, o ônus da maternidade, que nós carregamos - Maria Amélia de Almeida Teles em audiência pública da CNV.

A história da ditadura militar no Brasil mostra um período de 21 anos de repressão, opressão, violência extrema, sequestros, desaparecimentos, prisões, torturas e mortes. Ler os arquivos que apresentam os fatos mencionados é identificar a imposição da ditadura como o tempo de maior crueldade e desigualdade social por que passamos em nossa história. A anistia aos presos políticos foi a anistia aos torturadores também, por isso é preciso garantir que as memórias daqueles que sofreram, as vítimas, não sejam esquecidas.

Apesar de não ter havido um desfecho, de não termos na história do país episódios de prisões e responsabilização dos torturadores pelo mal que fizeram, não serão esquecidas as vítimas, porque documentos foram encontrados e preservados sobre o período. Testemunhas continuam a ser ouvidas, ainda hoje, sobre o que vivenciaram e a literatura se apropriou dessas histórias para contribuir com a reflexão em torno delas. Compõem esse arcabouço, relatos dolorosos, mas igualmente significativos do que o passado nos apresenta e precisa ser rememorado, pois para Gagnebin (2006, p.55),

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente.

Nesse ponto, a história brasileira tem sido explorada e procurada pela literatura, sobretudo para o não esquecimento dos fatos históricos. Seligmann- Silva (2003, p.376) afirma que “um texto totalmente ficcional de testemunho, mas que é apresentado como autêntico, mobiliza os leitores como se não se tratasse de um texto apócrifo”.

Nesse sentido, Cláudia Lage apresenta diante de uma parte terrível da história do povo brasileiro, um testemunho ficcional em que enreda-se o leitor para uma leitura testemunhal, por meio das relações entre realidade e ficção. A narrativa se apresenta e nutre-se, daquilo que houve de acontecimento histórico reproduzido por meio das histórias das personagens.

Figueiredo (2017) cita o holocausto e compara, em partes, com a ditadura militar na forma como o Estado e os homens que detinham o poder, conduziram as lutas e a violência para fins de aquisição de mais poder. Estar no poder era o que os militares almejavam, assim como Hitler, em nome de uma soberania existente em sistemas repressores como o militarismo. Figueiredo (2017, p. 15) afirma que

Para Hitler, os judeus poderiam ser eliminados e virarem pó nos crematórios, suas vidas não tinham valor algum. Ainda que em outra dimensão, o Estado brasileiro, através de seu aparato repressivo, considerou que os “comunistas” eram indignos de viver e podiam morrer como ratos. Um governo que faz isso não é defensável porque esse caminho só leva a mais violência e crueldade.

Em se tratando de dor, sofrimento, crueldade, violência extrema, não há defesa em nenhum contexto. Para os brasileiros que queriam liberdade de expressão, direitos civis garantidos e democracia, a pena por tais desejos foi pagar com a própria vida, sofrendo torturas. Não há defesa para Hitler e não há defesa para as forças armadas e militares brasileiros que conduziram a ditadura.

Gagnebin (2006) ao dissertar sobre como é sentir as dores que o outro sofreu, afirma que somos capazes de ouvi-los e sermos também testemunhas. No romance lemos o que o outro sofreu e passamos a testemunhar o que a história nos contou por meio de documentos do passado. Só que esse testemunho passa a ser mais reflexivo, mais preenchido de sentimentos quando vem da literatura, pois para Gagnebin (2006, p. 57) há

uma ampliação do conceito de testemunha se torna necessária; testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o bistor de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

Essa é a forma que a narração encontra de refletir o passado de modo a não permitir que ele se repita. O testemunho de quem viveu e de quem ouviu suas histórias é fundamental para que não sejam esquecidas todas as formas de horror vivenciadas no período da ditadura militar. Seligmann-Silva (2003) observa que quem sobreviveu a um “evento” traumático que viu a morte de perto tende a ter uma maior recepção dos seus leitores, uma empatia na mesma medida que desarma a incredulidade. Assim, os sobreviventes são testemunhas que retêm a atenção necessária para dar credibilidade ao que aconteceu, a toda tortura, violência, sequestro, morte.

O romance de Cláudia Lage apresenta relatos contundentes, pois nele há vozes das vítimas ficcionais da ditadura militar. As personagens parecem ter vivido no período de maior repressão da ditadura, e as imagens disso se apresentam ao leitor de forma explícita, como na passagem em que Melina encontra uma foto de uma mulher guerrilheira morta em cima de uma mesa em um porão sujo e escuro. Na foto há uma data que faz menção ao período em que foi tirada e que a história se passa, o governo extremamente repressor de Médice (1969-1974).

Em dezembro de 1968, com a implantação do AI-5 e mais precisamente no ano de 1969, inaugurou-se no Brasil uma nova fase da ditadura brasileira, muito mais violenta, repressiva e dura. Por todos os relatos das personagens do romance de Cláudia Lage, é possível situá-las nesse período. Motta (2021) diz que nessa fase os torturadores, os militares, ganharam muito mais autonomia para agir com truculência e violência. Segundo o mesmo autor parece que enfim foram liberadas as feras que saíram à caça com muito mais apetite do que em 1964. Motta (2021, p.118) afirma:

O período foi marcado por um notável aumento da violência de motivação política, principalmente tortura, sequestros e assassinatos, assim como pelo surgimento de uma novidade sinistra: a prática sistemática de desaparecer com os corpos de vítimas. A comparação dos números oficiais de mortos com a primeira fase da ditadura revela dados eloquentes. Enquanto no período anterior ao AI-5 os agentes do regime militar assassinaram cerca de cinco dezenas de pessoas, entre dezembro de 1968 e 1976 o número de vítimas fatais passou de três centenas.

As personagens da narrativa de Cláudia Lage foram submetidas a toda essa violência evidenciada no período que Motta (2021) cita, mas a evidência principal de que o romance se baseia nesse período é o desaparecimento de várias guerrilheiras presas e torturadas para delatar grupos aos quais pertenciam. Quando cumprido o intento da prisão, descartar o corpo em local desconhecido e se livrar de provas de que estiveram nas prisões era a prática inovadora do período mais repressivo do regime, o AI-5. Inclusive, a mãe do personagem principal da trama, Daniel, é um dos nomes da lista de desaparecidos da época, no romance.

Assim que o personagem encontra a lista e o nome da mãe nela, vem à tona a suposta história do que sua mãe pode ter vivido. Escritor que é, Daniel anota tudo que encontra pela frente nas pesquisas que faz e assim vai conhecendo mais e supondo o que possa ter acontecido à mãe. Mesmo que nunca saiba onde encontrar seus restos mortais, já preenche um pouco o vazio de não saber nada sobre ela.

As dores do personagem Daniel também são descritas por ele no romance. Primeiro o silêncio do avô que se recusa a contar sua história, seu nascimento, sua origem, mas principalmente se recusa a dar informações sobre sua mãe. Depois, a dor de não encontrar sua mãe, não localizar seu paradeiro, não obter nenhuma informação de onde ela possa ter sido enterrada, nem o que viveu no período em que esteve presa.

Por fim a dor veio com uma surpresa ao descobrir uma irmã, de mesmo pai, que vivia outro país e que só o contactou após o falecimento do pai que Daniel também não pôde conhecer. O pai esteve vivo por boa parte da vida de Daniel, mas nunca o procurou. Só revelou sua existência a outra filha após estar já no leito de morte.

Mas por que agora? No meio de tantas outras coisas por vir, se é que virão, não ditas ainda, se é que serão, por que essa irmã do nada, sem função, sem motivo? [...] E o pai? Para que um pai que chega morto e enterrado, sem nenhum vínculo, um pai sem rosto, até agora sem nome. Para que de repente completar o quadro familiar com essa ausência, mais uma, e outra presença, tão desnorçada como a minha, dois espectros a se assombrarem (Lage, 2019, p.108).

Contudo, Daniel é uma personagem chave para conectar o leitor ao que o regime militar acarretou para aqueles por ele afetados. Daniel representa os filhos que não tiveram suas mães, que não tiveram suas famílias por causa da ditadura. Ele não tem história, não tem passado, e o seu presente é a luta pela busca de suas histórias. As ausências que constituem seus laços (ou falta deles) familiares foram todas impostas pelo regime que vigorava no Brasil na época de seu nascimento e infância. E na fase adulta é o vazio preenchido apenas por informações, não lembranças como seria o desejado.

Cada depoimento que o romance de Cláudia Lage apresenta por parte das personagens que sofreram durante as torturas, dão a entender os métodos de extrema violência e total falta de moral dos torturadores. Corroboram, assim, com as pesquisas e depoimentos que Gaspari (2002) recolheu para seus livros e que em vários momentos da história foram negadas pelo governo.

Descredibilizar as denúncias por meio da negação foi a forma de nunca haver culpados do alto escalão envolvidos diretamente nas torturas, sequestros e desaparecimentos. Podemos associar

os métodos de tortura, o prazer que era atribuído ao estereótipo do “torturador indisciplinado” a Escola das Américas, da qual o Brasil fez parte. Em 1946, os Estados Unidos fundaram no Panamá uma escola que servia para ensinar militares de todas as nações das Américas métodos de interrogatórios, incluindo a tortura. As estratégias eram para ensinar como arrancar informações de presos e como poderiam ser aplicados golpes militares de tomada de poder. Diante desses aprendizados, os militares considerados valiosos e competentes foram os que aprenderam, direta e indiretamente, na Escola das Américas.

Gagnebin (2006) ao falar do apagamento dos rastros deixados pelos nazistas durante a Shoah, o Holocausto, que permitiram que se tentasse apagar da memória o que houve, informa que os nazistas quiseram difundir a ideia de que todo o caos nunca aconteceu. Descredibilizar as vítimas, de certa forma, livra do julgamento os culpados. Mas, as vítimas descredibilizadas ainda precisam lidar com as dores e traumas sofridos. Gagnebin (2006, p.116) diz que,

A ausência total de túmulo e de rastros que pudessem servir de documentos ou de provas prepara assim, na lógica nazista, os raciocínios negacionistas posteriores. Em nosso continente, a luta dos familiares dos desaparecidos também se opõe à mesma estratégia política de aniquilação. Tortura-se e mata-se os adversários, mas, depois, nega-se a existência mesma do assassinio. Não se pode nem afirmar que as pessoas morreram, já que elas desapareceram sem deixar rastros, sem deixar também a possibilidade de um trabalho de homenagem e de luto por parte dos seus próximos.

Os militares que estavam no poder durante a ditadura militar brasileira diziam que a tortura era necessária para sanar o problema do terrorismo. Alguns políticos acreditavam nisso. Mas parte da sociedade, os que não aderiram ao regime, sabia que não se tratava de proteger a ordem pública ou restaurar a paz. Era sim, maldade e exacerbação de poder. Segundo Gaspari (2002, p. 22) “é falsa a suposição segundo a qual a tortura é praticada em defesa da sociedade. Ela é instrumento do Estado, não da lei”. De acordo com esse pensamento, Gaspari (2002) afirma que os governantes, oficiais militares com poder se confundem com o próprio Estado e utilizam a tortura como meio de protegê-lo, protegendo a si mesmos. Gaspari (2002, p. 24) ainda afirma que,

No Brasil, os órgãos de segurança provinham da desordem e do terrorismo, eram parte de um complexo projeto subversivo, derivado da anarquia militar. A tortura sancionada pelos oficiais-generais a partir de 1968 tornou-se inseparável da ditadura. Não há como entender os mecanismos de uma esquecendo-se a outra. De um lado a tortura dá eficácia à ordem ditatorial, mas de outro condiciona-a, impondo-lhe adversários e estreitando-lhe o campo de ação política. Quando a hierarquia se dá conta de que o custo dos porões é maior que seus benefícios, ela vai ao manual e decide desativar a engrenagem. Recebe de volta a conta do seu erro.

No romance de Cláudia Lage as personagens que narram as torturas sofridas, recriam cenas em que estão grávidas e mesmo assim levam choques elétricos em várias partes do corpo, muitas vezes acelerando o parto que é feito ali, pelos torturadores e com crueldade. Cortam as barrigas sem anestesia, retiram os bebês e as costuram também sem anestesia. No limite da dor física, carregam os filhos para longe das mães que sequer veem seus rostos, infligindo-lhes também a tortura psicológica. Muitas não suportaram tamanha tortura e morreram ali mesmo, durante o parto, como lemos no romance:

Ela não percebeu nada, veio para cima de mim e abaixou num gesto rápido a calça e a calcinha, pegou as chaves num impulso que puxou meus pelos, feriu minha vagina, só então ela parou abismada. Olhava o meu tremor, olhava o meu ventre, olhava para algo que tentava desvendar, talvez tenha pensado, estamos as duas no mesmo abismo, você tem uma cicatriz, disse, uma cicatriz, e passou o dedo de leve, muito leve, como se a cicatriz ainda estivesse aberta, fosse ainda uma ferida, de cesárea, [...] eu não sei, como não, não lembro, isso não se esquece, você engravidou, você teve filho, onde, como, não, não, nada disso, nunca, eu sou virgem, impossível (Lage, 2019, p. 159).

Estes e outros exemplos que fazem parte da narrativa revelam ao leitor o que foi a tortura na prática. Como a tortura faz parte da memória de quem a viveu. Mas também mostra que há uma memória coletiva por trás, uma vez que várias pessoas passaram pelo mesmo trauma. A mulher que nem se lembra de ter estado grávida, escondida em um apartamento por ser procurada pelo regime, mostra o quanto é forte o trauma das torturas.

Igualmente traumático era o fato de ter os filhos na prisão e não poder vê-los crescer, estar com eles, criá-los, pois assim que nasciam eram entregues a familiares ou abrigos. A maternidade, portanto é abordada como traumatizante e fator contribuinte para as torturas das mulheres militantes presas pela repressão.

Considerando que é uma obra recente, *O corpo interminável* tem muitas pesquisas e artigos a seu respeito devido a importância do tema de que trata e da escrita lúcida e coerente de Cláudia Lage. Também é um tema abordado por vários autores recentemente, uma vez que assuntos históricos tratados pela literatura como temática central de narrativas, têm ganhado papel relevante na academia.

No romance, é mostrada a enormidade e gravidade do período ditatorial ao remeter a narrativa aos anos em que tivemos a ditadura endurecida pelo AI-5 e pela perseguição aos filiados ao chamado Partido Comunista Brasileiro. Entre os anos de 1974 e 1979 é que as narradoras femininas contam suas histórias, em detalhes íntimos e subjetivos e utilizando fluxo de consciência que intensificam a narrativa e reforçam o efeito emotivo.

Cláudia Lage, então, traz uma personagem conflituosa, Daniel, em busca de sua própria identidade por desconhecer suas origens e que se depara com relatos e testemunhos da ditadura militar no Brasil, período que traumatizou várias famílias e fez inúmeras vítimas direta e indiretamente. Daniel busca pela mãe e assim conhece outras histórias de outras mulheres vítimas da ditadura.

Várias são as referências que Cláudia Lage buscou para a construção de suas narradoras. Muitas são conhecidas do público outras identificadas em pesquisas feitas para a construção do livro. Inspirada em histórias como a de Dora, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, conhecida como a moça do trem de Berlim, Lage lança a atmosfera do medo, da dor, dos traumas e das cicatrizes das mulheres que lutaram contra a ditadura. Daniel só pode imaginar pelo que a mãe passou, mas os leitores têm nas narradoras a dimensão do foram as torturas e a sevícias sofridas nas prisões.

A história do Brasil em seu capítulo sangrento e violento da ditadura militar, expõem a fragilidade de uma sociedade democrática cujos representantes, mesmo escolhidos pelo povo como é hoje, flertam com a tirania e a qualquer momento podem tramar contra o país em busca de poder. Caetano Veloso escreveu uma música intitulada Podres poderes, que reflete sobre a necessidade dos homens que chegam ao poder (eleitos ou não) de exercer força e tirania para se afirmarem líderes e importantes.

Na letra diz: “Enquanto os homens exercem seus podres poderes, morrer e matar de fome de raiva e de sede são muitas vezes gestos naturais”. A crítica ao governo autoritário em que Caetano vivia quando escreveu a música, se dá ao fato de que era insano pensar em homens com poderes querendo apenas isso: exercer poder. Nada contribuíram para o bem coletivo do país ou para uma sociedade produtiva e igualitária. Houve, ao contrário, ainda mais evidenciada a diferença e desigualdades de classes sociais.

Por isso é necessário revisitar as particularidades da história do país, dos 21 anos em que se viveu sobre o regime militar, para manter viva a memória das lutas e combates que pessoas inteligentes e capazes de todos os setores travaram em nome da democracia que se tem hoje. Neste trabalho ressalta-se em especial a participação das mulheres nesse combate.

## 2.2 Memória e literatura: a ditadura como lembrança

Quando se trata de esquecimento ou apagamento histórico de acontecimentos de grande proporção e violência, o holocausto foi o maior exemplo de poder e autoritarismo que foram exercidos e deixaram ainda mais evidentes a relação opressor/oprimido. A ditadura do Brasil seguiu, a seu modo e impacto, o exemplo na tentativa de apagar ou escamotear a verdade. A palavra do militar contra a do civil que foi preso, torturado e perseguido, negando e contestando até os documentos encontrados.

O negacionismo em torno das torturas e da violência militar se deu por causa da necessidade de descredibilizar os combatentes do regime, a fim de promover a falsa ideia de que os militares salvaram o Brasil dos anarquistas e comunistas. O terrorismo que os militares afirmavam combater para o bem da sociedade, era na verdade guerrilha de oposição ao governo autoritário. Então, o governo instituiu o desaparecimento como um método de enraizar ainda mais o negacionismo. Sem corpo não há evidência da atuação das forças armadas, das torturas, do sequestro, da morte.

Daniel, personagem principal de *O corpo interminável*, encontra o nome da mãe na lista de desaparecidos, mas é apenas um nome em uma lista. Para ele, que cresceu cercado de vazios o nome da mãe em uma lista dá a exata dimensão do vazio que sente. Nem todos os desaparecidos foram localizados com o fim da ditadura, ao contrário, foram apagados os rastros com queimas de arquivos e documentos sobre a maioria dos presos políticos. É possível, por meio dessa personagem fictícia, mensurar a dor das famílias que não tiveram seus mortos para enterrar, ou o túmulo para homenagear.

Dalcastagnè (1996) ao discutir três romances de personagens femininas: *As meninas* de Lygia Fagundes Telles (1973), *A voz submersa*, de Salim Miguel (1984) e *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado (1988), reconhece a história da ditadura brasileira contada por personagens fictícias com a mesma dor que vítimas reais contam suas experiências. As personagens desses romances são participantes e testemunhas do mesmo tempo: a ditadura militar. A autora afirma que reconstruir o vivido é refazer a história, recolocando nelas personagens marginalizadas. Dalcastagnè (1996, p.116) diz que,

Aqui quem faz a história são mulheres comuns – indivíduos amedrontados que não só possuem outros problemas além daqueles enfrentados num regime autoritário como os explicitam continuamente. [...] Se parte desses problemas pode ser entendida como peculiar à existência humana, a maioria deles ainda é específica do gênero feminino, marginalizado dentro da sociedade. Por isso mesmo, entregar a narrativa a uma mulher é olhar a história sob outra perspectiva.

Cláudia Lage partiu do mesmo princípio de recolocar a mulher na história do Brasil na posição de protagonistas de suas próprias lutas e assim, a história do Brasil se mistura a história de cada personagem nos lembrando de como foi vivenciar tais experiências sendo guerreira, forte, destemida em tempos de violência e crueldade. Em *O corpo interminável* a memória das vítimas são pano de fundo do romance, mas partes essenciais para o contexto histórico ali inserido. As memórias das mulheres que poderiam ser a mãe do protagonista ou não, mas que constituem a imagem da dor e da violência extrema a que foram submetidas durante a ditadura.

Dalcastagnè (1996) fala a respeito de como as memórias coletivas, no trecho analisado em especial as memórias das mulheres, são usadas pela literatura a fim de que a comoção seja um fator reflexivo do que o Brasil viveu em 21 anos de ditadura. As personagens de Cláudia Lage têm esse apelo. Comovem com suas histórias narradas em primeira pessoa e com detalhes dolorosos. Os fatos viram acontecimentos plausíveis, e as imagens não deixam dúvidas: a ditadura foi uma grande violência coletiva.

A literatura tem contribuído para o não esquecimento do que foi viver e sobreviver à ditadura e para que não seja esquecida essa parte horrorosa da nossa história. Motta (2021) compara o que houve no passado e a possível falta de memória para os que acham que houve algum benefício no golpe militar. Segundo Motta (2021, p. 120)

Em outro contexto seria desnecessário discutir se o regime de 1964 foi uma ditadura. No entanto, dado o cenário político brasileiro nos anos recentes, que trouxe à tona discursos negacionistas, tornou-se necessário argumentar sobre o tema para mostrar o equívoco de tais posições, muitas vezes defendidas por má-fé.

Halbwachs (1990, p.54) diz que “um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros”. Ele discute que apesar da memória ser uma faculdade propriamente individual, indivíduos de um mesmo grupo podem compartilhar a mesma memória e deixar ativa por meio do que os une. Essa será a memória coletiva, que segundo ele

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele (Halbwachs, 1990, p. 45).

As memórias das vítimas sobreviventes dos porões e das prisões da ditadura são coletivas e têm seus registros em documentos, biografias e relatos. Já os depoimentos das personagens do

romance de Cláudia Lage são testemunhais e tratam tanto da memória individual que recriam na narrativa, quanto das memórias coletivas que a sociedade tem por meio de quem sobreviveu para contar. Halbwachs (1990) afirma que não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória. Por mais que livros contem a história, a memória de quem viveu a tortura faz eco dos horrores experimentados até hoje.

Para Halbwachs (1990, p.51) “se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo”. As personagens de *O corpo interminável* fazem parte de um grupo de vítimas de tortura, sequestro e perseguição, assim, seus relatos podem ser considerados como memória coletiva, que traduz uma época histórica de terror e repressão. Já os personagens Daniel e Melina, têm suas vidas modificadas pelo que aconteceu a sociedade e aos outros, não ao que os aconteceu. A relação de Melina com a ditadura envolve sua família, os conflitos dos pais e o divórcio pelo qual passaram. Somente adulta descobre que o pai participou ativamente das torturas, pois mesmo que não fosse um torturador de fato, registrava os cadáveres que os torturadores vitimavam em suas fotografias. Quando se refere ao pai, no presente, Melina conta que ele tem *Alzheimer*, mas que em momentos esporádicos de lucidez se mostra um homem torturado pelas lembranças de seus atos.

A memória individual, ou coletiva das personagens, a ausência de memória como no caso de Daniel, ou a memória nacional como entendemos ao fim da leitura, são chaves para compreender a narrativa de Cláudia Lage. No caso da ditadura militar no Brasil a memória individual complementa a coletiva, não se sobrepõe a ela, uma vez que atos e fatos ficaram registrados por meio da mídia, dos depoimentos e das denúncias.

No romance de Cláudia Lage as memórias individuais sobressaem às memórias coletivas, uma vez que são essas memórias individuais que carregam a tensão da narrativa e apelo ao tema da tortura, da morte e do desaparecimento. Quando essas memórias são analisadas, vemos que o trauma é um assunto extremamente relevante para se discutir o que a tortura e os horrores da ditadura provocaram na sociedade. A partir do trauma de cada personagem do romance reconhecemos isso.

Figueiredo (2017) diz que o que levou as pesquisas para seu livro sobre as memórias da ditadura foram questionamentos que ficaram no ar após a ditadura, como: quanto tempo dura o trauma? Quanto tempo um fato traumático leva para incorporar-se à memória coletiva sem machucar, sem doer? No que se refere a ditadura militar brasileira, não há relatos que indiquem respostas para essas questões. O que há, ficção ou documento, é o registro da memória de uma sociedade que não

teve reparação para atos cruéis? Por isso, em seu livro, Figueiredo(2017) afirma que os arquivos não se confundem com a memória, pelo contrário eles existem no lugar da memória.

Selligman-Silva (2003) fala sobre a literatura de testemunho, quando quem narra é aquele que vivenciou os horrores da guerra, das torturas e da violência extrema a que foram submetidos. Ser testemunha de eventos traumáticos é transformador para o sujeito que modifica sua vida e seu olhar para a vida e para o outro. Segundo Selligman-Silva (2003, p. 373)

Para evitar confusões devo deixar claro desde agora dois pontos centrais: a) A literatura de testemunho é mais do que um gênero: é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a história da literatura – após 200 anos de autorreferência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. b) Em segundo lugar esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação.

A literatura de testemunho não é só autobiográfica, ela também está presente nos romances ficcionais que falam sobre o que as pessoas/personagens viveram durante a ditadura militar no Brasil. Assim como houve relato autobiográfico sobre os horrores da guerra e do holocausto, no Brasil vivencia-se de igual proporção o autoritarismo da ditadura. Ficcionalizar eventos traumáticos como o holocausto, ou a ditadura é uma forma da literatura contribuir para o não apagamento do que foi viver esse período.

Religiosos que protegiam os menos favorecidos, que lutavam pela coletividade foram perseguidos e presos pela resistência ao governo. Até mesmo militares que eram contrários ao próprio regime foram perseguidos, presos e assassinados. Outra característica do regime militar imposto era o de falsear a verdade sobre a morte das pessoas que combatiam de alguma forma o sistema, ou seja, foram muitos os relatos e documentos forjados como suicídio a morte de opositores, como constam nos documentos abertos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) de 2012.

Líderes de comunidades, médicos, religiosos e sindicalistas que perderam sua vida tentando combater a ditadura foram presos, torturados com crueldade e mortos. Muitas vezes em documentos encontrados da época, as mortes eram apontadas como suicídio. Em outros relatos, advogados, professoras, pessoas que trabalhavam para o bem comum eram presos e obrigados a delatar outros combatentes.

Cláudia Lage, apresenta um aspecto do trauma deixado pela violência e crueldade da tortura sofrida. Mulheres que mal viram seus filhos nascerem e já os perderam sentem um vazio enorme de uma maternidade não vivida, não concretizada. Segundo Ginzburg (2017), a definição de trauma,

aponta para a precariedade das condições de funcionamento da consciência. O impacto violento do trauma se associa ao desespero do sujeito para elaborar e superar a vivência e, mais ainda, para o conhecimento claro do que foi vivido. Muitas vítimas de tortura têm dificuldades de elaborar o trauma, como a história da narradora que sequer lembrava de ter parido um filho. A violência desse parto, como uma forma de tortura, muitas vezes sem analgesia, sem cuidados e com extrema dor, causou bloqueio sobre o tema.

A anistia aos presos políticos e exilados veio após muita luta e muito sofrimento, ao final da ditadura, mas anistiou também os torturadores. Uma das premissas para que o então presidente João Batista Figueiredo assinasse a lei da anistia, apelava para o esquecimento de todos os crimes, de salvaguardar os presos políticos e exilados aos torturadores que agiram em favor do governo. O presidente, com discurso de lugar de brasileiro é no Brasil, insistiu em se fazer de salvador e promulgou a lei da anistia.

Figueiredo (2017, p.32) diz que “a não revisão da lei da anistia revela recusa do Estado brasileiro em remexer no passado sob a alegação de que se deve promover a paz e a reconciliação”. No entanto, segue debatendo que, nesse sentido a anistia tem sinônimo de amnésia e tende a não reparação do mal causado e do apagamento da memória coletiva, mantendo o trauma do passado vivo e sem desfecho.

### 2.3 O testemunho como recurso narrativo

Ao escrever *O corpo interminável*, Cláudia Lage realizou uma série de pesquisas que passaram por testemunhos, relatos autobiográficos e histórias de mulheres reais. Narrar histórias que aconteceram em algum momento da ditadura transformando em personagens pessoas que sofreram aquelas atrocidades é contar a história a partir da visão da testemunha, ou seja colocar as mulheres torturadas narrando e o leitor como sua testemunha. Por isso, o apelo emocional do romance quanto a literatura de testemunho leva ao estudo do trauma que as torturas causaram e deixaram em muitas vítimas.

Em *O corpo interminável*, nos deparamos com vestígios da história, mesmo que utilizando-se da ficção para dar luz a personagens impactantes, provocando-nos um novo olhar sobre a ditadura militar. Poder político, social e religioso em todo o tempo fizeram reféns pessoas que em nome da liberdade se opunham e lutavam contra opressão e repressão. Mas a dor da ditadura militar não teve cura, já que ninguém foi responsabilizado pelos crimes.

Na tentativa de conhecer mais sua história, Daniel se depara também com a trajetória de sua mãe e de outras mulheres que vivenciaram o mesmo horror, o que faz com que a personagem vá moldando suas formas narrativas na tentativa de reconstrução de seu passado, sobretudo por ser filho de uma vítima do regime. Durante as pesquisas e leituras, Daniel começa a entender e conhecer mais das torturas sofridas por várias mulheres, inclusive mães, que não puderam criar seus filhos; que tiveram unhas arrancadas; peles queimadas; que receberam choques elétricos, até mesmo nas genitálias; que foram estupradas repetidamente e, por fim, muitas foram mortas.

A presença de elementos realistas para a composição da perspectiva narrativa vai colocando o leitor no lugar de testemunha, e ao passo que Daniel vai descobrindo as histórias que atravessam a vida de sua mãe, quem lê também se depara com essa descoberta. Elementos narrativos e uso de discurso indireto livre é a forma que a autora utiliza para nos apresentar, ao mesmo tempo, histórias paralelas de mulheres que escolheram entrar na luta contra o regime ditatorial, independente de seus companheiros. Em algumas partes/capítulo o fluxo de consciência no discurso indireto livre conduz o leitor a conhecer pensamentos e sentimentos da narradora.

De acordo com Ginzburg (2017), lidar com o trauma, o luto e a melancolia é a situação mais difícil para vítimas de traumas. Nessa perspectiva, as experiências individuais de vítimas de grandes traumas precisam elaborar o trauma de forma a não viver a melancolia para sempre, ou seja, não superar o trauma. Nesse sentido o autor afirma que,

Considerando dialeticamente as relações entre trauma individual e experiência coletiva, a

presença da melancolia nessas obras seria indicação de perdas coletivas, não superadas, configuradas em imagens de experiências de desarticulação interna, conflito constante e precariedade (Ginzburg, 2017, p. 163).

As vítimas, narradoras do romance de Cláudia Lage, não escondem a melancolia e a dificuldade de superar o trauma. Elas contam as sensações, as dores, os cheiros, o frio e a crueldade que sofreram nas prisões com detalhes que a mente captou e gravou no momento de maior desespero vivenciado por elas. Estão em constante conflito interno entre superar e seguir em frente e lembrar inconscientemente da dor e do sofrimento.

Uma característica marcante no romance é o fato das narradoras utilizarem do pretérito, e quase todas não têm nome. Sem nome, as mulheres que narram seus sofrimentos e suas dores, representam qualquer mulher, uma só ou todas elas. Essa representatividade é relevante para ressaltar as mulheres torturadas, quase sempre com o mesmo tipo de tortura, fazendo com que se sentissem alcançadas pela voz narrativa. Assim, o testemunho se torna parte dos relatos correspondendo a uma, ou a várias mulheres que passaram pelo trauma da tortura, da violência e da crueldade.

Outra característica que é um marco forte da narrativa de Cláudia Lage, é o uso de fluxo de consciência e de discurso indireto livre, algumas vezes sem pontuação padrão como ponto final, vírgulas e estruturação em parágrafos. Isso torna o acontecimento ali narrado ainda mais forte e comovente, pois demonstra o testemunho como algo imediato, sendo narrado de uma vez, sem pausas, no fluxo do pensamento e das lembranças, para quem sabe buscar um alívio em desabafar a dor. Como em Lage (2019, p.31)

eu digo peraí, só um minuto, e saio da sala, entro no quarto, fecho a porta à chave, mas não adianta, você mal vê o meu corpo levantar do sofá e vem atrás de mim, como se fosse impossível eu desaparecer por alguns instantes, a sala vazia, você e as paredes, como se isso fosse insuportável, você se levanta e me segue pelo corredor, eu à frente ouço seus passos atrás de mim, não acredito, não acredito, só um minuto, eu disse, avisei, pedi, será que tenho que chegar a esse ponto, pedir, [...]

Segundo Ginzburg (2017) o trauma é frequentemente definido como uma situação de excesso em que o sujeito não está preparado para assimilação de um estímulo externo. Isso significa que o indivíduo, dependendo do grau de intensidade do trauma sofrido, pode sofrer sequelas ao longo de sua vida, e que a partir de uma referência coletiva pode surgir um trauma individual. Esse, por sua vez, perdura por toda a vida, é o caso da extrema violência causada pelos torturadores do regime militar, em que o trauma narrado por quem viveu a perseguição, a prisão, o sequestro, a tortura é o trauma da vítima, do que vai levar para sempre, em menor ou maior proporção a dor e o sofrimento.

Traumas e sequelas da brutalidade perduram até hoje tanto na sociedade quanto nos sujeitos que foram torturados. Segundo Ginzburg (2017) um grupo, um segmento social, ou mesmo uma sociedade inteira podem ser alvos de uma ação de impacto, sem ser capaz, coletivamente, de elaborá-la conscientemente, de modo a superá-la.

Há narrativas que tratam dessa falta que a superação faz na vida das vítimas, levando a vivenciarem para o resto da vida o trauma, revivendo e lembrando sempre. Em *O corpo interminável* a dor e a agonia vividas na prisão, levam as personagens a criar para o leitor a imagem descrita na narração detalhada do sofrimento. Como no trecho em que Lage (2019, p.91-92) escreve

O crescimento da barriga marcava o tempo. Eles não a pouparam por isso, perde-se como se ganha filhos. Os tapas, os choques, os ratos, as baratas. Há muitos tipos de tortura, vagabunda. Eles não a pouparam, ganha-se como se perde, mas ela não perdeu. A pulsação continuava. A barriga crescia. As manchas roxas pintavam a pele até que começaram a evanescer. Se apertava, ainda doía. De repente, parou de apanhar, mas eles não a pouparam. O seu filho vai nascer doente, vai nascer morto, não vai nascer. Se a sua história não for confirmada, diziam. Se você estiver mentindo, sua puta. Se a gente não pegar ninguém, ordinária. Ela mentia, ela jurava. Não dizia a verdade. A verdade significava muitas morte. Ela mentia e jurava.

No romance é possível perceber a imagem da dor que as mulheres sentiram durante as torturas de forma ampla, mas o apelo da maternidade causa especial comoção. Uma mulher grávida não significa nada para os torturadores, além da possibilidade de infligir ainda mais dor. De usar a gravidez para estender a tortura física para o plano psicológico, para mexer com os sentimentos da mulher.

O apelo sentimental da maternidade, como já dito, faz com que a reflexão sobre a tortura ganhe outro patamar. As mães que tiveram seus filhos na prisão ou que tiveram que abrir mão deles estão representadas nas personagens de Lage (2019), fazendo eco ao que as mulheres passaram durante a ditadura. No romance, Lage (2019, p. 93) traz a voz da mulher prisioneira que relata a dor do parto na prisão sem anestesia, mais que isso, a dor do vazio do útero e da ausência do filho, expresso em “E, de repente, o vazio”.

Seligmann-Silva (2003) afirma que quando falamos de literatura de testemunho não se trata só de uma mera imitação da realidade, mas de uma manifestação do “real”. Ele ainda reflete que a categoria do trauma é central para a compreensão do real, uma vez que se “compreendermos o “real” como um trauma – como uma “perfuração” na nossa mente e como uma ferida que não se fecha – então fica mais fácil de compreender o porquê do redimensionamento da literatura diante do evento da literatura de testemunho” Seligmann-Silva (2003, p. 383).

Neste caso, em *O corpo interminável* é a literatura fazendo eco à história vivida por milhares

de pessoas no período da ditadura em nosso país. De caráter testemunhal, o romance apresenta fatos históricos ficcionados (que ocorreram) e são parte do “real” ao qual Seligmann-Silva (2003) se refere. O trauma desencadeado nas narradoras, serve de testemunho da dor e do sofrimento pelo qual as mulheres passaram. As personagens incumbidas de contar a história, sem compromisso com fatos acontecidos com pessoas reais, mas representando narrativas dos arquivos encontradas pós ditadura, são representações do real, são parte do realismo que a narrativa apresenta.

Constantemente somos parte da história, pois o ser humano vivencia a história e dela faz parte, testemunhando vários eventos. As personagens narradoras de Cláudia Lage narram sua própria tortura, seus medos, angústias, dores e sofrimentos. Por si só esse é o testemunho que nos lança em direção ao entendimento do que foi a ditadura. Diversos autores, como Seligmann-Silva (2003) e Figueiredo (2024) afirmam que testemunhar e relembrar o que aconteceu durante a ditadura é fazer com que as gerações atuais e futuras conheçam essa parte dolorosa da história.

Em *O corpo interminável* a narrativa aponta para o desaparecimento e a dor dos que ficaram e não sabem o paradeiro de quem desapareceu. Daniel não sabe o que houve com sua mãe. Do ponto de vista dele temos a narrativa de testemunha de quem ficou, de quem passou pelo trauma de não ter o corpo para enterrar, não sabe que desfecho teve a luta que sua mãe travou. Esse testemunho nos leva a ver o mal causado pelo desaparecimento nas famílias que não viveram o luto. Para além da verdade, queriam a justiça de saber que o Estado prendeu, torturou, assassinou e escondeu o corpo de suas vítimas. Para Daniel ainda foi difícil conviver com o avô que não sabia e não queria saber o que houve com sua mãe.

Criado com um avô ensimesmado, Daniel cresceu no mais absoluto silêncio. Silêncio do avô, silêncio da falta de memórias e histórias de sua mãe. Silêncio da sua própria história. Sem referências de sua origem, sem proximidade com o avô, cercou-se da dor que os desaparecidos deixaram nos que permaneceram em busca de seu corpo.

Quando falava, o avô abria feridas em Daniel: “Eu tinha certeza, mas um dia um rapaz apareceu com um bebê nos braços, eu tinha certeza, garoto, não tinha restado nada, restou você” Lage (2019, p. 89). Esse ressentimento do avô, que não tem nome na narrativa, representa a dor e a forma dura de elaborar o luto sem o corpo que muitos tiveram que enfrentar. Desse modo as personagens apresentadas no romance fazem com que *O corpo interminável*, seja ao mesmo tempo denúncia e testemunho, uma forma de relembrar e de transmitir aos leitores o que foi a ditadura, e quanta dor e sofrimento ela causou.

Muito debate sobre os vencedores e os vencidos na história da ditadura militar brasileira,

sendo que os vencedores nem sempre tem a vitória bonita, alegre e feliz que o nome sugere. Os vencedores são os que saíram impunes, que não enfrentaram a justiça pelos atos bárbaros de tortura que cometeram. Na perspectiva dos vencidos, Saçço (2021) afirma que são os fracos, as minorias, os que lutam contra as maldades do mundo, das guerras e da ditadura, nesse caso, as mulheres são vencidas pela força bruta e pelas humilhações que sofrem. A memória dos mortos que foram silenciados pela versão oficial da história precisa ser contada e resgatada, para que a justiça desses vencidos enfim aconteça.

Os vencedores estão no poder até hoje devido ao curso que a política e os que detém esse poder impuseram à sociedade, eles são coronéis, militares de alta patente e condecorados. Por outro lado, as famílias das vítimas dos desaparecidos buscam incessantemente a verdade e formas de elaborar seus traumas.

As personagens fictícias que representam essa parcela tida como vencida, contam como desapareceram e como foram facilmente descartadas, trazendo a reflexão que a literatura de testemunho deve suscitar. Esse fato pode ser notado na personagem Daniel que reflete a partir de suas pesquisas e divide com o leitor a dor de estar “lendo coisas terríveis, sofrendo com o alto grau de violência, repressão e medo. Era insuportável pensar que minha mãe havia vivido aquilo” Lage (2019, p.23).

Assim, as vozes femininas que o romance apresenta são ainda mais fortes na tentativa de mostrar a fragilidade da mulher. Essa contraposição se percebe nas narrações das personagens femininas que contam como sobreviveram (ou não) ao medo, as dores físicas e psicológicas, as torturas que as marcariam para sempre. Vistas como frágeis objetos nas mãos dos torturadores, mostraram que não se renderam em nome de algo maior, a liberdade e igualdade de direitos.

Testemunhas diretas da história do país no tocante a ditadura militar, algumas mulheres puderam posteriormente contar, mesmo traumatizadas, o que sofreram nas prisões e representar toda a geração que sobreviveu à época. E fazer justiça a memória das que não sobreviveram.

É o caso da mãe do personagem Daniel, no romance estudado. Ela representa os vencidos, os que não sobreviveram, a fragilidade feminina, a repressão do sistema. Mas a busca de Daniel por ela evoca o sentimento de resgate às memórias das vítimas e de seus exemplos para a posteridade. O corpo interminável da mãe de Daniel é o corpo interminável de Dora, de Soledad Viedma, de Zuzu Angel e de tantas mulheres que morreram em busca de liberdade e justiça.

### 3 UM CORPO INTERMINÁVEL: OUTRAS RELAÇÕES

Para analisar um romance é preciso explorar as suas nuances, as temáticas explícitas e implícitas e observar as possibilidades interpretativas que ele oferece ao leitor. Em *O corpo interminável*, Cláudia Lage recorre às vozes femininas, além de ser ela mesma autora ocupando o lugar de poder da escrita. Neste capítulo buscamos apresentar que em todos os tempos e episódios de luta, ou de guerra, a participação da mulher foi uma constante. Desse modo, a partir de fragmentos do livro evidenciamos os protagonismos femininos e como eles são importantes para o desenvolvimento do enredo e enfrentamento da misoginia e machismo preponderantes na ditadura militar brasileira e na sociedade como um todo.

#### 3.1 Vozes femininas na história

Eis aqui, portanto, o resultado do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, elaborado com o firme desejo de que os fatos descritos nunca mais venham a se repetir - (CNV, DEZ.2014).

O romance de Cláudia Lage, é composto de partes e de capítulos construídos por meio de narradores diferentes. São quatro partes/capítulos intituladas: “distâncias”, “presenças”, “distâncias”, “corpos”, em que “distâncias” aparecem duas vezes, tratando quase sempre do passado e do distanciamento que hoje temos em relação à ditadura e seus horrores.

As partes que se encarregam de contar o passado utilizam-se de vozes femininas, atribuídas a narradoras que viveram esse passado. Quando a voz narra a história de Daniel, o protagonista, o narrador é autodiegético e apresenta a história dele mesmo, desde menino, querendo saber sobre sua mãe e sobre a origem dela, muito embora a ele era negado esse direito.

Em outros capítulos da narrativa, Daniel conta suas angústias, anseios e dores na busca incessante pela mãe desaparecida durante o regime. Em outra parte, temos a história de Melina, uma mulher que conheceu Daniel na biblioteca da cidade e que também está em busca de memórias da ditadura. Nesse encontro, eles se aproximam e por terem o mesmo objetivo se conectam e logo se tornam namorados. Para narrar a história de Melina, Cláudia Lage opta também por uma narração autodiegética, uma vez que a própria personagem apresenta suas buscas ao evidenciar o olhar feminino sobre os acontecimentos que envolvem sua família.

Na fase adulta, Melina lida com um pai com *Alzheimer*, e por isso, ela inicia sua busca por

fatos passados e descobre que o pai teve envolvimento direto na ditadura militar.

Em outras partes da obra, a escritora apresenta vozes autodiegéticas que compartilham suas experiências sobre o exílio, bem como sobre os esconderijos e sobre os isolamentos autoimpostos para que as pessoas não fossem pegadas e torturadas nas prisões. Vale ressaltar que em *O corpo interminável*, as escolhas da autora pelas vozes narrativas autodiegéticas proporcionam aos leitores reviverem as cenas duras das prisões com os torturadores.

Há também espaços que contribuem para a compreensão da desolação que a ditadura causou em quem ousava lutar e combater o sistema, tais como apartamentos, as casas e os sítios nos interiores que se tornaram esconderijos para os indivíduos perseguidos pelo regime. Nesses lugares, embora parecessem limpos e tranquilos, o isolamento forçado causava, danos psicológicos igualmente nocivos. A qualquer barulho, qualquer menção de proximidade humana, vinha o medo dos militares que estavam em busca dos subversivos.

Enquanto Daniel conta sua história, percebe-se o tempo presente da escrita, ao passo que, quando ele volta ao seu passado, quando criança, utiliza-se o discurso indireto livre. Já Melina conta suas memórias de infância e suas descobertas no presente sobre sua família, além de destacar tudo que envolvia o mistério sobre a participação do pai na ditadura militar, fato esse, que a deixava apreensiva e triste.

Nas partes em que as narradoras autodiegéticas contam o que viveram durante o regime, volta-se ao tempo pretérito por meio do qual há a utilização de verbos que apresentam fortes indícios que nos levam a entender que elas vivenciaram o período de maior endurecimento da ditadura, os chamados “anos de chumbo”. Os elementos narrativos escolhidos por Cláudia Lage, com destaque às vozes narrativas, conferem ao romance a atmosfera dos tempos da ditadura ao se apresentarem carregados de sentimentos pesados de dor e de sofrimento. Por isso, a escolha do foco narrativo autodiegético, do discurso indireto livre e do fluxo de consciência, bem como os vários espaços em que as histórias se passam.

Nesse sentido, o romance de Cláudia Lage está inserido no panorama da literatura brasileira contemporânea de autores que são tidos como “filhos” ou “netos” do regime militar, uma vez que esses mesmos escritores têm investigado, por meio de fatos históricos, elementos traumáticos em suas obras. A esse respeito, Cláudia Lage é uma expoente e seu livro narra as torturas físicas e psicológicas sofridas pelas mulheres durante o período ditatorial brasileiro, ao valer-se de parte da história do Brasil.

Agraciado com o Prêmio São Paulo de Literatura na categoria de melhor romance de ficção

em 2020, o romance *O corpo interminável* é um referencial da temática da ditadura militar e da violência sofrida especialmente pela mulher naquele período. O que também faz eco à violência a qual a mulher é submetida na sociedade até hoje.

O enredo apresenta o personagem Daniel, que está em busca de sua origem, já que foi criado por um avô rancoroso e fechado, ensimesmado, cuja filha era mãe de Daniel. Esse avô criou o neto no mais absoluto silêncio. Nunca lhe foi revelado como era sua mãe, que pessoa ela tinha sido, quais gostos tinha, ou mesmo como foi que ela sumiu, ou morreu.

Sem informações sobre a mãe, Daniel, que é um escritor, começa suas pesquisas em uma biblioteca sobre as mulheres desaparecidas durante a ditadura militar, e lá conhece Melina. Unidos pela pesquisa, constroem uma relação de apoio, companheirismo e união que os leva às descobertas sobre suas famílias e sobre o passado.

Entre os capítulos da história de Daniel e Melina, a autora deu voz a narradoras femininas, contando suas próprias torturas e humilhações sofridas durante a ditadura e os traumas que esse período provocou. Tanto a busca de Daniel por seu passado quanto a narração em primeira pessoa das narradoras femininas que representam todas as mulheres que passaram pela dor e sofrimento impostos no período, suscitam a tragédia pela qual a sociedade brasileira passou durante a ditadura militar.

Em *O corpo interminável* as mães, as esposas, as filhas e tantas mulheres que escolheram lutar por terem seus direitos cerceados pelos militares sofreram torturas terríveis e pagaram com a própria vida por essa escolha. É forte o relato da mulher que sofreu a dor da tortura em nome de uma causa tão importante quanto a da liberdade, igualdade de direitos e democracia. Cláudia Lage recria a atmosfera sombria do regime, mostrada também na busca de Daniel pela sua mãe, dando a entender que ela poderia ter sofrido o que as narradoras sofreram. Uma dessas narrações nos revela que:

[...] os cabelos se emaranharam de novo rapidamente, os nós mais fechados do que antes. Não conseguia desembaraçar sozinha, ninguém conseguia. Insistiam para que cortasse, mas ela não cortava. Nos interrogatórios, puxavam o emaranhado com força e a chamavam de porca, depois que a deixavam nua, porca vadia, quando a menstruação escorria pelas pernas, porca vadia nojenta. Quando não aguentava mais e apagava, desgraçada (Lage, 2019, p. 165).

As mulheres são o foco do romance e contar o que elas sofreram a partir de uma narração intensa, em primeira pessoa, que remonta à época do regime leva-nos ao pensamento de que o trauma causado pelas torturas e violências podem se estender às gerações futuras. Quem não viveu o período

ditatorial pode imaginar o trauma que ele causou a partir das vozes autodiegéticas do romance. Daniel não encontra nada sobre sua mãe, nenhum registro do que aconteceu a ela, considerada desaparecida do regime, assim como tantas pessoas na História do Brasil. Nesse sentido, trazer para a ficção o que a história tem de tão traumático para seu povo é apresentar vestígios do real que a literatura resgata.

Com algumas relações extratextuais, o livro é escrito do ponto de vista da testemunha feminina, da vítima direta e indireta dessas violências (prisões, tortura, sevícias, sequestros, mortes etc.) o que faz diferença no viés do romance. A história de uma nação que experimentou o pesadelo de ser dominada por tiranos que almejavam o controle por meio de violência e da truculência, vale ser ficcionada e analisada com propósitos diversos, mas entre eles, o propósito de recontar, recriar e reviver.

Quando a narrativa de Cláudia Lage apresenta as mulheres como personagens e narradoras dos acontecimentos, com várias histórias e desfechos, apresenta também a sensação de que podem ser elas as mães, avós, filhas desaparecidas e torturadas de tanta gente que sofreu durante a ditadura militar. Com enredo baseado nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira, o romance apresenta personagens traumatizadas que representam alguém que vivenciou de fato a ditadura, pois os relatos têm como base pesquisas feitas pela autora.

Daniel e Melina são personagens que recorrem à pesquisas para entender melhor o período e descobrir uma forma de buscar pelos desaparecidos e pelas histórias não contadas. Se deparam em certo momento com a história de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Dora, uma guerrilheira integrante da organização de esquerda Vanguarda Armada Revolucionária Palmares que participou da luta armada contra a ditadura militar instalada no Brasil em 1964.

O que falam a respeito da história que descobriram leva a compreensão de como a autora representa fatos reais por meio da ficção com o intuito de dar mais veracidade à história das personagens. Como no trecho, Lage (2019, p.29) “[...] anos depois, essa moça se jogou na frente de um trem, em Berlim. O olhar de Melina se perdeu de vez no teto.[...] o salto. Melina me abraçou. Falava do encontro do trem com o corpo da moça, o impacto, a extrema violência, enquanto nossas peles ficavam cada vez mais grudadas[...]”.

A história de Dora, uma guerrilheira que ficou conhecida nacionalmente após a notícia de seu suicídio em Berlim, é uma das histórias pano de fundo para a de mãe de Daniel. Nada é dito ou descoberto sobre ela, somente o nome, Júlia, mas a história não se apresenta para Daniel, impactando na ausência e no desolamento dessa ausência. Embora a ficção beba da fonte da realidade, Daniel não é real, sua mãe tampouco, mas poderia ser. Esse recurso confere à narrativa atmosfera de verossimilhança e nos permite imaginar que todas as personagens poderiam de fato ter vivido no

Brasil, no período de ditadura militar, como reforçado no trecho de Lage (2019, p.29)

Melina voltou a olhar o teto. Os seus nervos, o seu corpo, reagiam a tudo que lia, que via, como algo pessoal. De alguma forma a história da moça na estação de trem em Berlim tinha se tornado parte de sua história. Pertenciam à ela os guerrilheiros do documentário como pertencia o alheamento dos pais, a separação repentina, a mala na porta, como pertenciam as fotos, os filmes, os livros [...]

Figueiredo (2024) afirma, sobre a ditadura militar, que como brasileiros somos herdeiros dessa história e temos de testemunhar. Temos o dever de não deixar a história do nosso país, nossa história, se apagar ou ser esquecida como desejam os algozes que não foram punidos por seus crimes. Assim, Figueiredo (2024, p. 28) afirma que

ao escrever sobre a ditadura, nós testemunhamos em nome dos mortos, fantasmas com os quais conversamos, visando a falar para os mais jovens, as crianças ou os nem nascidos. Para que eles conheçam a nossa história. Receber e transmitir as vozes que não puderam falar imediatamente, pela dificuldade de se expor, ou as vozes das novas gerações, que se posicionam nessa corrente de mulheres combativas; este é um gesto de hospitalidade.

O que é relevante para Figueiredo (2024) é justamente como a posição das mulheres na luta importa e deve ser lembrada e revista, uma vez que sua participação foi muito importante e seu reconhecimento não veio e não vem facilmente por parte da sociedade. O papel das mulheres nas lutas foi e é de relevância, mas o reconhecimento não é proporcional. Nesse aspecto, Figueiredo (2024, p. 62) afirma que,

O desconhecimento e a falta de reconhecimento do papel das mulheres na luta contra a ditadura trazem consequências até o presente porque o controle do passado afeta o controle do presente e do futuro. Não existe uma memória compartilhada nem da ditadura e muito menos do papel das mulheres.

Nas vozes femininas que contam uma história fictícia estão histórias reais da ditadura militar no Brasil. A narrativa apresenta a luta das mulheres de forma a considerar sua participação bem como o sofrimento e a extrema violência que passaram como algo que não deve ser deixado de lado, mas lembrado e compartilhado como uma memória da história do nosso país. A participação feminina, apresentada no romance por meio das histórias cruzadas, entremeadas e que se fundem num quebra-cabeças que será entendido ao longo da narrativa, é a chave para compreendermos as mulheres

combatentes da ditadura e sua função.

Figueiredo (2024) diz que as mulheres não se veem como heroínas, não foram educadas (como mulheres) para isso. As mulheres são autocríticas e tendem a não se projetar no cenário de combate com a devida importância. Como vivemos em uma sociedade ainda patriarcal, pois a cultura do patriarcado está enraizada nas famílias e em todos os segmentos sociais, é normal que não se vejam como de fato merecem ser vistas as combatentes, guerrilheiras.

Talvez leve ainda muito tempo para que as mulheres se sintam seguras sobre si mesmas ao ponto de se valorizarem e não se deixem mais sobre torturas e maus-tratos. Mulheres são abusadas e perseguidas até hoje, mesmo conseguindo alcançar posições de liderança e poder.

Os partidos políticos tinham muitas mulheres militantes e importantes aos movimentos, mas liderados em maioria por homens, nem mesmo dentro deste segmento, em situação extrema, as mulheres foram notadas como as heroínas que de fato foram naquele movimento. Para Figueiredo (2024, p.63), a

misoginia e o machismo existiam (existem) na sociedade em geral. Eram exacerbados, mas não exclusivos dos agentes da repressão, visto que nos próprios partidos de esquerda as mulheres foram inferiorizadas. Poucas chegaram ao posto de liderança [...] “A repressão tratou as mulheres como muito perigosas, pois elas queriam “superar os homens” eram consideradas promíscuas porque eram capazes de abandonar seu “papel social” a ponto de aspirar as poder político e participar da luta armada” (*apud* Teles, 2015, p.1011).

Historicamente a luta da mulher por reconhecimento e posição social respeitada ainda não acabou. Há dias em que pode-se pensar que no século XXI isso é algo concreto. Mas não é de fato. Nas empresas os salários são diferentes entre mulheres e homens que ocupam o mesmo cargo. Na vida social, homens ainda pensam que podem abusar sexualmente de uma mulher que claramente está dizendo não, porque não respeitam esse posicionamento. E constantemente acusam as mulheres de quererem, provocarem, insinuarem e pedirem pela agressão. É o que lemos nos jornais e assistimos em televisões e redes sociais.

Na ditadura não foi diferente. Outro século, mentalidade ainda mais arraigada. Machismo e misoginia se faziam presentes nos interrogatórios, nas torturas e nos estupros que as mulheres, a maioria delas, relatam ter sofrido. De acordo com Figueiredo (2024, p. 57) “nos relatos das sevícias sofridas por mulheres, está quase sempre presente o aspecto sexual: seus corpos nus são manuseados por mãos masculinas, que as tocam nas genitais e nos seios”. Para os torturadores os xingamentos e humilhações se justificavam no fato de acharem que mulheres não deveriam participar da vida pública, o lugar delas era o lar.

Com grande frequência percebemos nos relatos das torturadas a referência ao estado transtornado dos homens que as torturavam. Daí os relatos das narradoras de *O corpo interminável*, verificando-se serem corpos considerados pelos torturadores como subalternos, declararem que as vítimas sobreviventes de fato têm motivos para trazerem em si traumas e sequelas do que viveram. Em *Torre das Guerreiras e outras memórias*, de Ana Maria Ramos Estevão, de 2022, o prefácio é escrito por Dilma Rousseff, ex-presidenta do Brasil. Ambas foram prisioneiras no Presídio Tiradentes, em São Paulo, durante a ditadura, e foram encarceradas numa torre que foi apelidada de Torre das donzelas, onde as mulheres ficavam juntas enclausuradas.

O livro é de memórias de Ana Maria Estevão, mas diz sobre o que várias mulheres sofreram enquanto estavam presas e a violência extrema que foram submetidas. Dilma, que é amiga de Ana Maria Ramos Estevão, relembra a dor que passaram juntas na prisão e o quanto é importante trazer a tona essas memórias em um país que a todo momento flerta com a ameaça de novos golpes. Dilma diz em Estevão (2022, p. 15 -16)

Nós, que dividimos a Torre das Donzelas, ou “das Guerreiras”, como Ana Maria decidiu renomear, só temos a agradecer por ela ter adotado a missão de preservar as suas memórias. Parte delas é também nossa. As lembranças deste livro ressaltam e valorizam, em meio à crueldade de uma ditadura que brutalizava suas vítimas, pequenos e grandes gestos de solidariedade e amizade entre militantes muito jovens — tínhamos, a maioria, entre 20 e 25 anos —, todas dispostas a sonhar com outro país e com coragem de lutar por ele.

Estevão (2022) ressalta como eram os dias na prisão e como as mulheres se uniam para tentar sobreviver se apoiando mutuamente. No romance de Cláudia Lage há encontros que ressaltam a importância de mulheres presas juntas se apoiarem e assim sobreviverem pela força que compartilhavam. Em ambos os livros, as mulheres se apoiam e são capazes de saírem vivas. Há as que não resistem as torturas e por elas suas companheiras resistem, como descrito em Lage (2019, p.164)

Os anos transformaram seus cabelos num redemoinho constante, não sabia mais o que fazer. Uma companheira de cela chegou um dia com pente e paciência para desembaraçar os nós, fio a fio, até que foi levada e sumiu. Márcia era seu nome, Márcia não aguentou, as outras contaram. Os cabelos se emaranharam de novo [...]

Há registros históricos de várias mulheres que representam força e resistência diante de lutas e perseguições. A história do Brasil registra algumas mulheres que precisam ser lembradas como fonte de força e coragem. Desde Maria Quitéria que se destacou na guerra de independência do Brasil a Zuzu Angel que lutou para descobrir onde estava o filho desaparecido pelos militares da ditadura no Brasil, médicas, enfermeiras, mães, esposas. Várias são as mulheres brasileiras que em luta armada ou idealista se destacam com exemplo a ser seguido.

Não se pode contar a história do país sem fazer menção a mulheres que estiveram ligadas a todos os movimentos importantes sejam culturais, políticos ou sociais. Anita Malfati e Tarsila do Amaral representaram fortemente o seguimento cultural em um país que ria das mulheres que se destacavam em seus talentos.

Eunice Paiva e Zuzu Angel lutavam pela justiça e pelo reconhecimento por parte do Estado no desaparecimento e na morte de marido e filho respectivamente, enfrentando o mundo machista dos tribunais ainda presos as leis de anistia imposta pelos militares para salvaguardar a “honra e integridade” de torturadores.

Mulheres em todos os tempos precisaram e precisam se unir e demonstrar força, luta e resistência a uma sociedade que as vulgariza, desacredita e humilha. A questão de gênero passou também pelas grades das prisões da ditadura militar brasileira, pois a misoginia, o machismo, e a crueldade, foram peças utilizadas nas torturas das mulheres que lutavam em busca de um país democrático e justo.

Figueiredo (2024) registra as mulheres e suas escritas memorialistas como forma de resistência e de força. Registros de parte da história do Brasil, do governo antidemocrático marcado por repressão e violência que enfrentaram em busca de liberdade e de direitos civis restaurados. Nesse caminho de luta e resistência elas foram torturadas, maltratadas, humilhadas e sofreram horrores nas prisões. Daí a importância de suas histórias serem contadas e registradas para as gerações que não conheceram a crueldade da ditadura. Lembretes de como foram importantes para a história do seu país, do país de seus filhos, filhas e netos e netas.

Lembrar é acima de tudo uma justiça histórica às pessoas que enfrentaram um regime autoritário e muitas pagaram com a vida. Elas abriram caminhos para o país que temos hoje, portanto a elas devemos reverenciar. As críticas aos livros e as histórias, especialmente feitas em público por Jair Bolsonaro, presidente do Brasil de 2019 a 2022, dizendo que são apenas histórias, que não aconteceram de fato, que os militares só prendiam bandidos e pessoas ruins, nada contribuem para a formação das novas gerações dentro da verdade histórica de fatos.

A literatura e as artes em geral, especialmente livros e filmes contemporâneos sobre a ditadura, servem ao propósito de mostrar que críticas como as de Bolsonaro de que “os historiadores falam bobagens e não houve golpe em 1964”, são falácias e que precisam ser refutadas. Assistir e ler os sofrimentos e as dores que as pessoas passaram durante os 21 anos de ditadura militar no Brasil é revisitar uma história dolorosa do país. Especialmente o período chamado de “anos de chumbo”, não a toa, em que situamos o romance de Cláudia Lage, que acentua a participação das mulheres nessa luta.

As memórias de muitas delas estão resguardadas em documentos produzidos ao logo dos anos pós-ditadura e são fonte de pesquisa para vários livros, literários ou não. Há que se registrar e se consultar esses registros para que as futuras gerações não esqueçam o quão cruel o povo de um país tão grande e tão diverso pode ser.

### **3.2 Vozes femininas na memória**

*O corpo interminável* é um romance de memória e para entendê-lo é preciso que saibamos que mesmo ficcional, trata-se de memórias individuais que formam uma coletiva: a da luta das mulheres contra a ditadura militar. Figueiredo (2024) afirma que o romance de Cláudia Lage é sobre a narração feminina e sobre o luto. A elaboração (ou falta dela) sobre o luto presente na história do protagonista Daniel é o viés apresentado sobre como não enterrar os mortos e não compreender os acontecimentos da ditadura militar pode significar angústia e traumas arrastados pelo resto da vida.

As memórias contidas no romance são fictícias e suas personagens também. Porém, a autora se vale de histórias coletadas dos registros da ditadura, especialmente os arquivos abertos e divulgados pela CNV no final de 2014. A narração de uma mãe que entrega seu filho ainda recém nascido na porta dos avós quando foi presa para interrogatório, é a história de muitas mulheres que estavam na luta, filiadas a algum partido de esquerda. As narradoras que contam que mesmo grávidas na prisão eram torturadas, se assemelham a história de Criméia Alice Schmidt de Almeida, presa e levada para a tortura mesmo grávida de 7 meses.

As memórias dessas histórias das narradoras que se assemelham as das guerrilheiras que viveram o período, se deve ao fato da autora ter pesquisado os arquivos da CNV, como dito, e ao fato de que o romance é sobre mulheres, sobre a maternidade, sobre o universo de luta feminina. Observar as memórias dessas mulheres é absorver um panorama da atuação feminina na política, na sociedade, na luta (armada ou não).

Figueiredo (2024) vai além da violência cometida pelos militares e traça um perfil de

resistência também nos grupos de guerrilheiros, dos partidos ao qual pertenciam. Dentro de um mesmo ideal havia também as falas de homens que achavam que as mulheres ali presentes queriam se igualar a eles na questão de gênero, e por isso eram contrários a participação delas.

Nesse universo da ditadura militar e a participação feminina não podemos esquecer que as torturas, embora extremamente violentas e insuportáveis para homens e mulheres, se davam de diferentes formas para as mulheres, pois essas eram violentadas, estupradas e por vezes engravidam dos torturadores, sem que isso impedisse que as torturas fossem adiante.

As memórias das presas torturadas do regime são refletidas por Figueiredo (2024, p.273) quando analisa que “as mulheres que sofreram violência sexual na prisão têm muita dificuldade em falar publicamente sobre isso porque essa lembrança provoca humilhação, vergonha e dor”. E mais adiante ela afirma que “o silenciamento se deve ao medo diante da impunidade dos torturadores, pelo temor de discriminação social e pela culpa por terem sobrevivido”.

Mesmo sendo difícil de imaginar a dor sentida por torturas físicas como as sevícias, a sodomia, o estupro, a violência psicológica dos xingamentos e das ações cruéis dos torturadores, precisamos falar sobre isso. Cláudia Lage fala do tema da maternidade e do luto com o mesmo peso, já que Daniel é uma personagem que busca identidade, origem e pertencimento, com foco na figura materna. A angústia que sentia e tentava escrever sobre, era demasiadamente pesada, ao ponto de jogar fora, de não revelar a ninguém, de raramente deixar que Melina lesse. Assim afirma Daniel:

Mostrei à Melina o que escrevi, quando não apagava ou jogava no lixo. Ela me pediu que continuasse, mas para que estender isso, a agonia desse menino que nunca vou recuperar, e para quê, não é a mim que buscava quando escevia, quando acreditava que era possível com a escrita capturar pessoas e acontecimentos, eu a via assim, como um organismo, algo concreto, como uma fotografia, a escrita como a alma revelada de uma foto, uma possibilidade de olhar por dentro e entender um instante, o instante Lage (2019, p.41-42).

A dor, a angústia da busca e a compreensão de que uma fotografia entregue a ele por Melina, poderia ser de sua mãe transcende a busca de Daniel. Nesse momento a busca por sua mãe se torna algo maior, uma enorme pesquisa para entender o sofrimento pelo qual as mulheres passaram na ditadura militar no Brasil. Uma foto de uma guerrilheira nua em uma cama, morta e com os olhos abertos e os braços estendidos, fazem eco ao que sua mãe possa ter sofrido e como pode ter morrido na prisão. Sobre esses sofrimentos e dores, Dalcastagne (1996, p. 137) escreveu que

A dor não faz o homem mais forte, tampouco mais digno, não lhe perdoa os pecados, não lhe ensina coisa alguma que ele não pudesse aprender em meio à alegria. Nada, nenhum governo, nenhuma religião, nenhuma arte, pode justificar o sofrimento. Homem algum tem obrigação

de suportá-lo. [...] emaranhado na tessitura ficcional, o sofrimento não é diminuído em seu horror, nem tampouco dissolvido no senso comum. Das suas páginas não surgem mártires, nem heróis, mas pessoas comuns – um possível vizinho, uma amiga de infância, um parente distante.

Há ainda as memórias de Melina sobre o período em que esteve de férias em Petrópolis onde tinham uma casa. Ainda menina, passando em frente à Casa da Morte, chamada assim depois de ser descoberta com a abertura dos arquivos da ditadura, a menina entrelaça suas recordações ao que vai descobrindo ao longos das pesquisas que realiza com Daniel

A Casa da Morte é real, e as lembranças de Melina são ficção, mas a esse ponto podemos chamar as memórias de Melina de realismo refratado, ou seja, quando o recorte do que foi ficcionado tem viés em fatos reais. Sobre essa memória de Melina, vemos em Lage (2019, p.57-58)

Anos depois, décadas, quando já tínhamos vendido a nossa casa, quando aquele endereço por onde sempre passávamos já havia se revelado como o lugar de onde ninguém saía vivo, eu voltei. Quando descobrimos o que acontecia dentro daquelas paredes? [...] Quando voltei lá, não voltei apenas pela Casa da Morte, como ficou conhecida depois, voltei também pela minha casa da infância. Voltei por aquele trajeto percorrido entre a inocência e o horror. Voltei pela menina que nada sabia e pela mulher que sabe. Voltei pelo espanto. Não há nenhum registro do que aconteceu. É uma casa como outra qualquer. Pedidos já foram feitos, protocolados. Mas ela ainda está lá, como se nada tivesse acontecido.

A narrativa de Cláudia Lage tanto pode ser considerada memorialista como também testemunhal. As personagens fictícias, como Melina relembando o que viram quando meninas, e as narradoras que contam o que viveram nas prisões com a violência sempre exagerada e desumana das torturas, revelam também o caráter testemunhal do romance. Nele há passagens que lembram as autobiografias e testemunhos de guerrilheiras sobreviventes do regime.

Dalcastagne (1996) afirma que em 1979, com a volta dos exilados políticos, surge a narrativa autobiográfica, com os relatos dos ex-guerrilheiros. A autobiografia é uma forma de expor as memórias do que foi vivido e experimentado. Conhecer personagens da história real que sofreram na pele a violência da ditadura militar.

No romance, a memória das guerrilheiras está entranhada à dor e sofrimentos físicos e psicológicos que foram causados por combaterem o regime. Esse fato pode ser notado na parte em que um casal, escondido em um apartamento, descobre a gravidez e, enquanto o homem tenta dissuadir a mulher de continuar na luta, usando o filho que vai chegar para comovê-la, recebe como resposta que naquele momento há ainda mais necessidade de se lutar por um país mais justo e livre

em função de um futuro melhor para o filho que chegará. A personagem diz:

Você está feliz e eu sei o motivo, agora você tem uma justificativa para me tirar daqui, agora você pode fazer as malas e dizer que é para o bem da família, não é mais a hora de lutar contra nada, é hora de descansar e deixar a natureza agir. Essa gravidez veio no momento certo, você me diz na cama antes de dormir, você não reparou mas tem estado completamente louca, só pensa em luta e revolução, no país, no futuro, eu escuto com a mão na barriga, instintivamente coloco a mão sobre o pequeno ovo, só penso no que escolhi pensar [...] o seu filho vai nascer neste mundo e não em outro, neste aqui, feito da minha revolta e do seu conformismo, nesta merda, não fala assim, vou falar como, eu te amo, eu também, a gente vai ser pai e mãe, a gente vai sair daqui Lage (2019, p.68).

Narrado em fluxo de consciência, a imagem de uma mulher grávida ainda mais preocupada com o país em que vive e querendo o melhor para seu filho é a imagem que se tem das guerrilheiras e dos motivos pelos quais lutavam. Figueriedo (2024) ao retratar as mulheres na luta contra a ditadura argumenta que elas fizeram parte da história e deixaram seus exemplos para a posteridade.

Ao tratar dos romances escritos por mulheres retratando a ditadura, muitos deles autobiográficos, Figueiredo (2024) também traz a extrema violência das torturas, dos estupros e das gravidezes adivindas das prisões da ditadura. Essa temática não foi abordada imediatamente após a extinção do regime, e levou anos para que as mulheres se sentissem prontas para falar e expurgar de suas lembranças essa dor vivida.

Embora o silenciamento se deva ao fato dos torturadores não terem sido punidos e possivelmente continuarem assim, há também o fato de toda mulher sentir-se inicialmente culpada pelo que lhe aconteceu e envergonhada posteriormente. É assim na sociedade brasileira que vem de um histórico de machismo e misoginia com herança colonialista e patriarcal. Muito do que vivenciaram durante as torturas fizeram com que se calassem, especialmente a tortura psicológica em que ouviam de seus torturadores que mulheres não foram feitas para lutas e que as que se metiam nesse meio estavam procurando um homem que lhe desse um jeito.

O Brasil historicamente é um país que mantém o autoritarismo, hora escancarado hora mascarado. Desde a colonização portuguesa em terras brasileiras que a imposição e o autoritarismo fazem o povo se encolher e se recolher à clandestinidade para lutar contra os repressores. Primeiro os povos originários que defendiam suas terras e foram quase dizimados pela força do colonizador, depois os africanos trazidos à força para o país e aqui escravizados e torturados diariamente, seguindo a premissa de que fugir era a única forma de lutar contra a opressão.

O romance de Cláudia Lage traz as memórias de um período de maior repressão, em que militares, policiais e forças armadas detinham poder acima de todos. A democracia foi extirpada com

a violência e a força bruta. Por isso os relatos fictícios, muitos deles inspirados em fatos, se tornam essenciais na busca de uma retratação histórica para quem sofreu a violência do regime.

Somente os leitores conhecem o que acontece a cada personagem. A narrativa em discurso indireto livre e fluxo de consciência dos depoimentos das mulheres vítimas do regime, saem como se expurgasse a dor e o sofrimento em cada palavra escrita. Entender e identificar essas memórias no romance são necessários para compreender a temática da narrativa e todos os elementos narrativos que a compõe. É assim quando Daniel reflete sobre sua busca pela mãe:

Esse é o verdadeiro sofrimento desse filho, que não consegue imaginar a mãe como uma pessoa que se pode encontrar na esquina, uma pessoa que existiu, mas é tão pouco quando há algo maior aí que se cala, pessoas foram arrancadas de suas casas, de suas famílias, e sumiram depois de longas sessões de torturas, jogadas no fundo do mar, incineradas em fornos a lenha, industriais, ou enterradas em cemitérios clandestinos Lage (2019, p.43).

O menino que procura entender o que houve com sua mãe sem nenhum sucesso, se torna um homem frustrado sobre esse aspecto de sua vida. Aquela que deveria ser a base de sua existência, a família, se resume a um avô soturno e calado.

As memórias das mulheres combatentes do regime também ficam tempo demais apagadas. Ainda hoje elas são silenciadas quando tentam vir à tona, mas é preciso que se denuncie, que se fale cada vez mais sobre elas, para que haja um dia a reparação com prisões e condenações de torturadores e algozes de um sistema arbitrário que ecoa até os dias atuais. Por isso, estudar a narrativa de Lage (2019) como testemunhal ajuda a entender a dinâmica da participação das mulheres na ditadura militar brasileira.

Reforçando a busca pelas memórias das mulheres na ditadura, Figueiredo (2024) fala sobre a participação das mulheres e seus desdobramentos que são relevantes, a partir dos relatos autobiográficos e das entrevistas concedidas pós-ditadura. Há as mulheres que conseguiram contar suas histórias e escrever sobre elas, mas também há as que não conseguem escrever, por falta de prática, habilidade na escrita, ou simplesmente por causa dos traumas. A esse respeito, Figueiredo (2024, p.82) relata que

A escrita de si dessas mulheres não é narcisista e autocentrada; ela se volta para as condições que as levaram a infringir as regras impostas pela sociedade patriarcal e a lutar contra a ditadura que as queria reclusas no lar. Essas mulheres, ao fugir ao controle biopolítico dos corpos e ao assumir a direção de suas vidas, se colocaram na marcha da História, criando o acontecimento.

A luta das mulheres e o sofrimento a elas imposto de maneira mais perversa pelo fato de serem mulheres está nos relatórios da CNV, fonte de pesquisa para a escrita das narradoras/personagens de *O corpo interminável*. Baseada nos relatórios elaborados após as diligências, entrevistas, interrogatórios e apurações da CNV, Cláudia Lage enfatiza o sofrimento que as torturas causavam e as marcas deixadas nas vítimas ficcionando esses relatos. Sobre essa participação feminina a CNV no volume 1 dos relatórios, p. 404, afirma que

Nas narrativas das mulheres, por exemplo, aparecem sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas sofridas, acompanhados de referências explícitas ao fato de que haviam se afastado de seus “lugares de esposa e mãe” e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino.

As mulheres passaram por todo tipo de sofrimento físico e psicológico com crueldade. Assim como os homens. Mas intensificava-se as humilhações e maus-tratos devido ao fato de serem mulheres em uma época em que o machismo e a misoginia eram escancarados. Violência de gênero, violência física, violência psicológica e violência sexual foram infligidas às mulheres nos porões da ditadura.

Todas essas violações estão em documentos e relatórios produzidos pós ditadura como denúncia e tentativa de expor e punir os torturadores, um desejo de justiça ainda almejado pelas vítimas. Sobre a violência sexual, que é uma crueldade para além da dor física causada, mas agride, humilha e degrada a vítima causando traumas psicológicos eternos, a CNV ainda no volume 1, p. 400 apresenta que

A violência sexual, exercida ou permitida por agentes de Estado, constitui tortura. Por transgredir preceitos inerentes à condição humana, ao afrontar a noção de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, a normativa e a jurisprudência internacionais consideram que a violência sexual representa grave violação de direitos humanos e integra a categoria de “crimes contra a humanidade”.

Graves foram os crimes que sofreram as mulheres nas prisões e graves são as sequelas até hoje. No romance, as personagens/narradoras contam o que sofreram e o quanto as torturas marcaram suas vidas. É o caso da narradora que ao ser libertada e exilada foi acolhida por companheiras de luta em outro país e nesse processo de recuperação, estando longe, livre, acolhida, vai para o banheiro, enche a banheira de água para tomar um banho que significa mais que a limpeza do corpo, uma ressurreição. Mas é ali que também a ferida da alma se manifesta com a vontade de morrer, de mergulhar naquela banheira e não acordar mais: “um corpo suspenso no tempo e no espaço, imerso

na água, no nada. Ela achou impressionante que a inconsciência não fosse o princípio da morte, mas uma esperança, a sobrevivência, a sobrevivida” (Lage, 2019, p. 165).

Morrer á acabar com o sofrimento para quem passou por um enorme trauma e não sabe mais como voltar a ser como antes. Os traumas das vítimas da ditadura foram aumentados pelo fato de terem sido desacreditadas pelo sistema, pelos torturadores, pelos governantes, e até mesmo após a ditadura. Ao fim, ficou fácil desacreditar essas mulheres com falácias de que nada disso existiu de fato, porque a sociedade era permissiva com essas falas, e poucos saíam em defesa das mulheres.

O que a CNV trouxe de contribuição ao final, ao entregar em dezembro de 2014 seus relatórios finais foi a luz, o holofote sobre as graves violações cometidas contra seres humanos e em especial os crimes cometidos contra as mulheres. Violências das mais variadas formas e denunciadas pela CNV em seu relatório final:

A violência sexual, exercida ou permitida por agentes de Estado, constitui tortura. Por transgredir preceitos inerentes à condição humana, ao afrontar a noção de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, a normativa e a jurisprudência internacionais consideram que a violência sexual representa grave violação de direitos humanos e integra a categoria de “crimes contra a humanidade”.

Inserida na lógica da tortura e estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade, a violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar constitui abuso de poder não apenas se considerarmos poder como a faculdade ou a possibilidade do agente estatal infligir sofrimento, mas também a permissão (explícita ou não) para fazê-lo.

As mulheres e homens que enfrentaram a ditadura e hoje deixaram sua marca na História e suas memórias para a posteridade, o fizeram pela crença e pelo idealismo de buscar um país livre de opressão. As memórias que hoje temos de exemplo, foram forjadas duramente o combate ao regime militar, mas servem de inspiração para as gerações que ainda acreditam que não houve golpe em 1964.

As memórias da ditadura militar brasileira podem ser lidas nos documentos que se produziram a partir de relatos de quem foi preso e torturado e a partir dos documentos encontrados após o fim da ditadura. São memórias que servem para lembrar ao povo brasileiro como a democracia é frágil e está sempre sendo ameaçada. Memórias que não devem ser apagadas. Por isso a importância de documentos como *Brasil: nunca mais*, produzido por Dom Paulo Evaristo Arns e documentos e relatos produzidos pela Comissão Nacional da Verdade, em 2014.

Memórias históricas preservadas são parte do que constituem o país. É preciso preservar,

manter, resgatar memórias que esclarecem a história e a trajetória do Brasil até se tornar a nação de fato democrática que é hoje. Mesmo que ainda existam partidos políticos de extrema direita que flertam com ditaduras e golpes, somos hoje um país democrático e que vive sobre a lei e os direitos estabelecidos em constituição que permitem que sejam punidos aqueles que se virarem contra a democracia.

Ana Maria Ramos Estevão (2021, p.25) relata que “o registro da memória ainda é um terreno em disputa, não delimitado, que deve ser escrito, e não é à toa que ainda há segmentos do Estado que se opõem à abertura dos documentos da ditadura civil-militar brasileira”. Estevão (2021) diz se sentir no dever moral de contar suas memórias, suas lembranças, seu testemunho do que representava ser militante em um país sob o poder militar.

Assim como Estevão (2021) outras mulheres que foram torturadas, presas por meses, sem notícias de sua família, filhos e amores, falaram a esse respeito muito tempo depois do fim da ditadura. O trauma deixou cicatrizes tão profundas que foi preciso um tempo enorme para que conseguissem falar/escrever sobre o que viveram. Mas reconhecem, todas elas, Dilma Rousseff, Ana Estevão, Rosalina Santa Cruz, entre outras, que é preciso contar o que houve. É preciso que suas memórias sirvam de reconhecimento de que a ditadura não foi só um golpe político, mas uma forma de domínio e de exercer poder que os homens encontraram.

É por meio das memórias que se preserva a História. As memórias servem de exemplo, de amostra e de reflexão. É possível que resgates sejam sempre necessários para que discussões sejam levantadas a cerca dos atos e fatos cometidos por homens com sede de poder. Para isso, há os que tentam preservar memórias coletivas acima das individuais, os historiadores, e os que ficcionalizam as memórias dolorosas para suavizar a realidade vivida. Há no meio disso tudo, os testemunhos que reforçam a importância dessa preservação de memórias tão relevantes para consolidação da nação democrática que se estabeleceu.

Figueiredo (2024) começa a provocar a necessidade de se preservar e discutir as memórias das mulheres contra a ditadura, lembrando no título de seu livro que “escrever é (também) uma forma de resistência”. Ela fala das memórias e testemunhos das mulheres que mesmo tendo sido presas, torturadas, humilhadas, fizeram parte da grandiosidade que é a História do Brasil. São mulheres guerreiras e guerrilheiras que de certa forma constroem a narrativa da resistência feminina contra o patriarcado e que moldam as lutas que são travadas até hoje em busca de direitos e igualdade de gênero.

As memórias femininas de luta e resistência estão representadas no romance de Cláudia Lage e seguem

ecoando a justiça que se busca na reparação que as vítimas vivas da ditadura militar buscam ainda hoje. É por isso que há de se escrever e fotografar e musicar a dor e o sofrimento por que passaram e deixar de registro para a posteridade.

### 3.3 Vozes femininas no testemunho

Como já dissemos, *O corpo interminável* é um romance de testemunho. Ele ficciona o testemunho de um período da nossa história em que horrores foram cometidos contra uma população que não aceitou ser submetida à repressão, ao cerceamento dos direitos civis e à falta de liberdade imposta pelos militares. Seligmann-Silva (2003) trata do testemunho na ficção, afirmando que o sobrevivente desperta nos leitores a empatia na mesma medida em que desarma a incredulidade. Segundo ele, tendemos a ouvir mais abertamente e tornar o narrador mártir e entendemos a necessidade de testemunhar o inferno vivido. Isso faz com que os relatos testemunhais tenham um apelo maior entre leitores e a crença do público. Seligmann-Silva (2003, p.382-383) afirma ainda que,

Na literatura de testemunho não se trata mais de imitação da realidade, mas sim de uma espécie de “manifestação” do “real”. É evidente que não existe uma transposição imediata do “real” para a literatura: mas a passagem para o literário, o trabalho do estilo e com a delicada trama de som e sentido das palavras que constitui a literatura é marcada pelo “real” que resiste à simbolização.

Nesse sentido o trauma é uma categoria basilar para entendermos esse real de que o autor fala. Compreendemos que o real ficcionado é a manifestação do trauma, da ferida aberta, da dor que não teve finalização e, assim, a literatura de testemunho não apresenta apenas a voz do sobrevivente, mas também o enfrentamento do trauma por ele vivido, segundo Seligmann-Silva (2003).

Testemunhar, nesse sentido, é reconhecer-se vítima e, muitas vezes, a vergonha e a culpa acompanham o trauma e impedem o testemunho. Muitas mulheres levaram anos para elaborar a dor sofrida nas torturas, as sevícias, os estupros, a extrema violência e degradação de seus corpos. Figueiredo (2024, p.273-274) reforça que

Algumas mulheres se fixaram no passado, sem conseguir fazer o luto das perdas; as que voltaram do exílio nem sempre conseguiram reconquistar seu espaço; outras tentaram sobreviver, “lutando para reconstruir suas vidas, mas sempre em silêncio”. Para superar a impotência e o desamparo, a vítima da tortura precisa falar para que a ferida do passado não se torne um segredo encapsulado no inconsciente a provocar sintomas ao longo da vida.

Em *O corpo interminável* o testemunho das vítimas de tortura são duros e comoventes. Elas contam das unhas arrancadas, dos cabelos puxados pelos torturadores, dos choques, das sevícias, dos xingamentos. Nesses relatos, embora ficcionais, há muito das dores que foram impostas durante a ditadura a todos os cidadãos, mas se torna ainda mais importante porque Cláudia Lage se detém em relatos de mulheres. O tema da maternidade é recorrente nas narrações das torturas, pois ou a gravidez é usada para causar ainda mais medo e terror durante os interrogatórios, ou os filhos são usados para motivarem as mães a entregarem companheiros e darem aos torturadores as informações que desejavam.

Daniel é o personagem que traduz o outro lado, o lado do filho cuja mãe foi sequestrada, presa, torturada e morta e se tornou uma desaparecida, impedindo assim que fosse possível elaborar o luto a partir de um velório e enterro do corpo. Esse corpo que é interminável, que não vai aparecer, que não se manifesta na narrativa, traz a característica fantasmagórica dessa mãe invisível. Como no trecho em que se descreve o sentimento de Daniel:

Não lembro de nenhuma sensação de conforto ao dormir na cama da minha mãe, não era nela nem em seu sorriso que pensava, mas na sua ausência e na sua morte nunca confirmada, no seu corpo que nunca estava, que não se podia ver nem tocar, isso me assombrava, como um monstro no armário, mas muito pior do que um monstro no armário, porque eu sentia em minha pele, era um horror real Lage (2019, p.42).

Ao passo em que as narradoras são testemunhas das torturas aplicadas na ditadura militar e narram como tal, Daniel levanta o contraditório que sua busca revela; para ele não é possível testemunhar, narrar o que houve com sua mãe. Essa falta de testemunho é a falta da sua história e a imagem que tenta capturar por meio de uma fotografia apresentada a ele por Melina, é o que traz uma possibilidade de narrativa do que aconteceu à sua mãe.

Seria ela a mulher nua, de olhos abertos, um braço caído para o lado e o outro sobre o abdômen? Seria ela aquela mulher da foto supostamente tirada pelo pai de Melina, um cúmplice das torturas acontecidas na Casa da Morte? Associar imagem e narrativa torna-se impossível, uma vez que a foto o abalou a ponto de não saber narrar, ou escrever mais sobre o tema. Falta a materialidade do corpo para ser condizente com os relatos das testemunhas. Isso o paralisa.

As imagens que faltam a Daniel para a sua reconstrução identitária o perseguem desde a infância, desde as caixas fechadas na estante do avô, quando ele descobre um álbum de fotografias incompleto e vazio. Podemos depreender que sente ainda mais a solidão que o cerca a vida toda, pois também está vazia a gaveta simbólica de sua construção familiar, de sua origem. Também é vazio e silencioso o filho cuja mãe não tem rosto, nem gostos, nem histórias.

Daniel parte para a imaginação, como quem fabula que as imagens arrancadas do armário, cujas marcas o perseguem durante toda a infância, foram coladas por sua mãe e arrancadas pelo avô. O avô, sem nome, somente o espectro do silêncio e do afastamento também tinha suas dores, suas ausências. Ele nega ao neto informações, histórias, notícias, e isso faz com que a reconstrução seja feita a partir de indícios, de suspeitas e fabulações.

Talvez existisse alguém que fora testemunha da vida da mãe de Daniel, de seu nascimento, mas ele nunca encontrou tais informações, tendo que viver de pedaços e lacunas. Quando aparece uma irmã, já adulta e com idade semelhante a dele, uma parte desses vazios são preenchidos. Havia um pai, que não o conheceu, mas as histórias desse pai contadas pela irmã, Olívia, que lhe escreve e o procura após a morte paterna, trazem ainda mais tristeza por descobrir que também o pai não o quis. Que o pai também carregou de silêncio toda sua existência até ali e não quis fornecer as partes que faltavam para preencher as lacunas que permeiavam sua vida.

Melina, por outro lado, é a personagem que busca entender os motivos pelos quais a mãe e o pai se separaram na infância. E em sua história é possível perceber que a imagem, mais especificamente a fotografia, fazem parte desse silêncio e dessa distância que os separou. A mãe, possivelmente, descobre que o pai fotografava os corpos dos torturados durante a ditadura para arquivo dos militares.

Sendo assim, se torna cúmplice das torturas, responsável pelo segredo de vários corpos desaparecidos e carrega o segredo para sempre. Com *Alzheimer*, não se lembra mais, ou não consegue mais contar o que houve. Essa descoberta causa em Melina várias dores e angústias, pois ao compreender tarde demais o que sua mãe sentia, não pode elaborar a revolta com o pai, uma vez que ele estava velho e doente.

Todas as testemunhas da ditadura militar presentes no romance contam ao leitor o que viveram, como sofreram e o que sentiram. Mas entre as personagens não há essa aproximação, sendo um aspecto da narrativa relevante na composição do romance. É o leitor que lê (ouve) os relatos das vítimas e seus testemunhos. Daniel e Melina que buscam tanta informação e pesquisam o assunto não sabem quantas vítimas/testemunhas compõe a mesma narrativa.

A falta de testemunho do que aconteceu a mãe de Daniel causa inquietação e, para ele, a imagem e a palavra estão dissociadas nessa tentativa de recuperação de suas histórias. Se por um lado não consegue mais escrever sobre sua busca e suas pesquisas, a imagem da fotografia encerra em si mesma todas as palavras não ditas. Toda a busca se encerra na imagem do que possivelmente

aconteceu a sua mãe e a tantas mulheres que foram torturadas e mortas.

As testemunhas e vítimas, ao contrário, narram, usam as palavras para descrever o horror vivido e a finalização não com a morte, mas com a imagem que se perpetuará depois dela. Como narrado em Lage (2019, p.171)

Ela nua tremia de nervos. Era inverno e ela tremia [...]. acabou, ela gemeu, acabou, começou a gritar, colocaram os eletrodos na sua vagina, nos ouvidos, na língua, ela não servia para mais nada. O último corte que sentiu foi abaixo da axila, próximo aos seios. O mais doloroso foi na barriga, na altura do fígado, foi esse que a matou. Colocaram uma arma em sua mão, atiraram em seu corpo, mas ela não sentiu. Depois que constataram a sua morte levaram o seu corpo para uma sala. Na sala havia uma cama pequena e ali o puseram.

A narração dessa tortura e assassinato se encerra com a fala da própria narradora: “alguém veio e tirou uma foto”. Há aqui a retomada da imagem que mesmo sem palavras, sem legenda, diz tudo. A testemunha e vítima de tortura que foi morta, fotografada e após capturarem a imagem seu destino desconhecido, pode ter sido jogada ao mar, enterrada, esquartejada para ficar ainda mais difícil sua identificação posterior ou incinerada. Seja qual for o destino que o corpo recebeu, a imagem nos conta sua história de sofrimento e dor.

As vítimas reais da ditadura também contam histórias que endossam o romance e conferem um caráter testemunhal a ele. Como o caso da única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis, Inês Etienne Romeu, que conta das torturas e de quem mais encontrou na casa. Ela gravou nomes e codinomes e delatou os torturadores após sua saída. Outra vítima da tortura foi a Maria Auxiliadora, Dora, que suicidou em Berlim se jogando na frente de um trem. Sua história foi citada por Lage (2019), por meio da personagem Melina. Tais aparições conferem credibilidade ao relato das vítimas.

No romance *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, de 2015, a narrativa do desaparecimento e do enfrentamento dele por parte da família é também um tortura cruel e dolorosa. A esperança de que o pai e marido, Rubens Paiva, estivesse vivo foi um ato de tortura contra sua família. Sobre isso, Eunice Paiva disse que

A tática do desaparecimento político é a mais cruel de todas, pois a vítima permanece viva no dia a dia. Mata-se a vítima e condena-se toda a família a uma tortura psicológica eterna. Fazemos cara de fortes, dizemos que a vida continua, mas não podemos deixar de conviver com esse sentimento de injustiça (Paiva, 2015, p. 98).

O enfrentamento do desaparecimento, ver o nome da mãe, figura essencial na formação de um indivíduo, na lista dos desaparecidos políticos, constitui igualmente a tortura para as famílias que ficaram sem elaborar o luto pela falta do corpo. Daniel é o personagem que vive esse luto

interminável, pois saber que sua mãe está entre os desaparecidos da ditadura não ameniza o sofrimento e a desolação que é não ter o túmulo, o lugar onde o corpo jaz para visitar, para viver a perda.

Crescer sem entender essa perda de modo racional o fez um homem triste, ressentido e perdido. Em Lage (2019, p.25) ele elabora “um menino que imaginava a morte da mãe de diferentes formas. Que colocava sangue e violência nessas mortes”. Todos merecem a verdade para conseguir sobreviver a violência e superá-la de algum modo. Daniel e sua imaginação do que aconteceu, é o personagem que representa, uma espécie de alegoria, da falta da verdade e do esclarecimento.

Outro personagem representa as memórias dolorosas da ditadura que é o pai de Melina. Depois de ter fotografado e contribuído com o regime militar, se tornou um homem calado, nervoso, emsimesmado com o qual a esposa não conseguiu mais viver e se separou. A família de Melina foi diretamente afetada pela ditadura, no pior sentido, na participação do pai como colaborador dos torturadores.

Melina reflete sobre toda a dor das mulheres durante a tortura ao se deparar com a fotografia produzida pelo pai. Mas também conviveu com o silêncio da mãe que nunca contou o que viveu ao lado de um ex-militar colaborador da ditadura. A família é afetada. Melina revive as memórias do pai por meio da fotografia. O testemunho do seu pai sobre forma de imagem representa para ela a decadência de sua vida familiar e a incapacidade da sua mãe de perdoar a crueldade e maldade que ele representava.

Quem testemunhou, participou, foi vítima, tem a sua verdade a contar. Quem teve que lidar com o desaparecimento de um ente querido não consegue seguir em frente por não ter tido acesso a verdade. Não saber o que houve de fato, onde está o corpo, ou como a mãe morreu, carrega de dor a família que ficou alimentada pelas mentiras.

Aos que tiveram um familiar desaparecido ainda há um dever, uma obrigação do estado agora democrático: a verdade. Seja qual for, seja feia como for, as famílias merecem saber a verdade.

No volume 1 do relatório da CNV (2014), página 418, relata que “Maria Dalva Leite Castro de Bonet foi submetida ao mesmo suplício, no DOI-CODI do Rio de Janeiro: ‘Eu fui estuprada, como todas as outras. Não posso dizer que não fui, porque fui’”. Assim como esse, há relatos de mulheres que nem se deram conta de que foram estupradas tamanha covardia e suplício que eram outros métodos de tortura, como conta Ieda Akselrud de Seixas, no mesmo relatório, mesma página

Cabe dizer que a gente [a irmã e a mãe] não foi torturada fisicamente... eu levei uns tapas, apanhei... quer dizer, isso também é uma coisa engraçada... Eu sofri abuso sexual dentro do banheiro. Todo mundo já sabe. Eu posso contar essa história porque há depoimentos e depois a comissão nacional da verdade – relatório – volume i – dezembro de 2014 mentos. Mas eu levei muito tempo para me tocar que aquilo era abuso sexual, sabe por quê? Eu minimizava aquele episódio porque, afinal, não era pau de arara, não era choque e não era cadeira do dragão. É muito louco isso! É muito louco! (CNV, 2014, volume 1, p.418-19).

Esses testemunhos estão relatados em primeira pessoa nos documentos da CNV de 2014 e ressaltam a gravidade do que as vítimas sofreram, especialmente as mulheres nas prisões da ditadura militar. As agressões de todos os tipos não se justificam. Mas as agressões sexuais são especialmente dolorosas para as mulheres que tiveram seus corpos violados por torturadores que desprezavam suas vidas.

Figueiredo (2024) afirma que escrever uma história de vida supõe que cada vida tem uma história e isso se reflete nos relatos autobiográficos produzidos a partir das memórias, do testemunho de vítimas da ditadura. O que Figueiredo (2024) chamou de “a escrita de si” ou relatos autobiográficos, são as memórias das mulheres que hoje escrevem para contar ao mundo o que sofreram, expor suas dores, mas também para transformar essa dor, suas cicatrizes em testemunhos que coloquem a sociedade alerta ao que pode ser um governo autoritário.

Ainda Figueiredo (2024) ressalta que às vezes demora muito tempo para poder falar; mais ainda para poder escrever sobre os traumas vividos. Nesse sentido, a produção literária brasileira contemporânea tem sido impactada com o aumento de escritas que tematizam a ditadura militar. Muito se deve ao fato de autores e autoras terem acessado suas memórias ou descoberto o que aconteceu com outras pessoas, familiares, maridos/esposas que foram presos da ditadura posteriormente.

A partir da elaboração do trauma dentro de si, é possível colocar para fora falando ou escrevendo suas vivências dolorosas. Para Estevão (2022), além da psicanálise, colocar em palavras os fatos vivenciados por ela na prisão da ditadura e mostrar ao mundo suas cicatrizes foi uma forma de restaurar sua dignidade e preservar a mulher forte e guerreira que hoje se considera. Mas foi preciso que antes elaborasse a culpa e o medo que carregou por anos.

Ler os relatos fictícios das personagens do romance já evoca dor e sofrimento, mas ler relatos reais de testemunhas que sobreviveram ao suplício das prisões da ditadura causa repulsa e revolta ao leitor que toma conhecimento do que houve de fato. A dor que as mulheres que se expuseram para revelar o que houve durante a ditadura e registrar o que passaram na prisão e quem foram seus torturadores fazem parte de um registro que está ao alcance de quem se interessar por essa parte da história.

O romance de testemunho de Cláudia Lage apresenta, assim, relatos que poderiam ser reais, possíveis de serem também testemunhos de quem viveu de fato a tortura e a crueldade. *O corpo interminável* poderia ser o corpo subalterno e interminável de qualquer uma dessas mulheres que passaram pela tortura e sobreviveram. Alguns relatos expõem que as mulheres pediam pela tortura nos instrumentos mais temíveis, mas que as poupassem do estupro. Violação do corpo feminino causa traumas carregados por toda uma vida e fazem das testemunhas e vítimas exemplos do porquê não devemos esquecer.

Em Cláudia Lage há personagens tão traumatizadas pelas torturas que seguem com medo e sentindo culpa por ter deixado filhos aos cuidados de outros familiares, por ter delatado companheiros sob tortura, por ter militado a favor da democracia e dos ideais que acreditavam. Como a personagem que entende uma possível gravidez a partir de uma cicatriz que sua companheira de clausura reconhece como sendo de parto. O trauma a fez esquecer até que teve um filho ou uma filha na prisão.

Testemunhas reais ou personagens fictícias que testemunharam as torturas e sofreram os horrores da ditadura servem de lembrança a uma sociedade que politicamente insiste em esquecer o que convém. Há políticos que acusam ainda hoje as pessoas inteligentes e capazes que lutaram e militaram por um país justo e igualitário de subversão e de serem bandidos. Não atribuem a pessoas de bem o combate ao governo repressor dos militares.

Esse preconceito instaurado por pessoas e partidos de extrema direita leva ao desconhecimento e à desinformação. Como outras militantes, Estevão (2022) exalta a sua geração, afirmando que foi a luta de centenas de pessoas de todas as profissões, classes, religião, raça, que criou as condições para o fim da ditadura. É preciso ressaltar que essas pessoas que vieram fazendo parte da história e abrindo caminhos rumo a democracia não o fizeram em vão. O testemunho delas é capaz de promover debates e levantar questões a cerca de política, sociedade e dignidade humana que servem às gerações futuras de inspiração e de fonte de coragem.

## **AINDA ESTAMOS AQUI PARA CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho é sobre literatura, mas também é sobre história. No entanto ele é, sobretudo, sobre a vida e como homens e mulheres decidem vivê-la. Ao longo da construção e pesquisa desta dissertação, acontecimentos na sociedade brasileira fizeram com que sua relevância se tornasse visível ao seu propósito. É preciso falar de coisas boas, alegrias, motivações para a vida. Mas é fundamental falar sobre dores, sofrimentos, injustiças e impunidades. Uma para que sigamos com esperança e fé em nossa caminhada. A outra para que não esqueçamos nossa vulnerabilidade social e o quanto o poder e a injustiça caminham lado a lado.

Em 2024 foi lançado o filme baseado no livro homônimo, *Ainda Estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, sob direção de Walter Salles e com a participação e protagonismo da atriz Fernanda Torres. O alcance do filme trouxe ao país novas discussões e pressões sobre a lei de anistia que é retrógrada e persevera no país, causando dor e tristeza a várias famílias de mortos e desaparecidos da ditadura militar.

Foram necessárias indicações aos prêmios Globo de Ouro e Oscar para que se reconhecesse a ferida social aberta que ainda sangra. A impunidade que a anistia causou, causa e vai continuar causando voltou a ser cenário de discussão e busca pela justiça. Há que se punir os militares torturadores que, infringindo muitas leis, não pouparam nem preservaram a lei dos direitos humanos.

Marcelo Rubens Paiva enaltece a vida e força de sua mãe, Eunice Paiva, que foi torturada durante a ditadura militar juntamente com uma filha e o marido. Ela e a filha retornaram para casa após alguns dias, mas Rubens Paiva é um dos muitos desaparecidos políticos da ditadura brasileira. A saga da busca pela verdade e pelo reconhecimento do que aconteceu com o marido norteou a vida de Eunice a partir daí. A atuação de atores como Selton Melo e Fernanda Torres fizeram com que a história de Rubens e Eunice Paiva retomasse a discussão sobre a anistia e a impunidade dos torturadores.

Diante de todo cenário atual, falar da ditadura militar e de como foi cruel viver os 21 anos em que ela prevaleceu no Brasil, das torturas, dos sequestros, das mortes, do desaparecimento, é ainda urgente. Não só falar (escrever), mas fazer refletir a quem ouve/lê ou assiste.

*O corpo interminável* segue essa premissa. Precisamos falar da ditadura militar brasileira. É imperativo a busca pela verdade e pela justiça. As memórias das vítimas nos ajudam a entender o que foi viver o regime, mas não alivia o que lhes aconteceu de fato. Pode ser que um julgamento e a prisão

dos torturadores traga a paz que tanto necessitam. Essa pesquisa é sobre essa luta e esse desejo também. A anistia não é só mais uma das crueldades dos ditadores, como também uma forma de tortura para quem ficou.

As vozes femininas várias vezes mencionadas são de dor, sofrimento, desespero e busca por alívio. O romance de Cláudia Lage ressalta a valorização do corpo feminino, discute o papel da mulher ao longo do tempo e do espaço e provoca o ressurgimento do assunto ditadura militar e da anistia. São características que o romance trazem, o da discussão e reflexão sobre o passado violento do país. *O corpo interminável* é uma importante ferramenta de averiguação do que foram as torturas, os sequestros, as prisões, os porões da ditadura. Um importante relato ficcional de memória e testemunho do período avassalador que durou 21 anos, oficialmente, no Brasil.

O personagem Daniel representa os que ficaram, os que não sofreram diretamente as torturas e todo o peso da ditadura. Mas emocionalmente é uma vítima. Representa assim, vítimas que podemos chamar de invisíveis, os filhos e filhas e familiares de quem foi torturado, morto e desaparecido durante a ditadura militar.

Os traumas que Daniel carrega afetam sua vida ao longo de todos os anos em que não soube o paradeiro de sua mãe e também continua o afetando adulto, prestes a se tornar pai e escritor pesquisador que se torna. Ele tem a dimensão da dor das vítimas da ditadura por ter tido sua mãe desaparecida durante o regime. Uma mãe que graças a maldade humana ele não conheceu. E que pelo trauma do avô, pai de sua mãe, de ter tido uma filha guerrilheira e desaparecida, não conta a ele como ela foi, nem foto mostra.

Tratamos aqui da dor do personagem principal, Daniel, e discutimos as várias nuances dos traumas que enfrentou durante sua vida. Abordamos também o silêncio do avô, cuja filha não voltou pra casa e os seus algozes levaram para ele um neto para criar. Um neto que o lembrava o tempo todo da subversão da filha, da vergonha que a filha se tornou para ele. Provavelmente um pai/avô antiquado e conservador que não se conformava da filha ter manchado o seu nome. Mãe solteira e guerrilheira da ditadura militar. Daí o apagamento da filha de sua vida e conseqüentemente da vida do filho. Daí afirmar que “aquela criança era o sinal, a filha não ia voltar”.

Os personagens Daniel e Melina pesquisaram muito sobre a ditadura, em especial sobre as mulheres desaparecidas. Melina é uma personagem que também teve a vida, a infância afeta pela ditadura e descobre isso investigando e pesquisando sua família, seu pai. Quando encontra uma foto de uma mulher morta após ser torturada, entende que seu pai, ex-militar, teve participação como fotógrafo e documentou muitos assassinatos justificados pelos militares como proteção contra

subversivos.

São personagens principais expondo suas dores de vítimas secundárias do regime ditatorial brasileiro. Mas são personagens que levantam discussões a cerca do que foi vivido durante aquela época. Para endossar suas pesquisas, a autora implementa o discurso com personagens que narram suas torturas e o que viveram nas prisões.

Não por acaso, a personagem Melina cita a Dora, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, uma guerrilheira real, que sofreu tortura durante anos por ter aderido ao movimento estudantil que lutava contra a ditadura. Nunca superando o trauma de viver anos presa, sendo humilhada e torturada, Dora se jogou na frente de um trem em Berlim. Isso mostrando que o exílio, a obrigatoriedade de viver longe de seu país, de sua terra, seu lugar no mundo, era também uma forma de tortura.

Relatos como o de Dora, associados aos relatos das narradoras do romance dão a dimensão do que as torturas representam para as vítimas diretas e indiretas da ditadura militar. Dores que podemos dizer serem dores da sociedade brasileira. Por isso essa discussão merece ser aventada com teorias e referenciais teóricos que endossam a necessidade da discussão sobre esse período de nossa história.

As ditaduras existem ou existiram porque há a sede de poder, não um poder burguês aristocrático. Mas um poder irrestrito e tirano, que abusa da autoridade e da justiça. No Brasil, inspirados nas falácias de que estariam livrando o país do comunismo de Jango (presidente João Goulart), em 1964, muitas pessoas, autoridades, imprensa, gente do povo, proletariado e assalariado e, especialmente, os militares acreditaram estar eximindo o país do fatídico comunismo, mas empurraram o Brasil para as garras da tirania da ditadura militar.

Diante disso, o leitor acaba questionando nossas escolhas como sociedade, pois sabendo tudo que sabemos por meio do testemunho das vítimas de tortura, de barbáries terríveis, ainda há quem acredite que 1964 não foi golpe. Nessa perspectiva, a literatura auxilia nos esclarecimentos quando se alia as artes que expõem as várias formas de violência. A ditadura militar foi e é sem dúvida um capítulo triste de nossa história.

Quem não viveu em um país sem liberdade, antidemocrático, com tiranos no poder não deve desacreditar que isso existiu e proclamar discursos de ódio àqueles que ainda lutam para preservar a memória dos que morreram ou desapareceram lutando para que a democracia tal como é hoje acontecesse.

A literatura tem seu valor para auxiliar na elaboração dos traumas da ditadura que perduram até hoje. Figueiredo (2024, p.342) afirma que “a potência da literatura reside no enfrentamento do

irresolvível, do traumático, das denegações, das angústias que atravessam a experiência humana”. É isso que a literatura pós-ditadura aborda: os traumas, o sentimento de injustiça, de derrota, frustrações em ver algozes soltos e livres. É uma forma de resolver esse passado que não passa, segundo Figueiredo (2024), e registrar fatos, acontecimentos incomuns e arbitrários forçados a pessoas comuns, trabalhadoras, sonhadoras e decentes.

*O corpo interminável* tem esse apelo, pois apresenta a dor, exhibe o sofrimento e expõe a tortura, recriando cenas que possivelmente aconteceram durante o período. Trabalhos como este servem ao propósito de não deixar a memória dos que pereceram diante da força bruta dos torturadores seja apagada.

No primeiro capítulo foi apresentado o contexto historiográfico da ditadura no Brasil, sua trajetória, início, meio e fim. Discutimos assim desde o golpe de 1964 até o fim da ditadura com a volta da democracia, anistia e eleições diretas para presidente da república. Nele pudemos contextualizar a política, economia e sociedade em que se deu a ditadura e seus efeitos sobre o Brasil. Entendemos assim a ascensão do golpe, seus atos institucionais e toda violência imposta no período.

Filmes, livros e peças teatrais além das músicas e outras expressões de arte, denunciaram os excessos da ditadura militar e o quanto se fazia necessário combatê-la. Hoje são as artes, fotografias e todo aparato cenográfico e literário que nos apresentam o que foram os tempos da ditadura militar no Brasil, os anos de chumbo de forma reflexiva.

Pudemos ver e analisar a importância das artes de forma geral, mas abrimos este trabalho com a expressão musical, os versos de uma canção composta à época da ditadura que revela o quanto a juventude, os estudantes e muitos brasileiros se esforçaram para que a ditadura acabasse. Com teor de denúncia os versos *Atenção!// tudo é perigoso*, da música de Caetano Veloso e Gilberto Gil, revelam como era perigoso viver naquela sociedade. Revelam também os esforços que os artistas faziam para denunciar os abusos de autoridade sem sofrer censura ou burlando ela.

Fato é que era mesmo perigoso ser avesso aos militares e lutar pela liberdade. Tão perigoso que enfrentando o regime milhares perderam a vida. E quem sobreviveu nunca mais foi o mesmo. A ditadura militar provocou danos irremediáveis na vida das pessoas e na sociedade que ainda hoje vê a fragilidade da democracia conquistada a duras penas.

Em 8 de janeiro de 2023 militantes da extrema direita invadiram e depredaram as instalações do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal em Brasília. Essa foi a tentativa de impedir que o governo eleito fosse empossado, gerando assim outro golpe de estado. Graças a Constituição vigente e as mídias sociais, a ação foi fracassada.

Essa data, porém, vai ficar marcada como a tentativa de novo golpe no país, a fim de estabelecer um governo tirano e autoritário novamente, favorecendo a extrema direita e seus ideais torpes. Mais uma vez o país flertou com possível golpe. Mais uma vez nos vimos diante da discussão sobre a frágil democracia em que vivemos e o quanto precisamos estar atentos e fortes, sem tempo para temer nem mesmo a morte.

Como desfecho da historiografia apresentada no primeiro capítulo, relembremos que os golpes estão aí a espreita, sempre arquitetados por oposições antidemocráticas e pessoas com sede de poder. É preciso combatê-los e mais que isso, é preciso que se exponha sempre atos inconstitucionais que envergonham nossa nação e prejudicam o povo. Por isso, defesas da democracia são imperativas e necessárias.

No segundo capítulo exploramos os traumas causados pelas torturas da ditadura militar, especialmente entendendo a memória e o testemunho na literatura. Vimos o quão importante é resgatar, mesmo que por meio da ficção as dores sofridas pela sociedade e pelos que lutavam para melhorá-la. Discutimos a memória coletiva dos torturados, dos familiares de mortos e desaparecidos do regime e que precisamos preservá-la. O romance de Lage (2019) evoca as memórias individuais de personagens e ilustra as torturas e sequelas deixadas em vítimas da ditadura militar.

Falar sobre esses traumas e discutir o desfecho da ditadura requer o esforço de entender a dor do outro. Todo o romance apresenta para o leitor a dor do outro, o sofrimento infringido ao outro. A comoção que os leitores deveriam sentir ao ler a dor do outro é que almeja a esperança de que o romance alcance um de seus propósitos, a reflexão.

Expor as personagens femininas e apresentar suas dores, recriando a atmosfera das prisões e narrando as torturas sofridas, as palavras duras e xingamentos proferidos contra essas mulheres, é uma das formas imagéticas que o romance encontra para mostrar a dimensão da dor. Da dor individual, de cada mulher que foi torturada, xingada, humilhada e ainda mais maltrada por ser mulher. Da dor social de refletir sobre sermos ainda uma sociedade cujo feminicídio é pauta diária e os maltratos sofridos por todas as mulheres em todos os setores sociais ainda existente.

O universo feminino nunca foi tão discutido com nesse século, nas últimas décadas especialmente. Leis foram criadas para proteger especificamente as mulheres. Assuntos e debates foram levantados sobre a fragilidade social da mulher e de como ainda sofrem para criar e preservar seu espaço na sociedade.

Mulheres não se sentem seguras nem dentro de suas próprias casas. É preciso entender esse contexto para entender a proposta que Lage nos apresenta com um romance em que se discute a

participação feminina na ditadura em uma sociedade que mesmo hoje não sabe que a mulher também lutou por ideais e conquistas de direitos.

No terceiro e último capítulo, apresentamos o romance em toda sua essência das vozes femininas valorizadas e ressaltadas por Cláudia Lage. Foi no terceiro capítulo que a discussão sobre o papel da mulher guerrilheira que lutou contra a ditadura ganhou evidência. Exploramos mais o romance nas nuances das vozes femininas na história, memória e testemunho da ditadura militar brasileira. Assim, apresentamos relatos fictícios contidos no romance e relatos reais extraídos especialmente dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade.

A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) pelo governo do PT, da então presidenta Dilma Rousseff, esclareceu e deixou registrado em 3 relatórios finais como foram os 21 anos de ditadura militar no Brasil. Mostrando que havia impunidade, crueldade, violência extrema, tirania e abuso de poder durante todos os anos em que prevaleceu, é possível inferir que o regime ditatorial foi, sem dúvidas, um marco na História do Brasil. Esses relatórios nos apresentam as graves violações dos direitos humanos cometidos pelos torturadores, durante o regime e sugere o fim da anistia para que se possa apurar todos os fatos, revelar a verdade e punir os culpados.

E foi nesse terceiro capítulo que discutimos o papel feminino na sociedade e como ele é visto ainda hoje. Mulheres que foram guerrilheiras e lutaram na ditadura também eram mães e tinham esse direito negado. É preciso evidenciar a maternidade que Lage propõe refletir a partir de Daniel e sua busca pela mãe. Há capítulos que narram as mães lutando para manter a gravidez na prisão outros que narram a tristeza de se abandonar um filho para ser presa e responder pela sua “rebeldia e subversão”.

Mas a maternidade que Lage discute nos abre os olhos para os vários papéis sociais femininos. Uma mãe pode também ser guerrilheira? O personagem Daniel teria no fim orgulho ou vergonha de sua mãe? Essas perguntas são apuradas com a reflexão de que o papel das mulheres durante a ditadura não fizeram delas menos mulheres ou menos mães. As mulheres desempenham o papel social que querem ou que são a elas estabelecidos?

No cenário brasileiro essas são perguntas e discussões que norteiam a reflexão e levam a criação de leis de maior proteção a mulheres. Leis necessárias, diante de uma sociedade que levou séculos para reconhecer direitos civis igualitários entre homens e mulheres e a fragilidade desses direitos para as mulheres ainda se apresenta em episódios esparsos como assédios e importunações sexuais aos quais as mulheres ainda hoje são submetidas. Em todos os setores sociais, na igreja, na política, no meio acadêmico, até mesmo na polícia militar.

A CNV apurou que para além da tortura física, que já era cruel demais, mulheres sofreram

torturas sexuais e degradação e violação de seus corpos por torturadores. O fato de os torturadores se acharem superiores as mulheres dava a eles a sensação de que seriam donos de seus corpos enquanto estivessem sobre suas mãos nas prisões. Vários são os relatos apurados pela comissão de estupro e torturas sexuais, sevícias, envolvendo as presas.

No romance, o personagem Daniel só pode supor o que a mãe talvez tenha sofrido na prisão. Não há nenhum registro do que houve com ela, apenas seu nome na lista de desaparecidos do regime. Esse é um dos grandes traumas que se encontra sem solução, os desaparecimentos dos presos políticos, como a mãe do personagem. Essa é uma das discussões que o romance evoca assim como o filme aqui mencionado, de Marcelo Rubens Paiva, *Ainda estou aqui*.

Desaparecimento e falta de respostas fizeram na ditadura e posterior a ela uma nova forma de tortura surgir. A tortura dos familiares que não tem informações nem consolo sobre o que aconteceu aos entes queridos desaparecidos. Com isso, a falta da punição aos torturadores, não se conseguir levar a justiça os algozes do regime e obrigá-los a reconhecer o que fizeram bem como o paradeiro dos desaparecidos, carrega de dor todas as famílias e vítimas sobreviventes da ditadura militar.

Mesmo com as apurações da comissão nacional da verdade, não se levou a cabo a investigação dos delatados como torturadores. Não se sabe todos os nomes e todos os malfeitores militares. Não puniram os culpados, não condenaram os militares torturadores e/ou mandantes. Mesmo assim, a luta pelo esclarecimento da verdade, da busca pelos fatos reconhecidos publicamente tem seu começo.

A CNV é um documento que ainda está disponível para pesquisa e mostra fatos e verdades. Mesmo que sem a devida punição, é possível ler em um documento cautelosamente produzido nomes e fatos da época da ditadura e trazer ao conhecimento do público que insiste em dizer que não houve golpe.

Quem tem direito a verdade? Quem tem direito a justiça? Quem deveria ser culpado e responsabilizado? Quem deveria dormir em paz para o resto de suas vidas? Todas essas questões foram levantadas há muito tempo, desde o fim da ditadura, desde o começo da redemocratização e dos governantes pós ditadura que se calaram. Há perdas que nunca foram esclarecidas, portanto, dores que nunca foram curadas.

Tais reflexões nos levam para além da verdade, ao fim e ao cabo dessa pesquisa. A quem duvida de golpes políticos e violentas formas de governo, a leitura e a compreensão da história é fundamental. Essa e outras pesquisas deveriam servir ao propósito de refletir sobre a maldade que ainda existe e está sempre à espreita para vir à tona, por isso, não podemos calar. Nunca mais nos omitir. Nós vamos sorrir!

## REFERÊNCIAS

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: ed. Vozes, 1986.

BENTIVOGLIO, Júlio. Políticas e práticas de esquecimento em um país sem memória: enredamento da ditadura militar no Brasil. In: FREDRIGO, Fabiana; GOMES, Ivan (Org.). **História & Trauma: Linguagens e usos do passado**. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 161-180.

BEZERRA, Kátia da Costa. Que bom te ver viva: vozes femininas reivindicando uma outra história. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Universidade de Brasília (UNB), n. 43, p.35-48, jan./jun. 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/> Acesso em 23/12/2014.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor: O regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo : Contexto, 2004.

ESTEVÃO, Ana Maria. **A torre das guerreiras e outras memórias**. São Paulo: Ed. Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

\_\_\_\_\_, Eurídice. **Mulheres contra a ditadura: escrever é (também) uma forma de resistência**. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2024.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. **(Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964**. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 43, p. 179-190, jan./jun. 2014.

FREDRIGO, Fabiana; GOMES, Ivan (Org.). **História & Trauma: Linguagens e usos do passado**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada** — São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega, 1995

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: Edusp, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2013.

LAGE, Cláudia. **O corpo interminável**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LIMA, Luiz Octávio de. **Anos de chumbo: a militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Luciano. **Ditadura Militar, tortura e história: A “vitória simbólica” dos vencidos**. RBCS, vol. 26, n 75, fevereiro, 2011.

OLIVEIRA, Michael Douglas Silva de, **Reconstrução e superação: a literatura de testemunho em O corpo Interminável, de Cláudia Lage**, UFRN, 2023

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

SCHOLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. **História Memória Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.